

Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa



Departamento de Sociologia

O PAPEL DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO-ARQUEOLÓGICO NA PROMOÇÃO
DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Sandra Fernandes

Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais – Análise e
Gestão

Orientador:

Professor Doutor Rogério Roque Amaro, Professor Associado
Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

Maio, 2008

Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa



Departamento de Sociologia

O PAPEL DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO-ARQUEOLÓGICO NA PROMOÇÃO
DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Sandra Fernandes

Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais – Análise e
Gestão

Orientador:

Professor Doutor Rogério Roque Amaro, Professor Associado
Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

Maio, 2008

Agradecimentos

- ◇ Professor Dr. Rogério Roque Amaro
- ◇ Professor Dr. Fernando Real
- ◇ Dr. Manel Miró
- ◇ Dr. Miguel Lago
- ◇ Dra. Renata Almeida
- ◇ ACDR DE FREIXO DE NUMÃO – Dr. António Sá Coixão
- ◇ ADEGA COOPERATIVA DE VILA NOVA DE FOZ CÔA – Director Abílio Guerra
- ◇ APDARC – Dra. Dalila Correia
- ◇ APDARC – Dra. Mafalda Nicolau de Almeida
- ◇ ASTA – Dra. Maria José Dinis da Fonseca
- ◇ CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FOZ CÔA – Dr. Bruno Navarro
- ◇ CCDR da Região Centro
- ◇ CCDR da Região Norte
- ◇ EMPRESA MUNICIPAL FOZCÔACTIVA – Eng. Vítor Magalhães
- ◇ IEFP
- ◇ PAVC – Dr. António Batarda Fernandes
- ◇ PAVC – Dr. Luís Luís
- ◇ PAVC – Dra. Alexandra Cerveira Lima
- ◇ PAVC – Dra. Rosa Jardim
- ◇ QUINTA DA ERVAMOIRA – Dra. Sónia Teixeira

Sinopse

O presente trabalho tem por objectivo determinar até que ponto a *cultura* e o *património* histórico-arqueológico podem contribuir para o *desenvolvimento*. Para isso, propusemo-nos, desde logo, definir com precisão o que entendemos por *desenvolvimento local* e as respectivas implicações, nomeadamente o *sentido de comunidade*, a *cidadania*, a *participação* e a utilização dos *recursos e potencialidades endógenas*. À semelhança destes procurámos também explicar os conceitos de *cultura* e *património*, tentando compreender a ligação que poderão assumir relativamente ao desenvolvimento.

Deste modo, investimos na configuração do enquadramento teórico, fundamentando-o numa significativa selecção bibliográfica, que nos permitiu visualizar as perspectivas inerentes à problemática “património cultural e desenvolvimento”, revelando-nos como aquele pode constituir um recurso endógeno com enorme potencial.

Foi a partir do quadro teórico que alicerçámos a componente prática desta investigação, assente no caso particular do concelho de Vila Nova de Foz Côa. Para isso, recorremos a indicadores de carácter quantitativo e qualitativo, que permitiram dar resposta aos elementos que compõem o desenvolvimento local, no sentido multidimensional e holístico em que o entendemos. Procurámos, portanto, diversificar os indicadores utilizados, salientando os dados demográficos, os efeitos na economia local, a dinâmica turística, as infra-estruturas construídas, as actividades de formação, as manifestações colectivas e as lógicas associativas, a promoção de actividades e serviços diversificados, a cooperação ou articulação entre entidades e, finalmente, o marketing local gerado a partir do património cultural.

A partir destes elementos procurámos responder à nossa pergunta de partida e avaliar o possível contributo do património histórico-arqueológico no desenvolvimento local.

Palavras-chave: desenvolvimento, desenvolvimento local, cultura, património.

Abstract

The purpose of this study is to determine if *culture* and archaeological and historical *heritage* have the ability to promote *development*. In this way, we intend to define precisely what the concept of *local development* means, along with its implications, particularly the *sense of community*, *citizenship*, *participation* and the exploitation of *internal resources* and *potentialities*. We defined as well other main concepts, such as *culture*, *heritage* and we tried to understand its connection with development.

With this principle we invested on a meticulous construction of the theoretical framework based on a significant bibliographical selection, which enabled us to explore the existing perspectives concerning the subject “cultural heritage and development”, that showed us how it can be an internal resource with huge potentialities.

It was from the theoretical framework that we took the support to build the practical component of this study, based on the particular case of Vila Nova de Foz Côa. With this aim, we analyzed some quantitative and qualitative indicators, which allowed us to touch most of the elements which compose the local development in a multidimensional and holistic sense. In this perspective, we tried to diversify the indicators of our study, emphasizing the demographic data, the general effects on the local economy, the tourism, the built infrastructures, the instructive actions, the collective manifestations and associative movements, the activities and services developed, the existing partnerships or articulations and, finally, the local marketing generated from cultural heritage.

From these elements we tried to answer our question of departure and assess the possible contribution of the historical and archaeological heritage in local development.

Key-words: development, local development, culture, heritage.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	I
SINOPSE	II
ABSTRACT	III
ÍNDICE	IV
LISTA DE ABREVIATURAS	VI
<u>CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO</u>	<u>1</u>
1.1. ENQUADRAMENTO GERAL	1
1.2. TEMA E OBJECTIVOS	2
1.3. METODOLOGIA	4
1.4. ESTRUTURA	6
1.5. DIFICULDADES	7
<u>CAPÍTULO 2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO: DESENVOLVIMENTO, CULTURA E PATRIMÓNIO HISTÓRICO-ARQUEOLÓGICO</u>	<u>8</u>
2.1. INTRODUÇÃO	8
2.2. O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO	8
2.2.1. <i>DEFINIÇÃO E EVOLUÇÃO</i>	8
2.2.2. <i>DESENVOLVIMENTO: MAIS DO QUE CRESCIMENTO ECONÓMICO</i>	9
2.3. O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E RESPECTIVAS IMPLICAÇÕES	12
2.3.1. <i>DEFINIÇÃO E EVOLUÇÃO</i>	12
2.3.2. <i>OS TRUNFOS DO DESENVOLVIMENTO LOCAL</i>	13
2.3.3. <i>DIFICULDADES</i>	17
2.4. PARTICIPAÇÃO E EMPOWERMENT NO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL	19
2.4.1. <i>PARTICIPAÇÃO: PORQUÊ E PARA QUÊ?</i>	19
2.4.2. <i>EMPOWERMENT, INTERVENÇÃO SOCIAL E POLÍTICA</i>	20
2.4.3. <i>COMO PROMOVER A IDENTIFICAÇÃO DOS CIDADÃOS COM O PATRIMÓNIO LOCAL?</i>	21
2.5. CULTURA E PATRIMÓNIO HISTÓRICO-ARQUEOLÓGICO	23
2.5.1. <i>CULTURA: UMA NOÇÃO COMPLEXA</i>	23
2.5.2. <i>PATRIMÓNIO: A MATERIALIZAÇÃO DA CULTURA</i>	23
2.6. IMPORTÂNCIA E UTILIDADE DA CULTURA E DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO-ARQUEOLÓGICO NAS QUESTÕES DO DESENVOLVIMENTO	28
2.6.1. <i>CULTURA, PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO</i>	28
2.6.2. <i>O RECONHECIMENTO SOCIAL DA CULTURA E DO PATRIMÓNIO</i>	29
2.6.3. <i>OS “VALORES” DO PATRIMÓNIO</i>	31
2.7. CULTURA, DESENVOLVIMENTO E ECONOMIA	37
2.7.1. <i>O CRESCIMENTO ECONÓMICO COMO INSTRUMENTO ESSENCIAL NA CONSOLIDAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO</i>	37
2.7.2. <i>ECONOMIA, CULTURA E DESENVOLVIMENTO</i>	38
2.8. CULTURA E AMBIENTE	40
2.8.1. <i>A RELAÇÃO ENTRE O PATRIMÓNIO CULTURAL E O AMBIENTAL</i>	40
2.8.2. <i>UM DESENVOLVIMENTO LOCAL CULTURALMENTE SUSTENTÁVEL</i>	41
2.9. CIDADANIA E CULTURA	42
2.9.1. <i>CIDADANIA: BREVE ABORDAGEM</i>	42

2.9.2. A SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA E A EMERGÊNCIA DE NOVOS DIREITOS: A VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL	43
2.10. TURISMO CULTURAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL	45
<i>2.10.1. O TURISMO E AS SUAS POTENCIALIDADES</i>	45
<i>2.10.2. TURISMO CONVENCIONAL VERSUS NOVAS FORMAS DE TURISMO</i>	47
<i>2.10.3. ADAPTAÇÃO AO PÚBLICO-ALVO</i>	47
2.11. DIVULGAÇÃO MUSEOLÓGICA DO PATRIMÓNIO	48
<i>2.11.1. A CULTURA MUSEOLÓGICA</i>	48
<u>CAPÍTULO 3. ESTUDO DE CASO</u>	<u>52</u>
3.1. INTRODUÇÃO	52
3.2. TENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS	54
3.3. PRINCIPAIS EFEITOS NA ECONOMIA LOCAL EM GERAL	56
<i>3.3.1. ACTIVIDADES ECONÓMICAS</i>	56
<i>3.3.2. (DES)EMPREGO</i>	58
<i>3.3.3. PODER DE COMPRA</i>	62
3.4. DINÂMICA TURÍSTICA E RESPECTIVOS EFEITOS	65
<i>3.4.1. PROCURAR CONHECER OS CONSUMIDORES</i>	65
<i>3.4.2. OS GRANDES ATRACTIVOS CULTURAIS DO CONCELHO</i>	67
<i>3.4.3. TURISMO E RESPECTIVAS INFRA-ESTRUTURAS</i>	72
<i>3.4.4. EMPRESAS, SOCIEDADES E ESTABELECIMENTOS</i>	72
3.5. INFRA-ESTRUTURAS CONSTRUÍDAS	74
3.6. ACTIVIDADES DE FORMAÇÃO	78
3.7. MANIFESTAÇÕES COLECTIVAS E LÓGICAS ASSOCIATIVAS	81
<i>3.7.1. FESTIVIDADES</i>	81
<i>3.7.2. DINÂMICA ASSOCIATIVA</i>	81
<i>3.7.3. MOBILIZAÇÃO COLECTIVA</i>	83
3.8. PROMOÇÃO DE ACTIVIDADES E SERVIÇOS DIVERSIFICADOS	84
<i>3.8.1. A RELAÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS COM O PATRIMÓNIO HISTÓRICO-ARQUEOLÓGICO LOCAL</i>	84
<i>3.8.2. UM PATRIMÓNIO PARA TODOS</i>	86
3.9. COLABORAÇÃO, ARTICULAÇÃO E COOPERAÇÃO ENTRE ENTIDADES	92
<i>3.9.1. NO SEIO DO CONCELHO</i>	92
<i>3.9.2. ALÉM DOS LIMITES DE VILA NOVA DE FOZ CÔA</i>	93
3.10. MARKETING LOCAL	95
<u>CAPÍTULO 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	<u>98</u>
4.1. CONCLUSÕES	98
4.2. RECOMENDAÇÕES E ADVERTÊNCIAS	108
<u>BIBLIOGRAFIA CONSULTADA</u>	<u>111</u>
<u>ANEXOS</u>	<u>119</u>

Lista de abreviaturas

ACDR – Associação Cultural, Desportiva e Recreativa

AIBT – Acção Integrada de Base Territorial

APDARC – Associação para a Promoção da Arte e Cultura do Vale do Côa e Douro Superior

ASTA – Associação Sócio-Terapêutica de Almeida

CAE – Classificação Portuguesa das Actividades Económicas

CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional

DGEEP – Direcção Geral de Estudos, Estatística e Planeamento

GEOIDEIA – Estudos de Organização do Território, Lda.

ICCROM – International Centre for the Study of the Preservation and the Restoration of Cultural Property

IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional

INE – Instituto Nacional de Estatística

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PAVC – Parque Arqueológico do Vale do Côa

PNB – Produto Nacional Bruto

PROCÔA – Programa de Desenvolvimento Integrado do Vale do Côa

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

UTAD – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO

«A cultura é um factor fundamental para termos uma visão completa do desenvolvimento»

(Cruz, 1998:145)

1.1. ENQUADRAMENTO GERAL

O século XX assistiu a uma mudança profunda na postura das comunidades locais relativamente aos seus legados patrimoniais e culturais, cuja valorização é sintomática da crescente democratização da cultura (Reis, 2000). Para isto contribuiu, não só o desenvolvimento de uma consciência crítica da sociedade, mas também o aumento dos níveis de escolarização dos indivíduos, dada a conseqüente aproximação relativa entre todos. Com ela surgiram também transformações consideráveis nas práticas culturais, materializadas nas atitudes e na actuação face ao património. Exemplo disso é o crescimento exponencial do número de visitantes a espaços históricos verificado desde os anos 70 e 80 do século XX.

Todavia, para a consolidação deste processo tem que existir uma verdadeira identificação dos cidadãos com os bens em causa, promovendo a sua integração no quotidiano. O espólio patrimonial tem que assumir um significado para a população, transformando-se, tanto quanto possível, num recurso socialmente importante, que interessa valorizar e rentabilizar, não só para o futuro, mas também no presente. Não se pretende com isto desvirtuar, de modo algum, o património enquanto herança. Pelo contrário, a sua rentabilização nas suas diversas vertentes possibilita a promoção da qualidade de vida dos cidadãos e o seu sentido de identidade, assim como a valorização e o reconhecimento social dos bens patrimoniais. Eles possuem, na verdade, potencialidades que permitem desenvolver o conhecimento científico, assim como actividades diversificadas e criativas, associadas por exemplo ao lazer. Não obstante, é essencial que se proceda a uma política que garanta o seu reconhecimento, uma vez que o «património que não pode ser socialmente usufruído não é património» (Zilhão, 1998:178).

Quando bem conduzidas e sucedidas, as estratégias de desenvolvimento local de carácter cultural podem gerar efeitos muito positivos no imediato, mas acima de tudo, a longo prazo. Em primeiro lugar, porque permitem envolver e motivar a população e os diversos agentes locais, criando nos sujeitos um espírito de empreendedorismo associado à identificação destes com a sua região. Em segundo, porque promovem a auto-estima

individual e colectiva, actividades diversificadas e dinâmicas e a melhoria do nível de vida dos cidadãos, condições sem as quais não podemos afirmar a existência de um verdadeiro desenvolvimento. Esta questão é de tal modo relevante que é inclusivamente reconhecida por órgãos internacionais como o Banco Mundial, que considera que a cultura pode contribuir directamente para os objectivos de desenvolvimento a que determinado local se propõe.

Foi com esta perspectiva que decidimos aprofundar esta temática, procurando analisar e compreender “O Papel do Património Histórico-arqueológico na Promoção do Desenvolvimento Local”, através do caso particular do concelho de Vila Nova de Foz Côa.

1.2. TEMA E OBJECTIVOS

A grande base de estudo do presente trabalho centra-se na tentativa de determinar se a cultura, materializada no património histórico-arqueológico, pode constituir um factor de desenvolvimento local. Esta opção tem como propósito reflectir o objectivo central da investigação, que consiste em confirmar ou infirmar a importância real das estratégias culturais (em particular das que incluem o contributo histórico-arqueológico) nas políticas de desenvolvimento.

Todavia, embora o nosso ponto de partida seja de facto este, temos consciência de que estas estratégias podem revelar alguma dificuldade em materializar-se e apresentar resultados práticos positivos se não forem devidamente conduzidas e concretizadas.

Gostaríamos, no entanto, de deixar bem claro que este trabalho não tem por finalidade avaliar o sucesso ou insucesso da divulgação das gravuras paleolíticas do Vale do Côa em particular, mas a influência de todo o património cultural concelhio no seu conjunto, e respectivo aproveitamento e beneficiação da população local. A nossa pretensão é a de compreender os efeitos decorrentes da introdução do património cultural nas políticas de desenvolvimento local.

Procedemos por isso a uma sistematização de ideias, através das quais aspiramos a fornecer alguns contributos e uma base científica válida para a discussão da utilidade e viabilidade da articulação entre as vertentes em análise. Simultaneamente, temos como intuito elaborar um trabalho capaz de despertar as consciências políticas para a importância e o valor real das estratégias de desenvolvimento de cariz cultural e patrimonial. Na verdade, a exequibilidade destes projectos depende em grande medida da sensibilidade e intervenção dos governantes locais, que têm um importante papel a desempenhar na promoção das qualidades

culturais intrínsecas da sua região, e devem por isso estar receptivos e aceitar novas políticas de desenvolvimento (Teisserenc, 1997).

Com efeito, ficou-nos a convicção de que nós, enquanto entidades interessadas nas questões do património, temos uma larga responsabilidade no que toca à consciencialização da população para os seus deveres e direitos civis e sociais, sendo essa outra das aspirações deste trabalho. Simultaneamente, consideramos que a história e a arqueologia devem mostrar-se úteis e capazes de construir algo sólido para o futuro, modificando comportamentos e valorizando os recursos endógenos.

A opção por esta temática está também associada à nossa área de formação inicial em História-variante Arqueologia e a uma relativa frustração ao observarmos o subaproveitamento do património cultural nos processos de desenvolvimento regional e local. É nesta perspectiva e com o objectivo de contribuirmos para a construção de uma visão democrática da cultura que considerámos pertinente debruçarmo-nos sobre esta questão, tomando como ponto de partida o artigo 7.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, que afirma que «todos têm o direito à fruição dos valores e bens que integram o património cultural, como modo de desenvolvimento da personalidade através da realização cultural».

Relativamente às hipóteses de investigação colocadas, estas assentam fundamentalmente nas seguintes considerações: a história e a arqueologia podem dar um contributo de peso no desenvolvimento local, sobretudo em localidades relativamente deprimidas e sem grandes mais-valias de outra ordem. Todavia, a participação e a intervenção da população local são determinantes para o sucesso dos projectos, em particular quando nos referimos a um desenvolvimento assente no potencial patrimonial de cariz cultural e endógeno. Dela depende o êxito das estratégias projectadas.

Finalmente, resta-nos clarificar a nossa opção por Vila Nova de Foz Côa como objecto de investigação, e que tem na sua origem o facto de o concelho cruzar de uma forma interessante as variáveis pretendidas neste estudo. Em primeiro lugar porque se trata de um espaço privilegiado em termos histórico-arqueológicos. Em segundo, e por consequência, os seus recursos patrimoniais endógenos apresentam francas potencialidades. Por último, é um município que sofre os efeitos negativos da sua posição geográfica (interior) e do seu carácter rural, pelo que a utilização do seu património como estratégia de desenvolvimento pode marcar verdadeiramente a diferença.

1.3. METODOLOGIA

A natureza desta investigação, assim como as questões a que pretendemos dar resposta, implicou uma correlação de dados diversificados de natureza objectiva, mas também subjectiva (estes, enquadrados pelas novas correntes da Pós-Modernidade).

Neste sentido, a nossa recolha passou por quatro etapas metodológicas centrais. Em primeiro lugar, a análise documental, com a qual pretendemos, por um lado, construir e consolidar um quadro teórico de referência (no qual toda investigação se fundamenta) e, por outro, obter alguns dados essenciais para a análise do nosso objecto de estudo.

No primeiro caso, investimos numa exaustiva pesquisa bibliográfica, privilegiando a tentativa de obter uma visão multidimensional sobre a temática e analisando as visões existentes sobre o património cultural e o desenvolvimento, mas sobretudo sobre as perspectivas que aliam as duas vertentes. A partir daquele, demarcámos alguns conceitos-chave, nomeadamente o de *cultura*, *património*, *desenvolvimento* e *desenvolvimento local*. Estas noções (e respectivas implicações) foram exploradas no segundo capítulo deste trabalho, juntamente com as matérias a ela associadas¹, com o objectivo de esclarecer o modo como as entendemos e como devem ser compreendidas nesta análise.

Consolidado o quadro teórico, delineámos alguns indicadores fundamentais que nos permitiram seleccionar as informações necessárias para compormos uma conclusão consistente relativamente à pergunta de partida. Para isso, recorremos de novo à análise documental, através de dados obtidos e fornecidos por algumas entidades seleccionadas, nomeadamente o PAVC, a ACDR de Freixo de Numão, a APDARC, a Fozcôactiva e as CCDR do Norte e do Centro. As informações recolhidas através desta técnica metodológica dizem essencialmente respeito aos investimentos efectuados ao nível das infra-estruturas construídas (com o PROCÔA e o AIBT do Côa), às actividades e serviços desenvolvidos no âmbito patrimonial, assim como às acções realizadas em cooperação por diferentes entidades. O objectivo consistiu em reunir o máximo de informações concretas possível acerca da dinamização concelhia (ao nível económico, institucional e social), na qual o contributo histórico-arqueológico tenha eventualmente desempenhado um papel importante.

A segunda estratégia metodológica a que recorremos baseou-se na recolha, análise e tratamento de dados de natureza estatística, para a obtenção dos quais recorremos ao INE, ao Ministério do Trabalho e ao IIEFP. Neste caso específico, o objectivo consistiu em averiguar

¹ Designadamente a participação, o *empowerment*, o crescimento económico, o ambiente, a cidadania, o turismo e a museologia.

as informações de essência económica, designadamente ao nível do número de empresas e postos de trabalho criados, avaliando a evolução registada neste âmbito.

Estes dados, assim como os obtidos através da análise documental, possuem especial relevância, na medida em que a sua natureza prática, real e concreta permite fundamentar as conclusões objectivas retiradas desta investigação.

A terceira técnica metodológica utilizada consistiu na elaboração de entrevistas a entidades previamente seleccionadas. O critério adoptado neste apuramento centrou-se na identificação dos intervenientes mais representativos a nível cultural no concelho, entre os quais destacamos a Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, a empresa municipal Fozcôactiva, o PAVC, a ACDR de Freixo de Numão, a APDARC² e a Quinta da Ervamoira. Para além destes, e numa tentativa de obter informações que pudessem ligar a vertente económica ao marketing granjeado pelas gravuras do Vale do Côa, estabelecemos contacto com a Adega Cooperativa de Vila Nova de Foz Côa.

No decurso dos contactos estabelecidos no terreno, surgiu também a oportunidade de auscultar uma entidade extra-concelhia (a IPSS ASTA), cuja entrevista nos forneceu algumas reflexões acerca do nosso objecto de estudo, as quais considerámos pertinentes ter em consideração como complemento das restantes informações obtidas nesta investigação.

Relativamente ao formato, optámos por entrevistas “abertas” e “semi-abertas”, assim como pela não criação de um guião uniforme para todos os entrevistados. Resolução fundamentada no facto de as informações pretendidas serem distintas para cada caso, pelo que a uniformização seria desvantajosa, não dando resposta às questões a aprofundar.

A realização das entrevistas teve como objectivo auscultar os principais intervenientes na área patrimonial (presentes no concelho) e compreender de que modo o património cultural tem sido utilizado, assim como as preocupações existentes em estabelecer uma interligação entre a cultura (e o património histórico-arqueológico) e o desenvolvimento local, o grau de inserção ou interligação estabelecido com a população e as conquistas alcançadas.

Finalmente, a quarta e última etapa metodológica utilizada privilegiou a observação *in loco*. O recurso a esta técnica, assente na observação e recolha directa de informações, teve por finalidade completar e confirmar os dados obtidos documentalmente, mas sobretudo aqueles que resultaram das entrevistas efectuadas. Isto porque só o cruzamento destas quatro estratégias metodológicas nos forneceria as informações necessárias para responder à pergunta de partida que estrutura o presente trabalho.

² Embora a APDARC apenas tenha sido contactada e questionada via telefone e Internet.

Para além disso, a multiplicidade de recolhas e etapas metodológicas permitiu-nos diversificar bastante o leque de elementos utilizados e cruzar um conjunto de indicadores de cariz quantitativo e qualitativo, de modo a salvaguardar a cientificidade e solidez das conclusões. Isto porque a própria definição de desenvolvimento local (que, juntamente com o património cultural, constitui o cerne desta investigação) assume uma abordagem multidimensional e integrada. Deste modo, e unindo as diferentes dimensões, pretendemos obter a noção das eventuais consequências resultantes da introdução patrimonial nas questões do desenvolvimento. E referimo-nos sobretudo ao nível da criação e dinamização de emprego e empresas, de actividades e serviços diversificados e da influência do património no quotidiano da população (nomeadamente no seu nível de vida, na motivação para o associativismo em torno do património, na promoção da identidade local, na ocupação de tempos livres e na resposta às necessidades existentes).

1.4. ESTRUTURA

O trabalho encontra-se organizado em quatro capítulos. O primeiro corresponde aos textos introdutórios, nos quais procurámos enquadrar a investigação, evidenciar os objectivos a que nos propusemos e a metodologia utilizada.

O segundo refere-se ao quadro teórico, no qual são explanados os conceitos-chave, assim como as abordagens a que recorremos ao longo da investigação, e que constituem a base conceptual da análise empírica e o fundamento para as conclusões alcançadas.

Relativamente ao terceiro capítulo, trata-se da apresentação do estudo de caso centrado no concelho de Vila Nova de Foz Côa. Neste, são abordados os *itens* que considerámos importantes para analisar a influência do património histórico-arqueológico no concelho, em articulação com o desenvolvimento local. Entre eles, a evolução demográfica, a economia local, o turismo, a construção de infra-estruturas, as iniciativas de formação, as manifestações colectivas, assim como as lógicas associativas, a promoção de actividades e serviços diversificados, a colaboração e articulação entre entidades e, finalmente, o marketing local.

Finalmente, o quarto e último capítulo diz respeito às considerações finais retiradas de toda a investigação teórica e empírica realizadas, na qual procurámos articular o quadro conceptual desenvolvido no segundo capítulo com os dados analisados no terceiro.

1.5. DIFICULDADES

Neste espaço gostaríamos de chamar a atenção para as dificuldades surgidas durante a elaboração do trabalho e que explicam algumas das opções tomadas. Em primeiro lugar devemos salientar que o primeiro esboço estrutural da dissertação incluía inicialmente uma auscultação da população (através de inquéritos por questionário) relativamente a alguns aspectos centrais, a saber: a forma como actualmente encara o património existente no concelho; a evolução que tem sentido neste âmbito; a forma como se relaciona com as entidades concelhias mais representativas na área; o grau de identificação com os bens patrimoniais existentes; e o modo como se reúne com o objectivo de os proteger, salvaguardar e divulgar.

Todavia, o intervalo cronológico de que dispúnhamos para a elaboração do trabalho não nos permitiu aprofundar este aspecto, uma vez que a estruturação dos inquéritos e respectiva concretização no terreno ocupariam grande parte do tempo disponível, não nos permitindo investir nos pontos centrais. Decidimos por isso privilegiar outras estratégias metodológicas e investir nelas de uma forma rigorosa, considerando serem aquelas as que melhor se posicionavam no sentido de responder à nossa pergunta de partida. Neste caso, e de acordo com os objectivos traçados, os inquéritos à população constituiriam apenas um dado acessório no conjunto da tese. Não obstante, e apesar disso, procurámos colmatar essa lacuna através de outros estudos efectuados, mas sobretudo de dados documentais, das entrevistas e da observação *in loco*, cruzando as informações obtidas.

Outro aspecto de pormenor, mas limitativo nesta investigação, tem que ver com o facto de não nos ter sido possível aceder aos dados referentes à evolução das vendas da Adegua Cooperativa de Vila Nova de Foz Côa. Com efeito, a análise dessas informações poder-nos-ia ter concedido uma ideia mais concreta do sucesso ou insucesso da utilização das gravuras do Vale do Côa como imagem de marketing. Ainda relativamente a esta questão, devemos salientar o facto de apenas nos ter sido possível identificar alguns exemplos da sua aplicação. Os dados obtidos são resultado de uma observação *in loco* e das informações concedidas nas entrevistas, pelo que poderão não constar nesta investigação todos os produtos e serviços existentes neste contexto.

Finalmente, e embora alertemos para esse facto ao longo da investigação, gostaríamos de salientar que as actividades e colaborações desenvolvidas em torno do património poderão, também elas, não corresponder à totalidade das ocorrências, embora constituam a porção mais significativa. Isto porque surgiram, em algumas ocasiões, formas de cooperação informais que poderão ter resultado na realização de iniciativas que não foram alvo de registo.

CAPÍTULO 2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO: DESENVOLVIMENTO, CULTURA E PATRIMÓNIO HISTÓRICO-ARQUEOLÓGICO

2.1. INTRODUÇÃO

O presente capítulo tem por objectivo enquadrar teoricamente a investigação que pretendemos levar a cabo, no sentido de avaliar o contributo do património cultural no desenvolvimento local.

Para isso, investimos numa ampla selecção bibliográfica que nos permitiu obter uma visão das perspectivas existentes acerca da temática “património cultural e desenvolvimento” e construir a nossa própria óptica sobre o assunto. Nesta medida, e como os conceitos assumem por vezes valores e sentidos ambíguos, considerámos indispensável precisar os contornos daqueles a que recorreremos, de modo a que a sua aplicação neste trabalho seja interpretada de acordo com a acepção que lhe atribuímos. Importa por isso clarificar os conceitos de desenvolvimento e desenvolvimento local e articulá-los com as noções de cultura e património. Subjacentes a estes, encontram-se as concepções de participação, *empowerment*, economia, ambiente, cidadania, turismo e museologia e respectivos valores práticos e simbólicos. São estas temáticas que atribuirão contorno ao estudo de caso e o fundamentarão teórica e cientificamente. Deste modo, as interpretações e conclusões retiradas no final desta investigação passam necessariamente pelo enquadramento teórico e pela respectiva conexão aos dados concretos obtidos através do estudo de caso.

2.2. O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

2.2.1. Definição e evolução

O desenvolvimento é actualmente abordado e encarado sob diversas perspectivas e em função de interesses díspares. Há quem privilegie uma óptica mais económica, outros, mais tecnológica, e outros ainda, mais ambiental e cultural. O objectivo é encontrar caminhos adequados ao tempo e à realidade contemporâneos, mas sempre com o mesmo fim: o Homem. Foi nesta sequência que a partir do final da Segunda Grande Guerra, começaram a ser traçados os primeiros pontos delineadores da noção de desenvolvimento, que lhe permitiram adquirir validade científica. O conceito sofreu, no entanto, variadíssimas transformações ao

longo do tempo, fruto de uma interdisciplinaridade crescente e de uma realidade em permanente mutação.

A sua emergência esteve em grande parte associada ao confronto entre os dois blocos dominantes (E.U.A. e União Soviética) no período da guerra-fria, que se seguiu ao fim do segundo grande conflito mundial. Ambos estavam interessados em apoiar a independência dos países recém formados (antigas colónias), numa ambição política e geo-estratégica de angariação de novos membros e parceiros. Estes territórios passaram a constituir espaços privilegiados para a aplicação das estratégias de desenvolvimento, que ficaram desde logo associadas às tentativas de resolução dos problemas dos países mais pobres.

De facto, a aplicação do termo desenvolvimento esteve, durante a sua fase inicial, particularmente associada à realidade existente nas antigas colónias, para as quais se delineou um modelo eurocêntrico. O objectivo era aplicar e fazer com que as novas nações independentes seguissem o exemplo do velho continente, considerado de sucesso.

Porém, o confronto bipolar tornou-se também ele motivo para a aplicação do conceito numa perspectiva de acumulação de riqueza; prioridade para garantir o êxito da tão desejada corrida ao armamento e à inovação tecnológica. Simultaneamente, não podemos esquecer que a própria Europa, que havia sido o palco “privilegiado” do confronto mundial, se encontrava destroçada e que era urgente uma política de desenvolvimento que lhe permitisse reencontrar o progresso.

Finalmente, com a difusão do keynesianismo como novo paradigma económico (em que o progresso, o bem-estar e o desenvolvimento estavam directamente dependentes da intervenção estatal), também o Estado passou a assumir um papel de relevo nesta área.

2.2.2. Desenvolvimento: mais do que crescimento económico

Não obstante, as consequências perniciosas resultantes da aplicação de um modelo de desenvolvimento essencialmente direccionado para o crescimento económico promoveram várias discussões com o intuito de criar um novo conceito, que atribuísse maior peso ao factor humano. Para isto contribuíram os problemas desencadeados pela Revolução Industrial, ao nível ambiental e profissional³. Simultaneamente, as políticas economicistas revelaram as suas duras consequências, entre as quais os fracos resultados económicos alcançados nos países designados subdesenvolvidos, e que levaram a questionar a eficácia do sistema adoptado.

³ Com a crescente degradação ambiental e a mecanização/desumanização do trabalho.

De facto, naquele período, a ligação entre crescimento económico e desenvolvimento estava de tal modo enraizada que muitas vezes os conceitos chegavam a confundir-se. Falar de desenvolvimento era falar de “economicismo”, “tecnicismo”, “produtivismo”, “consumismo”, “quantitativismo”, “industrialismo”, “racionalismo”, “urbanismo”, “antropocentrismo”, “etnocentrismo” e “uniformismo” (Amaro, 1992). Foram estas as primeiras ilusões ou mitos decorrentes da introdução e universalização do conceito de desenvolvimento e que, mais tarde, se vieram a provar totalmente desacertados, a um tal ponto que a perspectiva economicista do desenvolvimento acabou por ser considerada por alguns autores a responsável pela «destruição criativa» (Friedmann, 1996:9).

A multiplicação das crises económicas nos países mais desenvolvidos, a partir da década de 70 do século XX, assim como a constatação de um certo retrocesso no progresso científico⁴ vieram corroborar a falência do modelo (Amaro, 2001).

Em termos sociais, o individualismo expandiu-se, ao mesmo tempo que os laços colectivos e as dimensões culturais e artísticas da realidade foram progressivamente desvalorizadas e negligenciadas. Emergiram novos estigmas sociais, como a solidão, a crescente degradação dos laços comunitários, a insegurança, as perturbações psico-sociais, o aumento do número e da gravidade de doenças associadas ao *stress*, entre muitos outros (Amaro, 1991).

Deste modo, face ao fracasso da visão até então defendida são dados os primeiros passos na busca de alternativas e na construção de uma nova noção de desenvolvimento, cujos conteúdos se revelam mais complexos que os da sua antecessora, uma vez que se trata de «um conceito mais total, mais diferenciado que o de crescimento económico» (Friedmann, 1996:43).

Não obstante, o percurso em busca de novos caminhos de desenvolvimento tem sido marcado por algumas dificuldades. A existência de abordagens extremamente diversificadas dificultou bastante a tarefa de encontrar uma definição consentânea e indicadores que reunissem a aprovação geral, dada a subjectividade que lhe está subjacente. É por este motivo que, apesar de tudo, os indicativos de cariz económico continuam a dominar os instrumentos de medição do desenvolvimento graças à sua objectividade.

De facto, se é verdade que o acesso aos recursos económicos pode multiplicar as opções de vida, o bem-estar social, por sua vez, depende acima de tudo da forma como esses recursos são utilizados, e não tanto do seu grau de crescimento (Griffin; McKinley, 1994). O

⁴ Com o aparecimento e a difusão de doenças sem fronteiras, como o HIV-SIDA, a Hepatite, entre outras, que inverteram as conquistas relativas à esperança média de vida.

«PNB cria a ilusão óptica de que as coisas estão sempre a melhorar» (Friedmann, 1996:45), sendo incapaz de determinar as realidades que vão para além deste cálculo, nomeadamente a distribuição do rendimento em termos sociais e territoriais; as condições de vida física e psicológica dos cidadãos (bem-estar); os valores sociais e as actividades económicas exteriores ao mercado (como as que estão associadas ao sector informal); e a destruição ambiental⁵.

Assim, embora se reconheça a importância do crescimento económico, o destaque encontra-se agora na igualdade de acesso a bens e serviços considerados fundamentais, que distribuídos de forma equitativa e justa, permitam alcançar princípios como a «liberdade, a dignidade, a identidade e a justiça social» (Cunha, 1991:222). Para além disso, é também uma prioridade avaliar a qualidade do crescimento económico e diminuir o peso do PNB como indicador principal do nível de desenvolvimento.

Dada a sua reconhecida complexidade, e para facilitar a sua eficácia, as áreas de actuação do conceito encontram-se subdivididas por “fileiras”: a ambiental, que inclui o desenvolvimento sustentável; a temática das pessoas e das comunidades (*people centered*), que abarca o desenvolvimento local e o desenvolvimento participativo; e a dos Direitos Humanos e da dignidade humana, que abrange o desenvolvimento humano e o desenvolvimento social. Existe ainda uma outra secção que corresponde ao desenvolvimento integrado, e que pressupõe a articulação entre os diversos componentes das “fileiras” anteriores. Isto significa que o desenvolvimento, no geral, deve ser cada vez mais encarado através de uma visão pluri e interdisciplinar. O ambiente e os seus recursos, assim como as componentes sociais, culturais, económicas, políticas e ambientais constituem elementos basilares na construção de um processo de desenvolvimento consistente e total (Soares, 1989a).

Em suma, para além de ter retirado o protagonismo ao crescimento económico (ao provar que este não é suficiente para solucionar os interesses da maioria e apenas serve para dar resposta às conveniências de alguns), este novo desenvolvimento apresenta como ponto central o Homem e as suas necessidades, num processo que se exige endógeno, mas também global, integrado e interdisciplinar (Perroux, 1987).

A sua emergência foi a resposta à lacuna sentida com a falência de modelos anteriores, atribuindo-se agora uma prioridade crescente às necessidades básicas comunitárias, à

⁵ Durante muito tempo, a penalização do ambiente não foi verdadeiramente considerada como tal, mas antes encarada como um reflexo de desenvolvimento, e portanto excluída dos custos inerentes ao crescimento económico (Friedmann, 1996).

promoção das identidades regionais, à proximidade com os centros de decisão, mas acima de tudo, ao processo de participação e ao desenvolvimento endógeno (Soares, 1989b).

2.3. O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E RESPECTIVAS IMPLICAÇÕES

2.3.1. Definição e evolução

Como tivemos oportunidade de referir no ponto anterior, o conceito de desenvolvimento local surgiu na sequência da crise alargada da noção de desenvolvimento⁶. Procuravam-se alternativas, novas respostas e estratégias que pudessem fazer frente aos efeitos negativos resultantes da globalização e de uma filosofia excessivamente economicista. Foi neste contexto que emergiu, nos anos 80 do século XX, um modelo com novas prioridades associadas às áreas social, ambiental e cultural, mas assente na pequena dimensão, isto é, no território local.

Na mesma época surgiram também reacções académicas às teorias de desenvolvimento regional/local até aí defendidas (a teoria da modernização, do Keynesianismo e do funcionalismo), cujos resultados ficaram muito aquém do esperado, uma vez que se verificavam cada vez mais desequilíbrios regionais. Assim, surgiu o paradigma territorialista, que defendia um plano de desenvolvimento a partir da mobilização dos recursos locais endógenos (humanos e materiais), tendo como prioridade a satisfação das necessidades da população.

Simultaneamente, a emergência de uma nova consciência ambiental e patrimonial, de novos critérios de bem-estar, de novas tecnologias e a formação de uma estrutura cada vez mais globalizada, criaram as condições necessárias à promoção de uma nova visão de desenvolvimento assente no local.

Mas a que nos referimos concretamente quando falamos de desenvolvimento local? De uma forma sintética, podemos afirmar que se trata de um processo desencadeado a partir das necessidades existentes num espaço de dimensões reduzidas, e que procura uma mudança e um enriquecimento das estruturas económicas através das capacidades, das potencialidades e dos recursos locais (embora sempre com o apoio de elementos exógenos) e da participação da comunidade (Conselho Económico e Social, 1996; Vásquez Barquero, 1993). Para além

⁶ Vide ponto 2.2. O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO.

disto, é um processo construído a partir de uma perspectiva integrada e de parceria, em respeito pela diversidade, apresentando no final um impacto sobre toda a comunidade.

2.3.2. Os trunfos do desenvolvimento local

Para implementar uma estratégia de desenvolvimento num determinado território é essencial conhecer bem a economia local, diagnosticando as oportunidades, as ameaças, as forças e as fraquezas existentes. Nesta medida, dever-se-á definir os objectivos e as metas a alcançar, procurando um consenso entre os intervenientes relativamente às actividades a privilegiar (Vásquez Barquero, 1993).

A implantação de indústrias (sempre em função dos recursos endógenos existentes) ou o turismo constituem algumas das soluções mais recorrentes. Todavia, estas estratégias não devem ser consideradas as únicas possibilidades para territórios com características próprias e de potencial (Amaro, 1991). É por este motivo que têm vindo a ser incentivadas soluções como o empreendedorismo. A criação de empresas diversificadas, mas acima de tudo inovadoras (pois é na inovação que se encontra a vantagem estratégica) pode constituir uma aposta com futuro, ao contribuir para a melhoria da competitividade do território (Vásquez Barquero, 1993).

O desenvolvimento local não deve por isso acomodar-se às estratégias tradicionais e puramente economicistas, mas promover a diversificação de actividades muitas vezes negligenciadas, mas que se poderão revelar soluções com grande potencial. Entre elas destacamos as de natureza cultural e patrimonial, social, ambiental, agrícola e artesanal, que devem ser articuladas com os respectivos estudos de impacto para a população local (Amaro, 1991).

Estas iniciativas poderão, de algum modo, impulsionar a inovação, diversificar as economias locais e melhorar os serviços prestados à população, através da valorização dos recursos endógenos e da mobilização crescente de capitais privados. Como resultado, são directa e/ou indirectamente criados empregos, que constituem uma mais-valia para os meios locais (Conselho Económico e Social, 1996).

Num sentido menos material, o desenvolvimento local concorre ainda para o crescimento da auto-estima dos habitantes, não só relativamente às suas capacidades, mas também às potencialidades locais (Silva, 1964).

Todavia, são poucas as iniciativas de carácter privado existentes em contexto local, o que exige do poder instituído uma postura mais activa, que permita colmatar essa lacuna e

desenvolver, por mérito próprio, acções que considere vantajosas para o local (Amaro, 1991; Cunha, 1991).

A) Recursos endógenos

A.1) Dos problemas concretos à população local

A proximidade relativamente aos problemas constitui uma das grandes vantagens na estratégia de desenvolvimento local, uma vez que permite identificar mais rápida e eficazmente as necessidades e os obstáculos existentes, assim como as respectivas soluções.

A análise das dificuldades é efectuada ao nível micro e em contacto directo com os problemas locais, cuja regulação é concretizada de uma forma descentralizada e por isso mais próxima da realidade. É, na verdade, uma alternativa face à dependência estatal, uma vez que permite reforçar as parcerias entre os sectores privado e público, e utilizar o local como forma de testar práticas inovadoras⁷ (Amaro, 1998).

De facto, qualquer projecto desenvolvido neste contexto deve partir sempre dos problemas concretos, das experiências e das prioridades sentidas pelas pessoas, exigindo um papel activo por parte da população na identificação e formulação das estratégias de desenvolvimento a adoptar. A comunidade constitui um dos grandes trunfos, do qual as políticas locais devem tirar partido, uma vez que é ela quem melhor conhece as suas potencialidades e necessidades (Vásquez Barquero, 1993). Com efeito, os conhecimentos internos são à partida uma vantagem estratégica, que aliada à criatividade, às potencialidades e à diversidade cultural e biológica, poderão gerar formas alternativas e originais de desenvolvimento, nomeadamente novas soluções económicas (Conselho Económico e Social, 1996).

A.2) A utilização dos recursos materiais endógenos

À semelhança dos meios humanos, também os recursos endógenos não devem ser negligenciados nas políticas de desenvolvimento local. O objectivo é tirar partido das potencialidades, da multidimensionalidade e da especificidade dos vários territórios, uma vez que estes têm características próprias que exigem um modelo que se ajuste às suas particularidades (Amaro, 1991; Cunha, 1991), razão pela qual «o desenvolvimento local não deve obedecer a um modelo único» (Conselho Económico e Social, 1996:8). É essencial

⁷ Estratégias que retiram ao poder central o estatuto de elemento imprescindível e lhe conferem um novo: o de parceiro importante.

respeitar a diversidade, integrando-a e aceitando-a como uma mais-valia no enriquecimento de qualquer projecto, explorando as potencialidades dessa variedade.

Com efeito, numa sociedade que caminha cada vez mais para a homogeneização, tudo o que é genuíno assume uma importância acrescida, somada à qualidade que geralmente os produtos e os serviços locais costumam oferecer. O território local deve ser sempre o cenário central da acção e as iniciativas a ele associadas devem decorrer sempre em benefício dos seus habitantes (Amaro, 1991; 1998; Syrett, 1996).

Dever-se-á por isso privilegiar um modelo de desenvolvimento centrado num aproveitamento interno, encarando-o como um mecanismo dinamizador, encorajando uma análise profunda dos objectivos estratégicos e das necessidades existentes, contribuindo assim para o desenvolvimento económico local, através do recurso a meios e instrumentos internos (Soares, 1989b; Lopes, s.d.). Neste cenário, a utilização de elementos exógenos apenas deve ocorrer como forma de multiplicar as possibilidades oferecidas pelas potencialidades internas.

Em termos práticos, é essencial a concretização de estudos que permitam determinar quais os equipamentos e espaços com boas possibilidades de serem recuperados para futura utilização. Será igualmente interessante articular as actividades de carácter cultural com a própria investigação científica, bem como estimular o desenvolvimento de projectos didácticos e lúdicos associados às características de destaque no local e promover a divulgação turística (Pinto; Correia; Silva, 1995).

B) A importância do nível local nas estratégias de desenvolvimento

A base prioritária e privilegiada de trabalho e actuação deste modelo é, como já referimos, o espaço local, e embora não constitua a única condição para a sua concretização, é sem dúvida das que assume maior destaque.

Actualmente, as estratégias de desenvolvimento local continuam a constituir uma importante saída face aos elevados níveis de desemprego e às adversidades resultantes das concorrências nacional e internacional, uma vez que os planos desenvolvidos a estes níveis não são eficazes nem suficientes para fazer frente aos problemas com os quais os cidadãos se deparam. É essencial apostar num nível territorial inferior (infranacional ou local) e conjugá-lo com a criação de soluções que privilegiem uma nova relação entre a vertente económica e a social, e apostar em actividades que não se encontrem tão expostas à concorrência externa, de modo a criar novos mercados e novas oportunidades de emprego. Só assim é possível encontrar respostas para os problemas reais do quotidiano e fazer frente à crise do Estado-Providência e do modelo *fordista*; tirar partido das oportunidades geradas pela

transnacionalização e transregionalização dos processos produtivos, e promover a reconstrução das raízes culturais e sociais dos cidadãos, numa sociedade cada vez mais individualista (Amaro, 1990; Amaro, 1992).

Tal como sucede no desenvolvimento em geral, também aqui a valorização do Homem e dos seus problemas é o principal objectivo a atingir, mas, naturalmente, enquadrado numa escala espacial mais reduzida, o que significa que o desenvolvimento endógeno ou interno é cada vez mais reconhecido nas suas potencialidades (Lopes, s.d.; Cunha, 1991; Vásquez Barquero, 1993). Deste modo, embora a dimensão nacional continue a ser importante, ela encontra-se agora articulada a novas territorialidades que não deve desprezar, mas antes ter verdadeiramente em consideração na construção do desenvolvimento face ao esgotamento dos modelos mais centralizados.

Para além da mobilização de recursos humanos e materiais de origem endógena, é igualmente essencial que se proceda a um aproveitamento racional dos equipamentos, infra-estruturas e serviços, assim como o recurso a um planeamento flexível e participado.

A estratégia de desenvolvimento assente na dimensão local pode constituir uma forma eficaz de dar resposta aos desafios colocados pelas transformações resultantes da globalização. De facto, as mudanças daí derivadas e a respectiva ausência de políticas do poder central (Vásquez Barquero, 1993) têm exigido a criação de novas soluções, entre as quais o desenvolvimento local se destaca. Uma das mais valias desta estratégia é o facto de se tratarem de acções desencadeadas pela própria comunidade.

No contexto europeu isto significa que as iniciativas de carácter local permitem inclusivamente dar resposta às necessidades decorrentes do aumento do nível de vida dos cidadãos, às quais as empresas e as administrações tradicionais ainda não conseguem responder eficientemente.

O objectivo é complementar as estratégias locais com as de escala⁸ (Conselho Económico e Social, 1996), até porque as primeiras, embora importantes, devem ter sempre em consideração as consequências de um processo mais lato, situado ao nível global (Syrett, 1996). Na prática, a estratégia deve passar pela diferenciação da oferta, apresentando-se como um elemento competitivo num mercado globalizado e fortemente concorrencial (Lopes, 2003).

⁸ A nível nacional e europeu.

2.3.3. Dificuldades

Como já tivemos oportunidade de verificar, a dimensão territorial de pequena escala é a base do desenvolvimento local. Mas como acontece em todos os processos de desenvolvimento, também aqui existem dificuldades. Para uma visão sistemática, procederemos, de seguida, a uma breve apresentação de algumas dessas contrariedades.

A primeira relaciona-se, antes de mais, com a própria definição e delimitação do local. Por um lado, um território implica sempre a existência de uma identidade própria, de um sentimento de pertença e de uma vontade favorável à acção colectiva; por outro, exige um espaço económico, cultural, social, político-administrativo, jurídico, geográfico e histórico. Todos estes elementos, embora por vezes contraditórios, contribuem para a construção da imagem de um determinado espaço (Amaro, 1990; 1991), cuja complexidade não facilita a sua definição, já que não há um consenso nas prioridades a considerar. Deste modo, embora as divergências de opinião sejam enriquecedoras, podem, contudo, dificultar o desencadeamento e a progressão destes projectos, já que o que é urgente para uns não o é para outros.

Entre as críticas apontadas a este tipo de estratégias devemos realçar também a própria visibilidade dos projectos. De facto, estes são frequentemente encarados como contributos relativamente reduzidos para o crescimento económico, já que os seus resultados têm uma projecção ao nível micro. Isto significa que para alcançar uma dimensão e uma projecção de carácter alargado, como alguns críticos pretendem, seria necessária a multiplicação dos projectos a uma grande escala, situação que na prática não é exequível. Simultaneamente, os elevados custos destes pequenos programas e a sua difícil coordenação são alguns dos pontos que levam muitos a defender a concretização de estratégias numa escala superior (Friedmann, 1996).

Apesar de todas as vantagens do desenvolvimento a nível local, devemos, no entanto, alertar para o perigo da sua sobrevalorização. Com efeito, embora a localidade constitua uma condição essencial, ela não é a única, pois qualquer projecto neste âmbito exige transformações que vão além do nível micro, porque a sua finalidade é sempre o progresso global da sociedade. Na verdade, não podemos esquecer que o sistema económico local se encontra irremediavelmente integrado num quadro mais amplo, de carácter nacional e internacional.

Uma concepção demasiado “localista” pode mesmo revelar-se perniciosa. Deve por isso existir uma articulação com os níveis mais elevados, aceitando o papel dos elementos externos, sem esquecer ou negligenciar o fundamental: as potencialidades endógenas

(Vásquez Barquero, 1993). Simultaneamente, a sobrevalorização deste nível pode promover o protagonismo excessivo de alguns indivíduos, situação que é, de todo, contrária ao espírito do desenvolvimento local, que deve ser democrático, participativo e partilhado por todos.

Outro dos grandes desafios é quebrar com a resignação e o comodismo dos habitantes locais, resistentes à mudança e pouco participativos. Essa transformação da «atitude mental face ao progresso» constitui uma «condição prévia de todo o desenvolvimento» (Silva, 1964:502). Há uma dimensão pessoal inerente nestes projectos, que exige que os indivíduos tomem consciência da sua importância. Sem uma verdadeira interiorização do seu papel enquanto actores locais e agentes capazes de provocar a mudança, o desenvolvimento nunca será possível. Tem de existir um voluntarismo que desemboque num sentido de responsabilidade civil.

Devemos ainda salientar que, por mais que os projectos de desenvolvimento local provem as suas potencialidades, existirão sempre constrangimentos derivados de interesses opostos de cariz económico ou desencadeados por “grupos” hostis a semelhantes iniciativas, com as quais os seus interesses podem ser prejudicados (Friedmann, 1996). O resultado acaba por vezes por ser uma certa negligência relativamente à importância destes projectos e o seu reduzido financiamento (Amaro, 1998).

Deste modo, embora já exista um consenso alargado no que toca às vantagens de trabalhar ao nível local nas políticas de desenvolvimento, a realidade é que a sua concretização está longe do desejável. No entanto, actualmente são muitos os esforços no sentido de construir um novo modelo mais democrático, humano e justo, fundamentalmente assente na localidade (Vásquez Barquero, 1993).

Para isso é essencial incrementar um processo de desenvolvimento local sustentado e consistente, capaz de fazer frente às transformações externas, por meio de alianças locais entre os sectores público, privado e voluntário, mas acima de tudo, através do aproveitamento dos recursos endógenos e da colaboração e solidariedade entre os actores e os serviços existentes nas localidades (Silva, 1964). Só assim podem ser introduzidos novos valores que incentivem os cidadãos a procurar o seu próprio progresso e a defender as suas raízes culturais, ambientais e sociais. Trata-se de algo essencialmente assente nas potencialidades endógenas e no respeito pela vontade dos habitantes locais (Lopes, s.d.). Até porque o nível local é o mais adequado para analisar as questões do desenvolvimento, uma vez que facilita a compreensão dos fenómenos e as respectivas consequências advindas da reestruturação da sociedade contemporânea.

Finalmente, convém sublinhar que embora o desenvolvimento local tenha como base a pequena dimensão, ele tem como objectivo transformar-se numa estratégia global. Até porque seria um contra-senso e contraproducente desenvolver um trabalho para criar pequenas “ilhas de sucesso”, fechadas em si. Deve existir sempre em articulação com a dimensão global, sendo esta a dinâmica mais apropriada para compreender e solucionar as questões sociais que marcam a actualidade (Syrett, 1996).

2.4. PARTICIPAÇÃO E *EMPOWERMENT* NO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

2.4.1. Participação: porquê e para quê?

Um ponto essencial em qualquer projecto de promoção local é o envolvimento da população endógena (a quem se destina o projecto), pois é ela quem melhor conhece as necessidades locais. Este aspecto é altamente relevante, mesmo quando nos referimos à área cultural e patrimonial. De tal modo que o artigo 13.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro sublinha, não só a importância da articulação entre os diversos níveis da administração pública, mas também com os próprios cidadãos. Mas para que isto seja possível dever-se-ão ouvir os desejos, as opiniões e as representações que os indivíduos têm do seu passado e da realidade que os rodeia, determinando até que ponto essa memória é importante para eles e para o modo como se organizam e se constroem enquanto entidades singulares e colectivas (Jorge, 2000).

A estratégia assenta em desenvolver uma acção conjunta e participada, na qual os actores locais assumam o papel principal, adquirindo e/ou desenvolvendo capacidades de acção. Como resultado, passam também a assumir um maior domínio sobre o rumo das suas próprias vidas, nomeadamente sobre as políticas que os afectam e sobre as mudanças destinadas a melhorar as condições em que vivem (Nunes; Hoven, 1996). Isto significa que, na realidade, não pode existir desenvolvimento sem a sua colaboração, isto é, sem que constituam um elemento fundamental nesse processo (Reis, 1996).

A importância da sua intervenção espelha-se por exemplo no facto de constituírem um elemento essencial para o diagnóstico dos problemas, das necessidades e das oportunidades locais, assim como para a divulgação e valorização do património local, mostrando aquilo que têm de melhor. Assim, ao definirem prioridades ao nível regional, estas estratégias participativas podem garantir que reflectem verdadeiramente as necessidades, as aspirações e

as exigências dos cidadãos (Cruz, 1998; Griffin; McKinley, 1994). Por este motivo, dever-se-á consciencializar a população para as suas capacidades e para as potencialidades locais, multiplicando deste modo as oportunidades de desenvolvimento individual e colectivo. Não devemos, contudo, esquecer que o desenvolvimento deverá sempre construir-se numa perspectiva global do ser humano (Perroux, 1987), mesmo quando nos referimos ao nível local.

2.4.2. Empowerment, intervenção social e política

Como expressão da sociedade civil, o desenvolvimento local constitui um instrumento através do qual os sujeitos, inclusivamente os mais pobres, afirmam os seus direitos. Não se refere apenas a uma mera e simples prestação de serviços, mas implica, antes de mais, a consolidação real de uma democracia participativa (Soares, 1989b). Isto significa que reconhece o direito de se manifestarem como seres humanos e cidadãos, e que o desenvolvimento é encarado, não só como a necessidade de melhorar as condições de vida, mas também de desenvolver as potencialidades intrínsecas dos próprios indivíduos (Friedmann, 1996).

A finalidade consiste em promover um verdadeiro *empowerment* das comunidades e respectivos elementos, ou seja, concorrer para que estes adquiram a capacidade de aumentar o poder de intervenção nas suas próprias vidas e destinos (através de agentes externos ou de uma auto-promoção). Situação que se traduz, na prática, no aumento da eficácia no exercício da cidadania e num sentido de emancipação e desenvolvimento a partir da dimensão local. Em vez de permanecerem dependentes do auxílio estatal, como frequentemente sucede, devem procurar, em primeiro lugar, as suas próprias soluções. Deste modo, é fundamental reconhecer os membros das comunidades como parceiros na produção, nos serviços e na vida democrática, evitando que constituam meros peões despersonalizados (Nunes; Hoven, 1996).

Concluimos assim que uma sociedade civil vigorosa é essencial em qualquer estratégia de desenvolvimento (Griffin; McKinley, 1994), uma vez que, ao procurarem a inclusão económica, social e política na sociedade, os indivíduos caminham para o *self-empowerment* individual e colectivo, exigindo justiça social e dignidade enquanto seres humanos. Actualmente, é essencial que todos tenham algo a dizer na formação das suas sociedades (Clark, 1991).

2.4.3. Como promover a identificação dos cidadãos com o património local?

As práticas de desenvolvimento patrimoniais implicam, não só a intervenção das entidades, instituições e respectivos representantes, mas também, e antes de mais, da população a quem se destina o projecto.

Sabemos, porém, que continua a existir uma certa resistência relativamente às acções participativas, que coloca a questão de como promover atitudes mais activas por parte dos cidadãos. Vejamos algumas hipóteses:

- Perseverança, sensibilização e divulgação: o Homem é um ser gregário, incapaz de viver em completo isolamento. Todavia, a intensidade do ritmo de vida actual leva a que por vezes se despreze essa necessidade comunitária. Por isso, compete ao governo local e às associações existentes garantir o envolvimento dos cidadãos, adoptando uma atitude de perseverança e consciência do seu papel.

O afastamento dos cidadãos relativamente à realidade comunitária provém, frequentemente, do desconhecimento. E isto refere-se não só a tudo o que o sujeito pode fazer pela comunidade, mas também ao reconhecimento das suas raízes, na medida em que a identificação com o passado permite dignificar e valorizar a cultura local (Pinto, 1998). Porém, e como é óbvio, é impossível nutrirmos afecto ou até interesse pelo que não conhecemos, daí a importância de divulgar a história e a evolução do território e dos habitantes que o povoaram um dia. Esses conhecimentos desenvolverão, mesmo que inconscientemente, laços e algum gosto em preservar e valorizar o seu passado e o que resta dele.

- Incentivo ao espírito crítico: Para além da divulgação, deverão ser concedidos à população os instrumentos necessários⁹ para que também ela possa auscultar, avaliar e debater a evolução dos projectos de desenvolvimento, segundo a sua perspectiva pessoal e com base no seu conhecimento empírico (Maurício, 2003). Esses saberes e a valorização das suas opiniões constituem elementos estratégicos para a participação da população, que se sente como um elemento importante para o sucesso do desenvolvimento local.

- Consciencialização e protecção: Superadas as fases de divulgação e potencialização, o processo de apropriação individual e colectiva do imaginário local deverá decorrer “automaticamente”, sobretudo no que respeita aos legados naturais, históricos e arqueológicos, que são os testemunhos e a materialização do local e do seu passado. De facto, a consciencialização da população assume sempre grande importância na protecção do

⁹ Como por exemplo fornecer indicadores perceptíveis que permitam acompanhar os processos e gerar o debate.

património cultural e ambiental, uma vez que o sentimento de pertença e de identidade relativamente a esses bens estimula a comunidade a assumir perante eles uma atitude de defesa e salvaguarda. É por este motivo que qualquer política, museu, parque ou edifício que sejam criados em seu favor não devem surgir do exterior ou como algo que lhes é alheio. A consciencialização e a sensibilização patrimoniais devem ser acompanhadas pela divulgação de informação e também pelo envolvimento intenso dos órgãos locais, como associações, escolas e a própria autarquia.

- Incentivo à participação activa: O culminar de todo este processo desemboca na tão desejada participação, que poderá encorajar a colaboração noutros projectos futuros. Isto porque quando os resultados se tornam visíveis, os habitantes sentem, como ninguém, esse trabalho como algo que lhes pertence e que é o resultado do seu esforço (Stoffel, 2004), gerando fortes laços de pertença cultural e incentivando-os a repetir a experiência.

Em suma, embora a visão tradicional de desenvolvimento (associada ao crescimento económico) continue a prevalecer, a realidade é que essa perspectiva tem vindo a sofrer transformações. Na verdade, ela é cada vez mais colocada em causa, procurando-se agora ajustar as políticas de desenvolvimento aos novos padrões da realidade contemporânea.

As mais recentes soluções passam pela sustentabilidade, pela democracia participativa, pela sociedade civil, pela capacidade de decisão da comunidade, por um crescimento económico adequado e pelo crescimento qualitativo. São estes alguns dos instrumentos-chave que conduzem ao *empowerment* individual e colectivo e integram um modelo de desenvolvimento coerente com a realidade actual. A finalidade é incluir nos processos económicos e políticos todos aqueles que se encontram excluídos do desenvolvimento.

É fundamental ouvir a população, assim como determinar verdadeiramente as suas necessidades, colocando-as em primeiro lugar. Obviamente, isto implica que os indivíduos assumam uma atitude participativa e activa na construção do seu próprio futuro, dado que o verdadeiro progresso é construído por pessoas e não para as pessoas, ou seja, não devemos apenas dar, mas acima de tudo, potencializar (Clark, 1991).

2.5. CULTURA E PATRIMÓNIO HISTÓRICO-ARQUEOLÓGICO

2.5.1. Cultura: uma noção complexa

Embora os factores económicos continuem a constituir uma prioridade, a realidade é que a cultura, à semelhança do ambiente, tem vindo a ser progressivamente reconhecida e valorizada. Esse reconhecimento resulta da articulação de um conjunto de factores, como a consciencialização da sua rentabilidade económica, a globalização, o ritmo frenético da sociedade actual e o enfraquecimento dos laços sociais de origem.

Simultaneamente, todos os países, regiões e pequenos locais têm marcas físicas que os identificam e personalizam. São esses elementos que concedem aos seus habitantes uma ligação com a sua história enquanto cidadãos. Neste sentido, a cultura, enquanto conjunto de valores, costumes, instituições, obras, perspectivas, comportamentos, mitos, ideologias e imagens construídas por determinada sociedade, assume-se como um elemento essencial na existência de cada um, uma vez que estabelece o modo como determinada população vive, encara e age face às situações e fenómenos que se lhe depara (Teisserenc, 2002). A cultura constitui por isso, não só uma herança social, mas também um quadro de referência na regulação das suas relações (Teisserenc, 1997), o que significa que é através desta “bagagem cultural” que as comunidades percebem e racionalizam o mundo, assegurando a integração dos indivíduos na sociedade. Ela é a depositária dos valores, dos preceitos e das representações colectivas que coordenam as relações humanas no seu nível mais profundo (Sainsaulieu, 1987). A conjugação de todos estes factores permite-nos afirmar que a cultura é claramente uma característica essencial da espécie humana. É algo que lhe está inerente (Jorge, 1995b).

2.5.2. Património: a materialização da cultura

A) Valor e aceção

O valor cultural não é unívoco; pelo contrário, é composto por elementos de diversa ordem. Por este motivo, e na qualidade de noção complexa e ampla, a cultura não se esgota nas suas definições mais abstractas, mas está também associada a uma vertente mais física, representada pelo património (embora também este possua um lado imaterial, associado à transmissão dos direitos e obrigações e aos laços de identificação que transmite). Mas de uma forma geral, ele pode ser definido como o conjunto dos bens produzidos pelo Homem, legados pelas gerações passadas às futuras (Grefe, 1999).

Ao tentar especificá-lo acabamos por verificar que abarca sectores tão diversos como o património ambiental e paleontológico, mas também gastronómico, audiovisual, fotográfico, arquivístico ou documental, literário, musical, científico, arquitectónico, histórico-arqueológico, entre outros. A Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro define-o como «todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial protecção e valorização» (Artigo 2.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro).

Relativamente ao seu processo evolutivo, podemos afirmar que foi a partir dos anos 70 e 80 do século XX que os seus contornos se transformaram. Em primeiro lugar, a nível tipológico, uma vez que passaram a ser incluídos na sua definição sítios, objectos e edifícios diversificados, como os centros históricos, as casas rústicas, os parques e os jardins, entre muitos outros. Em segundo lugar, porque se verificou um alargamento das suas fronteiras cronológicas, recuando, por um lado, devido às noções arqueológicas clássicas, e avançando, por outro, graças às novas formas de encarar o património mais recente, como o industrial ou a arquitectura urbana de qualidade. Finalmente, este conceito sofreu ainda uma revolução na sua natureza geográfica, uma vez que implicou uma internacionalização dos valores e das orientações políticas relativamente à sua conservação, da qual as cartas e convenções internacionais dão um bom testemunho (Reis, 2004).

Esta evolução espelha um crescente interesse da sociedade pelo seu património, situação que não se deve apenas à progressiva divulgação do valor patrimonial pelas entidades idóneas, mas à emergência de novos valores. O património assume assim um papel proeminente, ao afirmar-se como componente essencial na manutenção de um nível de vida digno e na preservação da diversidade cultural e biológica, de acordo com a mais recente redefinição das prioridades do desenvolvimento (Reis, 2000; 2004).

Para além dos novos valores, também a própria consciência dos riscos decorrentes de uma sociedade fortemente industrializada permitiu acentuar e justificar as preocupações relativas à crescente degradação do património. Nunca, como agora, se atribuiu tanta importância a estas questões, de tal modo que se têm tornado alvo frequente de intervenção e de debate público, muito devido às pressões e às transformações sócio-económicas introduzidas pela industrialização (Reis, 2000).

Prova disso é a produção de artigos e obras científicas sobre o assunto, assim como, a criação de legislação e órgãos responsáveis pela protecção e valorização do património cultural. Defendê-lo, salvaguardá-lo e melhorar o acesso à cultura são actualmente obrigações do Estado, consagradas inclusivamente na lei. A ele compete garantir a sua valorização

através da estimulação de formas de cooperação entre as autarquias, agentes privados e até entre os cidadãos em geral (Decreto-Lei nº 42/96, de 7 de Maio).

B) Património cultural e identidade

À semelhança dos valores e das representações construídas pelas comunidades, também o património (em particular o histórico-arqueológico) possibilita a identificação dos cidadãos com o território onde se encontram inseridos, permitindo-lhes adquirir a autoconfiança e o ânimo necessários para enfrentar o futuro (Real, 1998).

É essa identidade partilhada, com raízes numa história, memória e património colectivos, que promove a mobilização da população e a impulsiona a agir a partir do seu passado (Teisserenc, 1997). Graças à «sua capacidade aglutinadora da consciência, da coesão e da identidade nacionais», a herança patrimonial revela-se um autêntico «factor de integração da memória colectiva», (IPPAR, 1993:XII-XXVIII; Artigo 2.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro). Neste sentido, a ideia de preservação e salvaguarda encontra-se intrinsecamente ligada ao conceito de património, cujo objectivo final não é a conservação *per se*, mas a transmissão de bens e, acima de tudo, de saberes às gerações vindouras (Reis, 2000).

É a partir dessa identificação colectiva que se constrói o sentimento de pertença e se criam os laços necessários à vivência em comunidade e ao seu progresso. Renaud Sainsaulieu (1987) afirma mesmo que as políticas culturais podem revelar-se um verdadeiro motor de desenvolvimento, desde que assentem num processo de criatividade interna fundada no reconhecimento das diferenças, na emergência de novas identidades e na formação colectiva de projectos.

Portanto, para além das suas funções estéticas, educativas e lúdicas, o património assume, acima de tudo, uma função cognitiva e memorial na qual os cidadãos se revêem, pois «sem memória não há pessoa, não há projecto, não há sentido de comunidade» (Jorge, 2000:19-23). Estes sistemas identitários de cariz sócio-cultural ou apenas interpessoal, construídos em função de uma identidade local, são desde logo um elemento indispensável na construção do desenvolvimento, uma vez que permitem estabelecer uma relação de proximidade entre os membros da comunidade em função dos problemas existentes. Na verdade, aqueles têm perfeita consciência das necessidades e potencialidades endógenas, o que permite estabelecer uma articulação entre o desenvolvimento individual e o colectivo, assim como, entre a dimensão económica, social, ambiental e cultural do progresso.

Por outro lado, o património atribui sentido, valor e significado a algo que já não tem utilidade prática na actualidade, e é esse facto que legitima a sua protecção (Kirshenblatt-

-Gimblett, 1998; Greffe, 1999). É a partir dessa atribuição de um sentido pessoal, mas também colectivo, que a sua relevância é determinada. Só assim o património pode ser considerado como tal: ele só o é quando o Homem lhe atribui essa significação, ou seja, não existe *per si*.

Para garantir esse reconhecimento, o património deve assumir-se como elemento prático útil e necessário. Caso contrário, embora sobreviva em termos físicos, desaparece a nível conceptual, e nesta medida «as políticas de conservação convencionais» correm o risco de cometer um erro por «nunca contemplarem esta possibilidade, encontrando-se apenas centradas na conservação do património por si mesmo, sem considerar estratégias ou planos de interpretação, gestão e desenvolvimento» (Padró; Miró, 2005: 2).

Não faz, portanto, sentido impor património. Afirmar a relevância de determinado bem patrimonial que não é sentido como tal pela população, mas que apenas é reconhecido pela comunidade científica, implica um esforço redobrado para que seja corroborado o seu relevo social (Valera, 2005). O que sucede geralmente nestes casos é que a população encara aqueles bens situados no seu próprio território como algo que lhes é alheio (Reis, 2000).

Em suma, o nível local é o mais apropriado para dar resposta às transformações económicas que ocorrem na sociedade actual, proporcionando uma base para promover a solidariedade social e, por acréscimo, mobilizar as populações locais na construção de um desenvolvimento mais humano e menos economicista (Syrett, 1996; Amaro, 1992). O incremento deste interesse justifica o estabelecimento de uma ponte entre a investigação científica e a democratização da cultura, que deve resultar no desenvolvimento integrado da região e na melhoria das condições de vida da sua população (Geoideia, 1995).

C) A indispensável procura de equilíbrio entre a utilização pública do património e a sua salvaguarda

Um dado fundamental nestas questões é a procura de equilíbrio entre a utilização do património e a sua salvaguarda (Lima, 1996). Devem ser considerados critérios como a sua importância científica, estética, simbólica, económica e patrimonial, que tenham acima de tudo em conta os interesses da sociedade, sobretudo da comunidade local. A nível económico, dever-se-á privilegiar, não só o desenvolvimento de actividades como o turismo, mas também o recurso a áreas subaproveitadas, dotando-as de rentabilidade social. O objectivo é sempre a promoção de um desenvolvimento assente nas potencialidades locais e nas suas características económicas e sociais.

Por outro lado, o património não deve como mero deleite intelectual, até porque «o património só faz sentido por relação com o nosso desenvolvimento» (Silva, 1995:494). Ou seja, ele é sempre valioso (valor intrínseco ou material); todavia, isso não lhe confere um estatuto de intocável, porque mais do que algo material, ele resulta de uma interação com o Homem em todas as gerações. É essa relação que o torna tão relevante, já que constitui o reflexo da nossa evolução enquanto seres humanos, sendo por isso perfeitamente legítima a sua utilização (sempre regrada e controlada) na construção do futuro. Nesta perspectiva, as atitudes excessivamente conservadoras esquecem ou procuram ignorar que «o que apreciamos hoje como património é já o resultado de muitas apropriações, manipulações e recriações passadas» (Silva, 1995:495) e que aquele corresponde também aos seres humanos, às suas vivências e soluções encontradas para enfrentar o quotidiano.

Obviamente que isto não significa que o património cultural deva ser utilizado desmesuradamente. Pelo contrário, é fundamental que exista consciência e racionalidade no seu aproveitamento e que se evitem situações perniciosas. Não é, de todo, conveniente que o uso excessivo e desproporcionado contribua para o aceleramento da destruição dos bens em causa, caso contrário tornar-se-ia contraproducente. Para além do mais, não seria uma gestão regida por uma política de desenvolvimento sustentável e o modelo acabaria por ruir.

Deste modo, o fluxo de pessoas deve ser controlado, de modo a salvaguardar os vestígios existentes e a evitar a degradação ambiental e patrimonial, assim como processos negativos que culminam na transformação do ambiente sócio-cultural local (Pinto; Correia; Silva, 1995; Padró; Miró, 2005; Lima, 1996).

Em suma, ponderando por um lado os custos e, por outro, os benefícios, dever-se-á procurar levar a cabo políticas capazes de unir os objectivos de preservação aos de fruição do património, empreendendo acções educativas junto do público e promovendo, simultaneamente, o respectivo acesso a testemunhos importantes de valor patrimonial (Resolução da Assembleia da República n.º 71/97).

2.6. IMPORTÂNCIA E UTILIDADE DA CULTURA E DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO-ARQUEOLÓGICO NAS QUESTÕES DO DESENVOLVIMENTO

2.6.1. Cultura, património e desenvolvimento

A cultura, o património e as suas potencialidades continuam a ser frequentemente negligenciadas na sociedade actual; e embora se tenham vindo a registar algumas transformações, os preconceitos mantêm-se. De facto, a área continua a ser por vezes considerada um obstáculo à modernização¹⁰ e à realização das “verdadeiras”¹¹ políticas de desenvolvimento, e não um elemento essencial à sua promoção. Como resultado, os objectivos culturais acabam por ser abordados de um modo superficial. Simultaneamente, e a concorrer para esta situação, até há pouco tempo, o mundo arqueológico encontrava-se restringido à comunidade científica, sendo rara ou quase nula a comunicação com o exterior (a sociedade).

Actualmente, embora o panorama não seja ainda o ideal, a situação tem-se tornado mais favorável, muito devido à inclusão do património cultural nas políticas de ordenamento do território. Por um lado, os arqueólogos estão cada vez mais cientes da importância do reconhecimento social da disciplina e dos seus conhecimentos; por outro, os próprios cidadãos têm cada vez mais interesse pela área¹² e pelos conhecimentos daqui resultantes. Há uma consciência crescente da importância da cultura como «parte integrante do processo de desenvolvimento» (Teisserenc, 1997:107).

A sua preservação assume por isso cada vez maior relevo, uma vez que a «promoção do aumento do bem-estar social e económico» dos cidadãos e o «desenvolvimento regional e local» constituem duas das principais finalidades do património (Artigo 12.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro).

De facto, as novas visões do desenvolvimento têm sublinhado o seu papel enquanto condição fundamental nos fenómenos de transformação e promoção local, podendo e devendo ser integrada na mecânica dos projectos locais que visam a transformação social, económica e até política. A cultura pode, deste modo, promover a imagem do território e potencializar as capacidades dos seus próprios habitantes (Teisserenc, 1997), assumindo-se como

¹⁰ O conceito de cultura encontra-se associado ao de tradição e neste sentido, no passado, era tradicionalmente encarado como uma resistência ao progresso (Dube, 1988).

¹¹ Isto porque até há algum tempo atrás, o “verdadeiro” desenvolvimento se encontrava apenas associado ao crescimento económico.

¹² Interesse expresso pelos seguintes indicadores: o número crescente de visitantes a espaços histórico-arqueológicos; os membros de associações de defesa do património; a participação em acções de protesto movidas em torno destas questões; petições, entre outros (Reis, 2004).

«instrumento de luta em defesa dos seus interesses na dinâmica das transformações inerentes ao processo de desenvolvimento» (Soares, 1989a:18).

De acordo com a UNESCO, não há desenvolvimento real sem desenvolvimento cultural em cada Homem, o que significa que as políticas empreendidas nesta área devem ser geridas através de «instrumentos de cooperação entre detentores de bens culturais e as populações» (Artigo 13.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro), garantindo a afirmação e o enriquecimento das identidades de cariz cultural (Soares, 1989a).

Portanto, para além da preservação do património, devem ser tidas em consideração as necessidades da população local, e dever-se-á procurar dar resposta a ambos (ICCRUM, 2006).

2.6.2. O reconhecimento social da cultura e do património

Numa sociedade cada vez mais marcada pelo desenraizamento e pela homogeneização, o património cultural histórico tem uma função a desempenhar, relativamente à preservação das reminiscências do passado, mas sobretudo da diversidade que lhes está subjacente (Reis, 2004). Victor Hugo chegou mesmo a afirmar que o passado é «o que uma nação tem de mais sagrado, depois do Futuro» (Choay, 2000:120), pois a ele devemos a nossa identidade.

A sua recente valorização e conservação têm como base fundamental a nova consciência histórica das sociedades, fundamentalmente assente no progresso económico-social dos cidadãos, assim como no próprio aumento da esperança média de vida¹³. Para além disso, as crescentes necessidades de repouso e lazer, assim como os serviços daí derivados, têm alargado as fontes de recursos e as possibilidades do património.

Esta nova óptica tem multiplicado as visitas a lugares histórico-arqueológicos e resultado numa verdadeira «comercialização da cultura», subordinando muitas vezes os bens culturais às exigências de rentabilidade (Reis, 1999). Todavia, já não é um desenvolvimento meramente económico, que tende para um esgotamento dos recursos, mas, pelo contrário, um crescimento, cuja prioridade é a qualidade de vida do ser humano. A finalidade consiste em «fazer da história um bem de consumo cultural», em que o passado e a sua materialização (o património) se transformam cada vez mais num «objecto de consciência social» (Reis, 1999:83). Neste sentido, a investigação dos recursos e marcas locais, como o património e a história local, constitui uma peça importante para a afirmação das comunidades e assume um

¹³ Face à dilatação da faixa etária mais idosa, que, graças à sua disponibilidade, constitui um grupo-alvo de grande interesse para a área patrimonial.

grande peso nos modelos de desenvolvimento locais, sobretudo nos projectos a longo prazo (Stoffel, 2004; Throsby, 2003).

Exigem-se assim novas responsabilidades sociais à cultura e ao património (Joseph Ballart, 2001) que pressupõem que «futurizemos um passado» e lhe atribuamos uma relevância social (Jorge, 2000:119). Com efeito, a oferta patrimonial tem poucas possibilidades de captar a tão desejada valorização se não se debruçar sobre uma oferta de serviços e uma reconhecida utilidade. Como justificar os financiamentos se o arqueólogo não se tornar um verdadeiro investigador social (Grefe, 1990; Valera, 2005)?

Todavia, e na verdade, os benefícios retirados de actividades associadas ao património histórico-arqueológico podem revelar-se diversos. Mas, de uma forma geral, podemos identificar três categorias: os directos, os indirectos e os induzidos. No primeiro caso existem duas perspectivas diferentes acerca da sua definição: alguns autores consideram-nos as despesas efectuadas pelos utilizadores nas entradas, na venda de catálogos e postais, entre outros; outros encaram-nos como aqueles que resultam da responsabilidade dos organismos de gestão no local, como o pagamento de salários, as despesas de entretenimento e a compra de matérias-primas.

Os benefícios indirectos, por sua vez, dizem respeito aos efeitos gerados indirectamente pelas despesas efectuadas pelos turistas na sua deslocação, nomeadamente em termos de alimentação, transporte e alojamento.

Finalmente, os benefícios induzidos referem-se, por exemplo, ao efeito de atracção relativo à renovação de um monumento e respectiva instalação de novas actividades, ao melhoramento do nível de vida dos cidadãos, à extensão dos mercados e ao desenvolvimento de novas actividades (Grefe, 1990; 1999).

Este alargamento da função social dos vestígios histórico-arqueológicos tem exigido, por sua vez, uma gestão do património assente nos valores de salvaguarda, preservação, valorização, mas também na dinamização de actividades. O método é identificar as possibilidades e as possíveis utilidades do bem em causa e, de seguida, hierarquizá-las, de modo a tomar a atitude com maior potencial (Grefe, 1990). Revelam-se potencialidades e possíveis mais-valias para o local baseadas no património, mas que, no entanto, só serão exequíveis em articulação com a população (Lago, 2003). Devemos ter ainda em consideração que o modelo de desenvolvimento deve ser ajustado às características do local, o que significa que não existe um modelo único e inquestionável de desenvolvimento, passível de ser aplicado a todas as circunstâncias, já que cada caso tem a sua especificidade (Throsby, 2003).

2.6.3. Os “valores” do património

O património deve ser encarado sob duas perspectivas diferentes: enquanto suporte/matéria-prima e enquanto fonte de serviços. Na verdade, actualmente a valorização do património já não está apenas associada à sua protecção legal e jurídica, mas também à sua fruição. Isto porque é essencial ver no património uma economia, para a qual é indispensável desenvolver as capacidades de inovação necessárias e estimular o interesse pelos bens em causa. Quanto menos interesse despertar menos possibilidades de protecção e investimento poderá assumir; ao mesmo tempo que quanto menos conscientes os cidadãos estiverem relativamente ao seu valor e importância mais lhes custará abdicar de determinadas liberdades¹⁴ em favor da protecção desse mesmo património (Greffé, 1990; Padró; Miró, 2005). Consciencializados, os indivíduos assumem essas restrições como uma condição importante para atingir um objectivo maior: a preservação e valorização de bens endógenos essenciais para o local.

Por outro lado, só quando correctamente assimiladas as duas componentes fundamentais do património (enquanto matéria-prima e fonte de serviços), podem ser analisados e compreendidos os seus diferentes valores. Entre eles, destacamos o espiritual, o simbólico, o cognitivo, o histórico, o estético, o económico e o de autenticidade (Throsby, 2003; Greffé, 1990; 1999). Focalizando-nos num nível mais concreto, podemos deparar-nos com outros elementos de relevo, a saber:

A) Protecção e valorização

A preocupação crescente relativamente ao património histórico-arqueológico tem permitido criar condições para que seja, não só divulgado entre o grande público, mas também valorizado, protegido e conservado. Alguns estudos têm demonstrado que as acções se encontram interligadas e que a conservação tem um grande papel a desempenhar na própria consciencialização dos cidadãos. Isto porque estes deixam de ter interesse no património se este se encontrar num elevado nível de degradação. Por maior valor histórico que assuma, tenderá sempre a ser negligenciado e abandonado, o que apenas acelera ou torna mesmo incontrolável a sua deterioração. Do mesmo modo, um bem patrimonial em boas condições poderá despertar muito mais interesse e, inclusivamente, aumentar o conjunto de recursos disponibilizados para a sua conservação. A sua valorização tem, portanto, muito que ver com o seu grau de preservação e torna-se, assim, crucial fomentar o interesse da população local

¹⁴ Nomeadamente a restrição da circulação em espaços de elevado valor patrimonial.

pelo seu património através de acções concretas e reconhecer os museus e parques como instrumentos privilegiados de desenvolvimento, ao concorrerem para a valorização do património cultural e natural (Lumley, 1995). As estratégias utilizadas para obter essa atenção podem assentar por exemplo em campanhas de sensibilização, na criação e divulgação de actividades e folhetos informativos, ou até permitindo a visita gratuita aos bens patrimoniais em datas estipuladas. Situações que exigem, obviamente, um grande dinamismo da parte dos organismos oficialmente responsáveis (Grefe, 2004).

Esta perspectiva de conservação assente na sensibilização é actualmente advogada por muitos defensores do património que a encaram não como uma conservação absoluta e estática, mas como o processo de utilização rentável e sustentável dos recursos endógenos existentes.

B) Expansão dos conhecimentos

O património constitui só por si uma fonte de conhecimentos, mas o seu valor encontra-se na possibilidade de expansão e de aprofundamento que possibilita. Por um lado, com o desenvolvimento de investigações científicas; e por outro, por representar um instrumento de aprendizagem e formação para crianças, jovens e adultos. Esta situação aplica-se, não só aos visitantes e turistas, mas também aos próprios habitantes, que conhecendo melhor o seu património têm mais possibilidades de tirar proveito das suas potencialidades e mais interesse em protegê-lo (Oosterbeek, 1996).

C) Promoção de actividades e serviços diversificados

Ao possibilitarem a exploração de novas fontes de desenvolvimento, os projectos culturais justificam em parte os investimentos realizados na recuperação do património local (Teisserenc, 1997). De facto, trata-se de uma oportunidade para melhorar as condições materiais e de vida da população, uma vez que para além da recuperação e do reaproveitamento de antigos edifícios, estas políticas poderão ainda proporcionar novos espaços lúdicos e de lazer, relevantes não só para atrair visitantes e iniciativas, como também para disponibilizar espaços de sociabilidade.

Todavia, quando pensamos em todos estes bens e serviços culturais, há uma certa tentação em questionar o que os distingue daqueles que são produzidos no sistema económico convencional, sobretudo quando nos referimos ao turismo. A diferença assenta na criatividade, através da qual os produtos e os serviços culturais são produzidos e no sentido simbólico que lhes é atribuído. É pois nesta perspectiva que podemos afirmar que enquanto

estes encarnam, não só valores de cariz cultural e económico, mas também de qualidade e distinção; os bens produzidos na economia convencional apenas possuem valor económico e pouco mais (Greffé, 1999).

De facto, a introdução de elementos de identidade cultural nos bens e serviços disponibilizados atribui-lhes uma qualidade e originalidade próprias, capazes de garantir a competitividade no mercado (Greffé, 1999). Portanto, o potencial cultural não deve, de todo, ser negligenciado, mas antes devidamente aproveitado.

C.1) Turismo

Intrinsecamente ligado ao sector cultural, encontra-se o turismo, cujo crescimento nesta vertente tem sido assinalável¹⁵. De facto, temos assistido ao progressivo estreitamento das relações entre turismo e desenvolvimento com recurso ao património (nomeadamente de carácter histórico e arqueológico), no que se designa por “fileira do turismo cultural” (Greffé, 1999). As possibilidades daqui derivadas são, sem dúvida, extraordinárias; porém, e apesar da sua reconhecida importância, não podemos encarar o turismo como o único caminho para o desenvolvimento. Pelo contrário, deve constituir apenas o ponto de partida.

C.2) Promoção dos produtos e dos saberes locais

O património pode ter, de facto, efeitos verdadeiramente multiplicadores, promovendo os conhecimentos histórico-arqueológicos, mas também a divulgação e o desenvolvimento de outras áreas associadas à gastronomia e artesanato locais.

Mas para além dos produtos em si, as próprias profissões tradicionais do local poderão constituir um atractivo. De facto, a recuperação de profissões típicas em extinção, quando estrategicamente aplicada, poderá constituir uma mais-valia num momento em que as reminiscências do passado são extremamente valorizadas.

Outra questão importante é a necessidade de garantir o rigor e a autenticidade dos bens patrimoniais, a fim de evitar uma massificação despersonalizada e sem qualquer qualidade. Este tipo de produtos deve caracterizar-se pela sua superioridade relativamente aos existentes no mercado comum. Esta tarefa só poderá ser conduzida a bom termo se for seguida de uma cuidadosa planificação, que consiga articular as diferentes áreas envolvidas no local: os vestígios histórico-arqueológicos, a paisagem natural, os potenciais agrícolas e artesanais, entre outros. Para isto será necessário coordenar os objectivos e medidas associadas ao

¹⁵ Vide ponto 2.10.TURISMO CULTURAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL.

turismo com as que se encontram ligadas à educação e ao desenvolvimento regional e económico, para que deste modo se reconheça o valor da região e das suas potencialidades (Pinto; Correia; Silva, 1995).

C.3) Criação de infra-estruturas

O desenvolvimento de todas as actividades que temos vindo a referir, nomeadamente investigações, actividades turísticas e formativo-pedagógicas exigem a instalação de equipamentos de apoio, como auditórios, salas de conferências, estruturas de alojamento e restauração, bibliotecas, entre outros, que passam a fazer parte do próprio quotidiano dos habitantes locais, atraem pessoas e investimentos e fomentam o desenvolvimento. Essa criação de infra-estruturas poderá, de facto, revelar-se uma mais-valia para o local e potenciar o seu desenvolvimento.

C.4) Os mercados interno e externo

Apesar dos aspectos produtivos não constituírem uma condição exclusiva para o desenvolvimento local, constituem um elemento indispensável na sua construção, até porque «a redistribuição de recursos sem crescimento do produto acarretaria perdas cumulativas cuja consequência seria a descida da taxa de crescimento realizada» (Perroux, 1987). Embora o carácter exclusivamente económico do desenvolvimento tenha vindo a ser colocado em causa¹⁶, a realidade é que este não pode existir sem um crescimento dessa ordem. É por isso importante apostar nos potenciais de produção do local e reforçar as suas características próprias e identificativas, de modo a marcar uma posição perante o exterior. A identidade e a cultura locais desempenham aqui um importante papel, na medida em que são responsáveis pela criação de representações colectivas, utilizadas como imagem “de marca” na procura do desenvolvimento (Reis, 1996). Envolver a população o mais possível, garantir o aproveitamento e a sustentabilidade temporal dos recursos e contribuir para uma melhoria qualitativa e quantitativa das acções implementadas são dimensões que não devem ser descuradas (Ramalho, 1998).

Neste contexto, o mercado interno assume um valor acrescido, uma vez que à escala local é possível tirar partido das actividades menos expostas à concorrência externa, embora em permanente articulação com as dimensões nacional e internacional (Conselho Económico e Social, 1996). É, contudo, necessário que os produtos endógenos sejam reconhecidos e

¹⁶ Sobre a crise da visão economicista do desenvolvimento, *vide* ponto 2.2.2. DESENVOLVIMENTO: MAIS DO QUE CRESCIMENTO ECONÓMICO.

comerciáveis fora do mercado interno. Isto porque a própria capacidade de produção derivada de uma origem exclusivamente local tem vindo a diminuir (Reis, 1996). De tal modo que alguns autores têm mesmo sugerido como alternativa a difusão dos produtos locais a novos mercados como as comunidades portuguesas no estrangeiro ou até nos PALOP (Costa, 2004).

Em suma, os territórios locais devem procurar redescobrir novas possibilidades de desenvolvimento e tirar partido de potencialidades próprias, com as quais a grande escala e os meios urbanos são incapazes de competir (Amaro, 1998).

C.5) A criação de actividades e postos de trabalho diversificados

Como resultado de todo este dinamismo é possível gerar postos de trabalho extremamente diversificados, capazes de criar novas soluções para a subsistência e vivência do agregado familiar. Isto porque estes programas acabam por resultar (quando bem sucedidos) na dinamização do mercado de trabalho: «A cultura é, numa sociedade de serviços, um sector criador de emprego, em particular em torno da revalorização do património» (Teisserenc, 1997:112), embora alguns estudos tenham demonstrado que a sua representatividade é ainda muita reduzida, pelo menos na Europa (Grefe, 1999). Apesar disso, a introdução de actividades criativas como a animação de espaços históricos, a realização de teatros alusivos, as feiras de divulgação dos produtos locais e regionais, entre outras, poderão revelar-se verdadeiramente proveitosas neste âmbito (LAC, 2003; Oosterbeek, 1996).

De uma forma geral, podemos dividir as profissões derivadas do património em quatro grupos, a saber: as profissões directas (associadas a organismos ou entidades de protecção e/ou valorização); indirectas (relacionadas com actividades de conservação e restauração); e induzidas¹⁷ (que têm por base a utilização do património como matéria-prima para a criação de determinada iniciativa). O último sector corresponde às profissões derivadas da actividade turística. O turismo cultural, materializado nos visitantes a monumentos e sítios, tem capacidade de criar postos de trabalho, não apenas no local, mas em toda a área circundante (através de hotéis, restaurantes, meios de transporte, venda de produtos, entre outros). Todas estas acções, mesmo as que não se encontram directamente associadas ao património, constituem grupos de pressão fundamentais para a sua protecção, uma vez que esperam que as suas próprias actividades possam beneficiar dessa promoção (Grefe, 2004).

¹⁷ Profissões geradas por outras actividades, nomeadamente a promoção de serviços artesanais e de indústrias culturais que desenvolvem as suas próprias iniciativas baseadas no potencial patrimonial.

D) A cultura como instrumento de regulação social

Ao contribuir para a consolidação da identidade cultural local e para o reforço dos laços e do sentimento de comunidade, a cultura fornece as bases da integração social (Dube, 1988). O apelo à identidade territorial pode contribuir para uma atenuação das diferenças internas baseadas nas diversidades sociais, ao permitir estabelecer uma comunicação através da afirmação de elos comuns. Ao sublinhar o que os une, a cultura permite ultrapassar as diferenças internas existentes, contribuindo de modo inequívoco para a regulação social (Teisserenc, 2002). A componente cultural do desenvolvimento constitui, portanto, uma estratégia importante na construção e consolidação das solidariedades sociais, da coesão e da «unidade das comunidades em defesa dos seus interesses mais profundos.» (Soares, 1989a).

Essa articulação e partilha de sistemas de códigos simbólicos permite manter e reproduzir a ordem social e cumprir uma função de identificação dos indivíduos com o local, mas também dos cidadãos entre si. Esta ordem não significa, contudo, estagnação. Pelo contrário, a cultura é, por si só, uma força de adaptação e de transformação. Ela tem um papel a desempenhar na sociedade e na sua própria capacidade de reagir à mudança e de transformar as suas estruturas sociais face às pressões exteriores.

E) O papel da cultura face às ameaças da globalização

A globalização tem tido, sem dúvida, um papel de destaque nas sociedades actuais. Transmissão e cruzamento de valores, rapidez crescente na divulgação de informação e estreitamento das distâncias, são alguns dos pontos relevantes deste fenómeno. Todavia, a estandardização, a massificação e a uniformização de costumes daí resultantes tem sido encarada com algum receio, uma vez que pode constituir uma ameaça à cultura local ou conduzir mesmo à alienação social.

Face a esta possibilidade, os especialistas atribuem cada vez mais relevo às instituições e tradições endógenas na realização de projectos específicos, fazendo uso da experiência e do conhecimento local e enfatizando as interações locais entre comunidades. O fortalecimento e a resistência das culturas e tradições, assim como a promoção e defesa de uma identidade comum são agora, mais do que nunca, prioridades.

Em suma, o desenvolvimento local não deve acomodar-se às estratégias tradicionais e puramente economicistas, mas promover a recriação e a multiplicação de actividades muitas vezes negligenciadas, mas que poderão revelar grande potencial (Amaro, 1991). Os projectos inseridos no âmbito cultural podem, de facto, apresentar propostas concretas muito

interessantes com vista ao desenvolvimento. A saber: conservar os recursos patrimoniais; formar os estudantes que desejam aprender algo na área; permitir a investigação; apresentar e divulgar o património; criar actividades no seu âmbito; motivar o encontro e reunião de colectividades; criar pólos de atracção para os turistas, desenvolver produtos e serviços (em particular para empresas); atribuir uma imagem de marca ao território; contribuir para o desenvolvimento das comunidades; procurar cobrir os custos de funcionamento e investir na pesquisa de novos bens patrimoniais (Greffé, 1999).

Nesta perspectiva, a cultura e o património constituem, sem dúvida, instrumentos de relevo na construção do desenvolvimento, uma vez que permitem a emergência de formas de colaboração inesperadas entre diferentes entidades e indivíduos (Teisserenc, 1997) e reforçam as ligações sociais e os laços entre os membros de uma localidade, estimulando a sua acção espontânea e as suas capacidades de inovação e de criação.

Devemos, contudo, sublinhar que os objectivos traçados para o desenvolvimento local devem ser enquadrados em projectos a médio e longo prazo, uma vez que apenas é possível observar os seus efeitos após um período relativamente largo, embora possam existir alguns resultados imediatos, mas não tão significativos (Conselho Económico e Social, 1996). Do mesmo modo, desenvolvimento não é sinónimo de grandes projectos, mas antes de programas de dimensões adequadas aos casos concretos, capazes de proporcionar um progresso sustentável e continuado (Vásquez Barquero, 1993).

2.7. CULTURA, DESENVOLVIMENTO E ECONOMIA

2.7.1. O crescimento económico como instrumento essencial na consolidação do desenvolvimento

Apesar dos efeitos destrutivos que as políticas mais economicistas têm manifestado, a realidade é que mesmo as novas estratégias de desenvolvimento reconhecem a importância da vertente económica, embora sempre conscientes da necessidade de uma gestão racional. O objectivo não é o crescimento económico *per se*, mas o estabelecimento de uma ligação entre este e as vidas humanas (Griffin; McKinley, 1994). Aquele deve, por isso, ser assimilado pelos próprios destinatários das políticas de desenvolvimento e adequado ao contexto em função dos seus custos sociais e ambientais. Assim, podemos afirmar que sem crescimento

económico não pode, de facto, existir desenvolvimento (Friedmann, 1996), mas aqui a estratégia é fazer com que no final ele seja parte da resposta, e não a resposta em si.

2.7.2. Economia, cultura e desenvolvimento

A relação entre economia e cultura era, até há pouco tempo, marcada por uma difícil conciliação, uma vez que «o território do economista não é *a priori* o do “homem do património”» (Greffé, 1990:9). Por um lado, os especialistas dedicados à cultura tinham uma “espécie” de adoração sagrada pelo património, considerando uma “ignomínia” a sua utilização como recurso económico. Por outro, os próprios economistas consideravam aquela área incapaz de produzir riqueza, e, portanto, inútil.

Mas com a crescente valorização dos bens histórico-arqueológicos temos vindo a assistir à alteração dessas perspectivas. A necessidade de preservar e salvaguardar o património tem exigido a criação e o desenvolvimento de serviços que possam dar resposta a estas novas demandas e estimular a emergência e a multiplicação de actividades diversificadas em seu torno. Esta situação é o resultado da crescente consciência dos cidadãos relativamente à importância dos bens patrimoniais, e tem permitido a transformação desta área numa verdadeira actividade económica (Zilhão, 1998). Sucede que os novos conhecimentos gerados pelo património geram riqueza ao se materializarem em serviços e produtos como congressos, publicações, catálogos, pequenas recordações materiais, entre outros. Além disto, permitem diversificar actividades dentro da mesma temática, comprovando, não só as suas potencialidades a nível abstracto (orgulho comunitário, identidade) e histórico-arqueológico, mas também em termos concretos, ao promover o desenvolvimento. Estes bens estão de tal modo introduzidos no mercado que a linguagem comercial começa já a ser introduzida no âmbito cultural, como é o caso de “produto”, “cliente”, “rendimento”, “emprego” e “promoção do desenvolvimento” (Mendes, 2002). O objectivo é acompanhar essa possibilidade de progresso por uma gestão protectora e sustentável do património, aliando economia e cultura, embora existam por vezes alguns conflitos entre economistas e defensores do património. A visão dos primeiros centra-se numa perspectiva de utilidade e serviço, procurando na área patrimonial possíveis fontes de mercado e receita, enquanto os segundos têm uma óptica mais protectora (Greffé, 1999).

Mas podemos afirmar que o património é um bem económico? De facto, e embora os bens histórico-arqueológicos possuam um carácter finito (situação que contraria a lógica basilar da economia, que trata de produtos e serviços passíveis de serem reproduzidos e

substituídos), eles têm a capacidade de gerar numerosos serviços, assumindo, deste modo, valor económico. (Grefe, 1990, 1999).

No final, são essas duas vertentes (os bens patrimoniais como suporte não renovável e os serviços gerados em seu torno – passíveis de serem reproduzidos) que fundamentam a intervenção e a mobilização da sociedade em favor da preservação do seu património, não podendo ser separadas.

Um dos problemas associados à exploração comercial dos bens patrimoniais é o seu carácter fortemente sazonal, situação que pode concorrer para a crescente precarização dos empregos. Isto porque os proprietários comerciais tendem a contratar um reduzido número de funcionários a tempo inteiro e as comunidades acabam por não beneficiar de empregos regulares.

Por outro lado, este modelo poderá ter efeitos negativos inclusivamente sobre a exploração do património, uma vez que se exige nesta área uma oferta de serviços qualificados, e apenas funcionários habilitados poderão dar uma resposta à altura. Portanto, o recurso à mão-de-obra sazonal impede geralmente que seja efectuado um investimento no seu potencial (Grefe, 1990).

Nesta medida, o economista tem um importante papel a cumprir, já que pode determinar se a forma através da qual aqueles bens estão a ser explorados pode, ou não, ser melhorada. É por isso pertinente analisar em que medida e de que modo podem contribuir para reforçar o bem-estar de determinada colectividade e medir os possíveis resultados económicos daí resultantes (Grefe, 1990; Throsby, 2003).

Todavia, os efeitos multiplicadores dos benefícios do património não estão apenas relacionados com a importância dos bens existentes, mas também com o seu grau de integração económica no meio local, ao nível das actividades locais criadas. De facto, mesmo que exista uma grande afluência de turistas, se não houver uma oferta de serviços e produtos locais consistente, nunca poderá verificar-se um crescimento económico espontâneo. A existência do monumento *per si* não pode trazer desenvolvimento económico; é essencial que exista um contexto capaz de dar resposta às necessidades, avaliar o peso das actividades presentes no local e construir estratégias económicas que a ele se adaptem.

Deste modo, e apesar das condicionantes, podemos destacar alguns exemplos que fundamentam o valor económico na área do património, a saber: os efeitos resultantes de eventuais trabalhos de conservação e renovação do património, traduzidos por exemplo no pagamento de salários; a reutilização dos monumentos ou sítios para novas funções, nomeadamente para acolher actividades administrativas, culturais ou utilizações esporádicas;

os benefícios indirectos, associados por exemplo aos gastos em bens e serviços que acompanham a visita a um determinado espaço histórico-arqueológico: despesas de transporte, estadia e alimentação; e a emergência de novas ideias e objectivos de inovação técnica ou interesses de investimento, resultantes da própria valorização económica do património e na instalação de novas actividades no local.

Em suma, a economia e a cultura são representações do comportamento humano e não são necessariamente contraditórias, pelo contrário. Unir os interesses e os esforços entre uma e outra poderá gerar efeitos bastante positivos para ambas. O objectivo é que uma não cresça em detrimento da outra, mas que o façam a par. Temos de adoptar uma atitude objectiva e assumir sem complexos que o património histórico-arqueológico constitui um recurso económico, que não deve permanecer inutilizado, mas do qual se deve tirar partido, embora sempre com elevada consideração pela fragilidade e necessidade de protecção do mesmo.

Unindo, deste modo, o potencial da cultura à economia e às estratégias de desenvolvimento, torna-se possível encontrar soluções inovadoras que permitam à população local melhorar a sua qualidade de vida e criar novas alternativas de desenvolvimento.

2.8. CULTURA E AMBIENTE

2.8.1. A relação entre o património cultural e o ambiental

Embora o património cultural constitua o núcleo central do nosso trabalho, não podemos ignorar o papel que o ambiente tem vindo assumir, até porque a grande vantagem encontra-se na conjugação das duas áreas. De facto, a própria construção científica tem exigido cada vez mais a interligação entre os diferentes núcleos disciplinares, uma vez que «a arqueologia só crescerá se se fizer em confrontação permanente (...) com todas as outras esferas de actividade científica, cultural e de intervenção do território» (Jorge, 1995a:467).

Em associação com o património natural, os projectos culturais têm condições para melhorarem a sua *performance* e assumirem um elevado valor como motor de desenvolvimento turístico. De facto, a associação destas duas linhas (natureza e cultura) tem uma influência muito positiva no desenvolvimento social. Elas são a “matéria-prima” necessária para a realização de projectos de investigação, estudo, exploração, recolha, preservação e difusão de património. Mas essa ligação implica garantir o respeito, por parte de todos os actores envolvidos, tanto do património, como das comunidades que lhe estão mais próximas (Joseph Ballart, 2001).

A própria difusão da nova museologia¹⁸ tem vindo corroborar a importância de existir uma adequação entre o monumento e o seu ambiente imediato. A divulgação patrimonial *in situ* faz precisamente essa apologia. O património histórico-arqueológico deve ser apresentado no seu contexto original, para que a mensagem que se pretende transmitir aos visitantes seja feita no seu todo. Há, portanto, um sentido de universalidade que permite criar uma boa síntese entre o património ambiental e cultural, que passa a constituir o ponto de partida para o desenvolvimento do turismo local (Sousa; Sousa, 1998).

2.8.2. Um desenvolvimento local culturalmente sustentável

À semelhança do que acontece com o ambiente, também os bens culturais são únicos, finitos, não renováveis e escassos, devendo ser salvaguardados e valorizados, de modo a prestigiar a herança cultural local e garantir a sua perenidade (Pessoa, 1998; Throsby, 2003). Os programas inseridos no âmbito cultural devem reger-se pelo longo prazo, a fim de que as sementes do presente dêem fruto no futuro. Tem que existir uma preocupação com a preservação, já que negligenciar o potencial cultural pode gerar problemas dramáticos para a sociedade e para o ambiente.

Por outro lado, não desenvolver este interesse pela sustentabilidade significa, não só que estamos a negar às gerações futuras uma herança cultural que lhes pertence, mas também a impedir que possam tirar partido dos seus benefícios e potencialidades, assim como, de promover o seu próprio desenvolvimento económico, social e cultural (Fernandes, 2005).

Há uma consciência crescente que nos leva a considerar o território, e tudo o que nele se encontra, como um recurso. E neste sentido é imprescindível que este seja bem compreendido nas suas potencialidades e fragilidades e possa ser utilizado, preservado e valorizado de forma racional e frutífera (Cruz, 1998:146).

Portanto, conjugar o património cultural com o natural é indispensável para a preservação e fruição social de ambos. Por um lado, essa articulação legitimará a salvaguarda de um património compósito para as gerações futuras; por outro, poderá revelar-se uma mais-valia, sobretudo no desenvolvimento das actividades turísticas, uma vez que os dois em conjunto terão um peso acrescido na atracção de visitantes a determinado território. O grande desafio passa então pela tentativa de articulação entre o património cultural, o ambiental e o próprio desenvolvimento, mas sempre numa atitude sustentável.

¹⁸ Vide ponto 2.11. DIVULGAÇÃO MUSEOLÓGICA DO PATRIMÓNIO.

2.9. CIDADANIA E CULTURA

2.9.1. Cidadania: breve abordagem

O conceito de cidadania é cada vez mais complexo, sobretudo porque a necessidade de adaptação à realidade contemporânea tem contribuído para a emergência de novas questões que colocam em causa as suas definições mais clássicas. Todavia e apesar disto, existem determinados elementos-base que são comuns, independentemente do contexto e das divergências de opinião.

Em primeiro lugar, ela é essencialmente uma prática que pretende contribuir para o “bem público” e implica um conjunto de direitos definidos juridicamente, ou seja, requer um reconhecimento legal e institucional (Fonseca, 2003). Daí que a definição comumente utilizada a descreva como um vínculo jurídico-político que traduz a pertença de um indivíduo a um Estado, materializada num conjunto de direitos e obrigações.

Por outro lado, ela implica a existência de um determinado espaço social, exigindo um sentido de pertença a uma determinada comunidade, assim como o direito a uma igual participação nessa colectividade, o que permite enquadrar e definir os seus membros. Esta pertença envolve contudo o acolhimento de determinadas normas e valores estabelecidos (Fonseca, 2003; Barbalet, 1989).

Trata-se portanto de uma questão eminentemente política, uma vez que nas sociedades democráticas os cidadãos têm o direito (mas também o dever) de intervir na orientação política do país ou localidade onde pertencem, através do sufrágio universal e de uma cidadania activa e participativa. Isto significa que a acepção moderna do conceito, ao contrário do que definiu Aristóteles para as cidades-estado gregas, inclui todos os cidadãos, o que implica um critério universal de igualdade perante a lei. Contudo, e embora este seja, de facto, um dos seus princípios fundamentais, os desequilíbrios sociais acabam por afastar os indivíduos menos favorecidos da prática da cidadania, criando espaço para a desigualdade. Assim, apesar de legalmente aptos a exercerem os seus direitos, acabam por inutilizar essas capacidades (Barbalet, 1989).

Para além disso, os direitos de cidadania não devem ser considerados como definitivamente adquiridos; pelo contrário, o seu exercício pode mesmo revelar-se precário e a sua manutenção uma luta permanente, uma vez que a sua fruição está e estará sujeita às condicionantes da sociedade onde vigora (Barbalet, 1989). Ou seja, a cidadania não oferece uma evolução contínua e comum a todos os tempos e locais. A sua fruição depende do contexto onde se encontra inserida (Mozzicafreddo, 1997).

2.9.2. A sociedade contemporânea e a emergência de novos direitos: a valorização patrimonial

Com a evolução da sociedade, dos seus problemas e prioridades, têm vindo a ser criados novos direitos, uma vez que as situações com que actualmente nos deparamos já não podem ser resolvidas apenas no âmbito da cidadania clássica (Fonseca, 2003; Reis, 1999). Isto significa que os estudos neste campo têm sido orientados em direcções cada vez mais diversificadas.

As novas configurações da participação dos cidadãos demonstram a evolução que o próprio conceito tem sofrido, passando de uma acepção meramente económica e social, para um novo sentido associado à qualidade de vida. A complexidade e diversidade das situações emergentes tornaram essencial aliar a visão clássica (baseada numa cidadania passiva) a um exercício de direitos mais activo, no qual são sublinhadas as responsabilidades cívicas e de participação dos cidadãos na condução da vida pública (Fonseca, 2003). Como resultado emergem novos direitos que tendem a renovar a imagem e o carácter do conceito. Este quadro é consequência do agravamento de determinados problemas situados no âmbito ambiental e cultural, que têm vindo a assumir cada vez maior relevo e são agora reconhecidos como preocupações de interesse público (o que lhes atribui legitimidade para se integrarem na cidadania) (Viegas; Dias, 2000).

Esta nova configuração tem desempenhado um papel fundamental no alargamento das possibilidades nesta área, revitalizando os seus mecanismos de participação política (Reis, 1999). Este interesse crescente está relacionado com a recente redefinição das prioridades do desenvolvimento, baseada na emergência de novos valores associados à protecção e valorização do património e à progressiva integração da vertente cultural nas estratégias de desenvolvimento.

O reconhecimento do património como factor de progresso tem concedido aos cidadãos novas formas de participarem e intervirem na construção da sociedade, permitindo um claro alargamento da cidadania no âmbito dos novos direitos. Com efeito, o desenvolvimento destes e dos movimentos gerados em seu redor não foram concebidos pela esfera política, mas sim pela civil, o que significa que se exige uma relação cada vez mais estreita entre as duas dimensões. Os cidadãos estão mais cientes dos seus direitos e daquilo que com eles podem alcançar, nomeadamente uma maior qualidade de vida, realização pessoal, participação política e alargamento dos direitos humanos.

Por outro lado, tendo em conta que salvaguardar os bens culturais implica necessariamente uma política de ordenamento do território, o património passou de um

sentido mais “estático” para outro mais “activo”, uma vez que preservar é organizar, repovoar e, acima de tudo, dinamizar, situação perfeitamente conducente com a ideia de uma cidadania activa.

Estas atitudes emergentes são o reflexo das novas estratégias que visam a manutenção da qualidade de vida e da diversidade cultural e biológica. Nunca como agora se atribuiu tanta importância à valorização do património, que se tornou alvo sucessivo da intervenção e do debate público. Esta nova consciência social é responsável pelo florescimento de um novo espaço de cidadania, em que os indivíduos debatem a preservação patrimonial (Reis, 2000).

Existe inevitavelmente uma ligação entre cidadania e património (Reis, 1999), sendo que o alargamento da primeira «tem na sua base uma forte dimensão cultural» (Reis, 2000:285). Desenvolve-se assim nos indivíduos um sentimento de pertença e de responsabilidade relativamente aos bens histórico-arqueológicos (como reminiscência do seu próprio passado, das suas raízes), que desejam, por este motivo, convictamente preservar.

É neste âmbito que se inserem as manifestações públicas de defesa patrimonial, sobretudo nas ocasiões em que determinado bem que lhes é próximo, e com o qual se identificam, se encontra por algum motivo ameaçado. Formam-se assim movimentos de cidadania que atenuam os possíveis índices de fraca intervenção política e social. Isto significa que a crescente consciencialização, aliada a múltiplos movimentos de defesa do património, criam algumas das condições ideais para a reconfiguração das práticas da cidadania (Reis, 2004).

Esta valorização crescente do património, de que temos vindo a falar, é sintomática da democratização da cultura e do envolvimento de um número crescente de pessoas (Reis, 2000), que vêem aqui uma nova oportunidade para colocar em prática os seus direitos enquanto cidadãos. Mas mais do que o direito à sua fruição, importa também salientar o dever de concorrer para a sua protecção, participando em acções ou associações colectivas (Reis, 1999).

Naturalmente, como acontece em qualquer mudança, esta transformação não é, de todo, unânime e levanta polémicas (Viegas; Dias, 2000), baseadas em divergências de opinião relativamente ao que é ou não legítimo de ser integrado na cidadania.

Em suma, inicialmente apenas associada aos direitos civis, políticos e sociais, a cidadania abrange actualmente áreas muito diversas, procurando envolver todas as vertentes da vida social contemporânea, entre as quais se inclui a ambiental e a cultural. Assim surgiram novos direitos que permitiram abrir um novo e vasto leque de possibilidades neste âmbito.

Logicamente que existirão sempre resistências, pois por vezes torna-se difícil conjugar os direitos de preservação da memória histórica com outros, que possam colidir com os primeiros. Todavia, o facto de nos encontrarmos numa sociedade em profundas transformações, com problemas cada vez mais diversificados (que embora não sejam novos, só agora assumem relevo e são verdadeiro alvo de interesse por parte da sociedade) fez emergir uma nova consciência cultural e patrimonial. É neste contexto, e tendo como base a defesa e integridade destes novos direitos, que os cidadãos assumem um papel cada vez mais activo, manifestando as suas opiniões e contribuindo para a própria delimitação dos novos valores sociais, políticos e culturais (Fonseca, 2003). A consciencialização em torno da sua salvaguarda e preservação constitui um instrumento de «potencial cidadania», uma vez que pressupõe a mobilização e participação dos cidadãos (Reis, 1999:90).

2.10. TURISMO CULTURAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL

2.10.1. O turismo e as suas potencialidades

A actividade turística assume, nos dias de hoje, uma grande importância nas economias locais, nacionais e mundial, de tal modo que as previsões apontam para que se torne a actividade número um a nível internacional, encontrando-se actualmente em terceiro lugar (Real, 1998). De uma forma geral e sintética, podemos afirmar que o turismo consiste na utilização e conjugação das possibilidades de um espaço físico com o tempo livre dos cidadãos (Lopes, 2002).

No seio desta actividade existem diversas variantes, entre as quais se tem vindo a destacar o turismo de índole cultural, com um crescimento anual de 15%. Com efeito, o património converte os locais em pontos de interesse e destinos de visita e o turismo torna-os economicamente rentáveis. Como consequência, a noção e os valores nesta área têm sofrido alterações, registadas por exemplo nas prioridades da actividade em si, que deixaram de ser exclusivamente economicistas, para incorporarem também a dimensão afectiva e identitária (Cunha, 2003; Torres, 1990).

Mas para que esta nova perspectiva seja exequível é essencial que existam projectos que impliquem os órgãos de decisão a vários níveis (local, regional, nacional) que, conjuntamente, possam definir objectivos e delinear estratégias em função das potencialidades existentes, assim como, impedir a destruição da “matéria-prima” em causa: o

património. Só assim será possível promover o desenvolvimento de regiões deprimidas, encontrando na sua identidade e nos bens histórico-arqueológicos uma possibilidade de crescimento. Todavia, esta aposta implica uma verdadeira preocupação com a salvaguarda do património cultural, com o estabelecimento de parcerias com o poder local, com o desenvolvimento de projectos pluridisciplinares e integrados e com o estreitamento das relações com a população endógena (elemento activo neste tipo de turismo) (Lopes, 1999). Neste sentido, a própria comunidade encara muitas vezes a actividade turística como algo de muito positivo para si e para o local onde reside, já que tem consciência dos seus benefícios directos (Cunha, 2003; McIntosh; Goeldner; Ritchie, 2000).

Para além dos seus propósitos económicos o turismo tem, como já vimos, objectivos de carácter mais abstracto, associados à preservação da identidade local. Estudos efectuados têm vindo a demonstrar que os habitantes locais, cujo património é promovido de forma positiva através do turismo, têm maior tendência a defender e apoiar o desenvolvimento turístico do que nos locais onde o património cultural é ignorado. A identificação com o que se pretende promover tem assim mais hipóteses de gerar atitudes positivas perante o turismo.

Por outro lado, o crescimento desta área tem tornado cada vez mais importante garantir o equilíbrio entre as exigências económico-financeiras e a urgência de preservar e valorizar o património natural e cultural existente. Ora, para garantir um cumprimento mínimo desses objectivos, que parecem por vezes antagónicos, é essencial trabalhar de forma interdisciplinar. Não deve existir, por isso, uma relação de inimizade entre as diferentes áreas, mas antes, uma complementaridade que permita encontrar alternativas simultaneamente competitivas e sustentáveis (Costa, 1998).

E embora esta articulação possa tornar o processo mais difícil e moroso, constituirá uma fonte geradora de valor acrescentado e de emprego (Lopes, 2002). A estratégia é redefinir os caminhos e as orientações a seguir, inventar novos produtos e criar novas necessidades, mas tendo sempre como base de expansão os recursos endógenos existentes.

Enquanto que para o turista o seu tempo neste espaço é uma ocasião de alheamento, descontração e lazer, para os habitantes locais, é uma oportunidade que não devem desperdiçar, já que constitui uma actividade fundamental no quadro do desenvolvimento sustentável (Miró; Padró, 2004).

Deste modo, a emergência e o desenvolvimento do turismo cultural resultam da crescente valorização do património, assim como da consciência das suas potencialidades como solução económica e turística inovadora.

Todavia, só se revela uma solução viável quando há um recurso às actividades de carácter tradicional e local e intervenção das próprias populações. Uma vez que, como temos vindo a sublinhar, a comunidade deve assumir uma atitude participativa, em estreita ligação com o seu património, e respectiva preservação e valorização.

2.10.2. Turismo convencional versus novas formas de turismo

Apesar de alguma modificação de hábitos, o turismo convencional (baseado numa organização de cima para baixo e não de baixo para cima) insiste em dominar sobre as novas soluções turísticas, como o ecoturismo, o turismo científico, cultural, entre outros. Continua a existir pouco interesse em apoiar os pequenos negócios e empresas, já que as de maior dimensão são sempre mais lucrativas. Todavia, uma observação atenta poderá demonstrar que o novo turismo, assente na comunidade local, poderá trazer muitas vantagens, sobretudo para esta. Por um lado, os lucros relativos à acomodação serão dirigidos aos habitantes ou singulares que apostaram na área da albergaria (não só através de serviços especializados, como também do aluguer de quartos). Por outro, é uma oportunidade de divulgação das especialidades e da gastronomia local, e consequentemente da região. O mesmo sucede com as produções artesanais de recordações que caracterizam e marcam a localidade.

Acresce ainda que as actividades de diversão e lazer, como circuitos históricos, arqueológicos, ambientais e etnológicos, assim como iniciativas associadas a desportos radicais poderão revelar-se também uma mais-valia. Neste tipo de turismo recorre-se sobretudo aos recursos e potencialidades endógenas. Alguns estudos têm mesmo revelado que as novas soluções de turismo podem oferecer mais efeitos económicos positivos a nível local do que o turismo convencional, até porque os negócios de pequena escala têm geralmente menos exigências financeiras, e por isso menos custos de entrada (Hampton, 2005).

Todavia, e de qualquer modo, a implantação de uma estratégia turística na área patrimonial implica sempre alguns custos, para além dos respectivos benefícios (*vide* tabela 1). Por este motivo, dever-se-á avaliar bem as vantagens e desvantagens, sobretudo quando a estratégia assenta no património.

2.10.3. Adaptação ao público-alvo

O património pode assumir interesse turístico para públicos extremamente diversificados: crianças e jovens inseridos em visitas escolares, admiradores do património, famílias, apreciadores da natureza e dos passeios pedestres ou até turistas interessados numa visita cómoda e não cansativa (Zilhão, 1998).

Dada a diversidade, a todos é necessário dar resposta, com a criação de estruturas dirigidas aos mais novos, a introdução de painéis explicativos discretos que não perturbem a paisagem, a construção de circuitos pedestres ou a produção de espaços de comodidade e lazer.

Por outro lado, convém estabelecer uma relação entre os serviços a criar e os custos inerentes à sua concepção e manutenção, avaliando a sua viabilidade. Para isso é fundamental estudar o perfil dos possíveis visitantes e saber até que ponto estão dispostos a pagar por serviços inovadores e de qualidade. Isto porque uma das principais particularidades do consumo cultural e patrimonial é a importância dos custos associados à sua utilização. Os serviços oferecidos pelo património não devem, porém, restringir-se ao básico, como o direito de visita e observação. Deve existir um espírito de inovação que permita encontrar novas soluções, ou seja, serviços patrimoniais correspondentes à estrutura e aos investimentos efectuados (Greffé, 1990). Todavia, a subjectividade da procura neste âmbito é um tanto relativa, uma vez que o que tem interesse hoje poderá não o ter amanhã e vice-versa.

2.11. DIVULGAÇÃO MUSEOLÓGICA DO PATRIMÓNIO

2.11.1. A cultura museológica

Um dos efeitos tangíveis da difusão da cultura é a preparação de visitas organizadas a sítios arqueológicos ou a criação de museus. Por constituírem a face mais visível desta área, devem estabelecer-se como entidades ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento e promover actividades de investigação, interpretação, documentação, preservação cultural, comunicação e exposição dos testemunhos do homem e da natureza. O objectivo é ampliar as possibilidades de construção identitária e construir uma visão crítica da realidade (Moutinho, 2004).

Para além disso, os museus desempenham uma função social extremamente importante, uma vez que contribuem, não só para a preservação dos seus bens, mas também para a produção e a divulgação de outros saberes tradicionais (como os artesanais e gastronómicos). Como resultado é reforçado o orgulho e a auto-estima dos indivíduos e são dinamizadas as suas funções turísticas (Stoffel, 2004).

O crescimento das preocupações de preservação do património tem multiplicado o número de museus, não só graças ao aumento da “matéria-prima” (o próprio património), mas também ao crescimento da procura por parte dos cidadãos. Esta situação resulta na

“mercantilização da cultura”, manifestada através da proliferação de actividades associadas à produção de lembranças artesanais, gestão de centros culturais, museus, exposições, visitas e outras actividades, que acrescentam e legitimam o peso atribuído às formas culturais que representam. Estas iniciativas e os respectivos recursos culturais de potencial económico e social são a materialização do património no presente (Kirshenblatt-Gimblett, 1998; Lima, 1996).

A) Museus: definição e função

Os museus são locais onde se encontram reunidos conjuntos de elementos relevantes a nível histórico, artístico, cultural e científico, através dos quais temos a possibilidade de tomar conhecimento da relação que o Homem estabeleceu no passado e estabelece no presente com os elementos que o rodeiam. São, no fundo, espaços culturais especializados, que têm por finalidade a concentração e exposição de um determinado conjunto de bens culturais, assim como, a conservação, a documentação e o estudo do património (Joseph Ballart, 2001).

Todavia, mais do que uma definição, os museus (nomeadamente os europeus) espelham uma história com mais de cem anos. Foram (até à crise do pós-Segunda Grande Guerra) produções do sistema, que graças à crise dos valores tradicionais, passaram a constituir alvo de crítica e a serem considerados obsoletos. Eram criticados pelo facto de apenas servirem os interesses de alguns, reproduzindo os convencionalismos da cultura estabelecida. E com efeito, a visão tradicional era muito rígida e considerava o museu um «templo de cultura, de paredes opacas e voltado para dentro» (Joseph Ballart, 2001:63).

Exigia-se (e foi efectivamente nessa direcção que se evoluiu) um museu didáctico, pedagógico e educativo, capaz de “agitar as mentalidades” e promover a consciência relativamente aos problemas do mundo, servindo as classes mais desfavorecidas, através da integração sócio-cultural.

Em resposta ao extremismo e rigidez dos anos 60 do século XX surgiu assim a designada “nova museologia”, cuja «pretensão integradora leva a considerar património tudo aquilo que intervém no desenvolvimento cultural do indivíduo e da sociedade» (Joseph Ballart, 2001:77-78). Com esta nova visão sobre os museus, os bens patrimoniais são devolvidos aos seus proprietários (as comunidades locais), tornando-se socialmente útil.

A própria definição sofreu transformações, passando de mero acervo de colecções ou contentor de objectos a uma forma dinâmica de interagir e usufruir o património. Tomou-se consciência de que os vestígios não são apenas recursos turísticos, mas também potenciais geradores de conhecimento e informação (Pardo, 2003).

No caso dos sítios arqueológicos, nomeadamente pré-históricos, só poderão converter-se em algo real e importante se o visitante utilizar a sua imaginação, e é aí que os museus têm um importante papel a desempenhar. Isto porque a incapacidade dos sítios contarem a sua própria história torna legítima a sua interpretação, e é esse o principal papel das estruturas museológicas (Kirshenblatt-Gimblett, 1998). E referimo-nos, não só ao museu convencional, mas também às suas novas apresentações, nomeadamente o ecomuseu (ou museu comunitário), o território-museu, o centro de interpretação e o parque arqueológico.

Deste modo, mais do que a sua acessibilidade física, os museus devem garantir a acessibilidade dos conteúdos a todas as pessoas, ao «segmentar os públicos e oferecer serviços, sensações e leituras do património adaptadas a necessidades e procuras distintas» (Joseph Ballart, 2001:198). Como é natural, o público que visita estas estruturas é extremamente diversificado, em termos de idade, formação e interesses. É a essa multiplicidade que o museu se deve ajustar, criando atractivos para todos e diversificando a oferta, com a introdução de actividades associadas a acampamentos de jovens, exposições, conferências, visitas guiadas, seminários de arqueologia, cursos de museologia ou/e restauro arqueológico, entre outros (Lima, 1996).

Actualmente, os museus são mais do que uma área de aprendizagem/formação e lazer, são, acima de tudo, locais através dos quais é possível intervir no presente, revelando-se autênticos espaços de poder (Oosterbeek, 1996). Significa isto que não têm apenas como função divulgar, mas também estimular e fazer reflectir o visitante. Para além disso, constituem elementos essenciais na e para a definição de políticas de comercialização e exploração turística a partir dos recursos locais. Este aspecto é particularmente importante em regiões nas quais o património se apresenta como uma das únicas formas de impedir ou minimizar a desertificação.

Não obstante, e apesar de todos os esforços, os museus só poderão ser realmente bem sucedidos nas suas funções, se o fizerem em conjugação com a população endógena, uma vez que são uma representação da história local e dos seus habitantes. (Sousa; Sousa, 1998).

Sintetizando, as soluções para apresentar o património na actualidade são inúmeras e diversificadas. Apesar dessa multiplicidade, um traço comum a todas elas é a consciência da importância da participação da comunidade; isto porque um museu pode e deve valorizar essa cultura viva, uma vez que o desenvolvimento apenas se pode fazer na mesma linguagem cultural da população (Pessoa, 1998).

Os museus não são uma mera representação do passado, eles devem identificar, recuperar e inventariar os bens de interesse científico e patrimonial; reunir colecções,

conservá-las, documentá-las, investigá-las¹⁹, apresentá-las ao público, interpretá-las e valorizá-las, apresentando-se como uma entidade totalmente aberta à sociedade no geral (Joseph Ballart, 2001; Miró, 1997). É por estes motivos que, em articulação com os interesses dos habitantes locais, deixam de ser meros reservatórios de memórias, para se tornarem algo vivo e com uma importante função social. O objectivo já não é apenas divulgar, mas tornarem-se espaços socialmente úteis e capazes de promover o desenvolvimento local, uma vez que «o ponto focal do museu não será mais o artefacto, mas o Homem na sua plenitude» (Hugues de Varine citado por Pessoa, 1998:76).

¹⁹ Relativamente à investigação, deve ser acompanhada, quando possível, de publicações que permitam publicitar a região (Sousa; Sousa, 1998).

CAPÍTULO 3. ESTUDO DE CASO

3.1. INTRODUÇÃO

Aplicando os fundamentos teóricos a que recorreremos no primeiro capítulo desta investigação, apreciaremos, desta feita, o caso de Vila Nova de Foz Côa e a sua relação com o património cultural com vista ao desenvolvimento local. Deste modo, procuraremos compreender em que medida a mais-valia patrimonial assume ou não relevo na progressão dos componentes que considerámos essenciais para a construção de um verdadeiro desenvolvimento.

Na análise destes *itens*, é importante ter em consideração a multidimensionalidade do conceito e o modo integrado como devemos encarar os indicadores utilizados na sua análise. Isto porque, tal como referimos no início desta investigação, actualmente o desenvolvimento já não se refere apenas ao crescimento económico, mas a todas as dimensões que com ele poderão contribuir para uma evolução positiva a nível local. É por este motivo que procurámos interligar a dimensão quantitativa à qualitativa, apresentando indicadores que procuram abranger e dar resposta à visão holística que temos do desenvolvimento (e que fundamentámos através do quadro teórico). Entre os componentes a que atribuímos especial relevo, destacamos a utilização dos recursos endógenos, que neste caso específico se centra naturalmente no património histórico-arqueológico concelhio. É importante compreender de que modo esta potencialidade foi e é utilizada e que efeitos assume, por exemplo, ao nível da fixação populacional, nomeadamente das faixas etárias mais jovens, até porque se trata de uma zona particularmente sensível nesse ponto. Para avaliar essa situação socorremo-nos dos dados estatísticos referentes à evolução demográfica registada no concelho entre 1994 e 2005, pelo INE.

Outro aspecto importante prende-se com a avaliação dos efeitos na economia local em geral, nomeadamente a evolução do número de empresas existentes no concelho (entre 1994 e 2005), sobretudo aquelas que mais vulgarmente se associam ao património (através do turismo), ou seja, os sectores do alojamento e da restauração. Simultaneamente, pretendemos estudar a evolução do emprego/desemprego no mesmo período cronológico, não só a nível geral, mas também nos sectores de actividade a que nos referimos previamente. Neste contexto, recorreremos ainda aos dados respeitantes aos movimentos pendulares concelhios com o objectivo de tirarmos alguma ilação relativamente à capacidade de atracção ou repulsa

em termos profissionais em Vila Nova de Foz Côa. Assumimos ainda o poder de compra *per capita* como um dado fundamental nesta investigação, recorrendo aos dados fornecidos pelo INE para estudar a sua evolução entre 1993 e 2005.

De igual modo, a dinâmica turística, cuja natureza se encontra intrinsecamente ligada ao potencial patrimonial foi também tida em consideração, juntamente com a área museológica. Deste modo, na sua análise amparámo-nos, não só em alguns estudos já efectuados, mas também em indicadores específicos como o volume de visitantes do PAVC, do Museu da Casa Grande e do Museu da Quinta da Ervamoira (que constituem três dos grandes pólos culturais do concelho, e dos quais nos socorreremos ao longo deste trabalho). Por outro lado, os restantes indicadores relacionam-se com as actividades criadas com o objectivo de atrair mais visitantes ao local e com as infra-estruturas construídas para dar resposta às necessidades turísticas. A estas junta-se também a análise das infra-estruturas construídas desde a descoberta e divulgação das gravuras paleolíticas até à actualidade, procurando perceber de que forma a existência de um património significativo no concelho poderá ou não ter promovido melhoramentos de carácter material e infraestrutural.

Outro indicador importante tem que ver com as actividades de formação, através das quais pretendemos estimar em que medida se verificou (ou não) uma tentativa de potencialização de competências profissionais fundamentadas no património cultural.

Por outro lado, procedemos ainda à pesquisa relativa às festividades actualmente existentes em Vila Nova de Foz Côa, procurando determinar a influência do património na eventual evolução dessas manifestações colectivas e respectiva identificação da população com elas.

Na mesma perspectiva, recolhemos o máximo de informações possível acerca das actividades e serviços desenvolvidos em torno do património, com o objectivo de confirmar ou infirmar a dinamização do concelho e respectiva população através de uma base patrimonial. Neste sentido, considerámos igualmente relevante avaliar o nível de colaborações e articulações desenvolvidas neste âmbito entre as diversas entidades existentes dentro e fora do concelho.

Finalmente é nosso intuito compreender de que modo o caso particular das gravuras rupestres do Vale do Côa tem sido utilizado como estratégia de marketing a nível local, recorrendo para isso, sobretudo, às informações sobre os produtos e entidades que ostentam a imagem das gravuras como método divulgativo.

Na recolha destas informações privilegiámos as entidades com intervenção na área cultural, nomeadamente a Empresa Municipal Fozcôactiva, o PAVC, a ACDR de Freixo de

Numão, a Quinta da Ervamoira, a APDARC, assim como outras associações sedeadas nos concelhos limítrofes.

Partindo deste conjunto de indicadores, pretendemos articular as diferentes dimensões do desenvolvimento local, a partir de uma análise integrada de todos eles, e compreender a aplicação e o sucesso das estratégias culturais em geral (e histórico-arqueológicas em concreto) nos processos de desenvolvimento em contextos locais.

3.2. TENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS

A diminuição e o envelhecimento da população têm sido os problemas demográficos que mais se têm acentuado nos últimos anos, sobretudo nos concelhos situados no interior do país. Não existindo aqui atractivos suficientes para fixar a população mais jovem, é natural que se desencadeiem processos demográficos pouco favoráveis à localidade. Nesta sequência considerámos importante recorrer ao indicador “evolução da população” com o fim de constatar até que ponto o património de Vila Nova de Foz Côa teve ou não capacidade de travar os referidos fenómenos demográficos. Para isso socorremo-nos dos dados constantes nos Anuários Estatísticos do INE para a região Norte, relativos aos anos situados entre 1994 e 2005 (INE, 1996; 1997; 1998a; 1998b; 1999; 2000; 2002a; 2003; 2004; 2006; 2007a) e assumindo como fenómeno-chave em termos patrimoniais a descoberta e divulgação das gravuras rupestres no concelho.

Em termos gerais, e de acordo com os últimos censos realizados, pudemos verificar que o município tem acompanhado as variações demográficas dominantes em Portugal e até na Europa, ou seja, tem apresentado uma acentuada tendência para o já referido envelhecimento da população, em consequência da diminuição da taxa de natalidade, fecundidade e mortalidade. Mas para além desta propensão geral, Vila Nova de Foz Côa, na qualidade de concelho situado no interior de Portugal, sofre os efeitos resultantes da crescente “litoralização” da população, que se concentra cada vez mais nas grandes cidades litorais, nomeadamente em Lisboa e Porto, o que apenas agrava a sua situação demográfica.

Numa análise mais específica, podemos constatar que a fase que se seguiu à grande polémica das gravuras de Vila Nova de Foz Côa (a partir de 1994) não teve qualquer influência positiva neste fenómeno, uma vez que se registou uma clara diminuição da população residente até 1999. Em 2001, no entanto, assinalou-se uma evolução contrária (*vide* gráfico 1, em anexo).

De acordo com os dados apresentados pelo INE, o município apresentou um decréscimo de 488 residentes nos censos de 2001, quando comparado com os de 1991. O seu crescimento populacional acentuou a tendência negativa que já vinha a verificar-se desde os primeiros censos, com um crescimento negativo de -5,5% (INE, 2002b; Município de Vila Nova de Foz Côa, 2006). Quando comparado com os valores verificados no resto do país, confirmamos que Vila Nova de Foz Côa não sofreu, de facto, um crescimento populacional, como acontece em alguns concelhos, mas também não se situa no grupo dos 15 que mais decresceram a nível populacional.

Simultaneamente, e à semelhança do que tem sucedido a nível nacional, o progressivo envelhecimento demográfico tem sido marcado pela diminuição do número de residentes com idades compreendidas entre os 0 e os 15 anos; e por um aumento gradual da população entre os 25 e os 64 anos (*vide* gráfico 2, em anexo), mas sobretudo com mais de 64 (faixa que sofreu um aumento exponencial nos últimos anos).

Outra situação a sublinhar é o facto de se ter constatado um fenómeno específico do interior-Norte, e que consiste no maior crescimento populacional da área urbana e central dos concelhos. Sucede então que, embora no global estes tenham sofrido uma quebra populacional, as Sedes de município, por sua vez, viram a sua população aumentar. Este foi, na verdade, o caso de Vila Nova de Foz Côa (INE, 2001), cuja situação se justifica pelo facto de ser na Sede de concelho que se concentram os principais serviços (saúde, educação, comércio, turismo, restauração e hotelaria) e equipamentos. Não surpreende, portanto, que se trate da área mais dinâmica do concelho, a juntar ao facto das freguesias envolventes se encontrarem relativamente distantes da Sede do município: 11 delas a mais de 15 km de distância e apenas 6 a menos de 15 km.

Em suma, as informações obtidas levam-nos a concluir que a polémica desencadeada pela descoberta das gravuras rupestres não terá tido força suficiente para travar os processos demográficos desfavoráveis registados. Os fozcoenses continuaram e continuam a procurar respostas para as suas necessidades de sobrevivência no exterior, até porque se trata de um concelho marcado pela migração interna e externa. Os que permanecem são, na sua maioria, os seniores de idade mais avançada. Simultaneamente, e como é natural, o município não tem poder de atracção sobre as faixas etárias mais jovens residentes noutros concelhos e que pudessem, de algum modo, colmatar aquelas perdas. Sem população jovem e activa torna-se, de facto, muito complicado dotar o município do dinamismo necessário para o seu desenvolvimento, e o fenómeno de interioridade a que está sujeito apenas contribui para o

agravamento da situação. Por mais políticas de desenvolvimento que existam, sem população suficiente para as colocar em prática, tornam-se inexecutáveis.

3.3. PRINCIPAIS EFEITOS NA ECONOMIA LOCAL EM GERAL

3.3.1. Actividades económicas

O desenvolvimento das capacidades de inovação é um dos *itens* essenciais na política patrimonial. No entanto, o grande problema neste caso é a dificuldade em transformar o património, de suporte material em serviços (Greffé, 1999). Mas essa criatividade será um dado fundamental para inverter as tendências negativas que têm vindo a atingir o município. Só assim poderão ser atenuados os efeitos de um concelho marcado pelo envelhecimento demográfico, pela situação geográfica de “interioridade” e pelo seu forte cariz rural, ao qual se junta a progressiva diluição das suas marcas identitárias e das actividades características e típicas do local.

Neste sentido, e tomando como base o património que mais se destacou em Vila Nova de Foz Côa nos últimos anos (as gravuras rupestres do Vale do Côa), procuraremos determinar até que ponto a existência de um património de tamanho relevo pode ter influência na vida económica do concelho. Para isso analisaremos de seguida as informações fornecidas pelo Ministério do trabalho e pelo INE sobre as empresas existentes no município desde 1994 até 2005.

Antes de qualquer análise, procederemos à respectiva definição dos conceitos utilizados pelas duas entidades: “Empresa” e “Estabelecimento” (pelo Ministério do Trabalho); e “Empresa” e “Sociedade” (pelo INE).

Relativamente ao INE, uma “empresa” define-se como uma «entidade jurídica (pessoa singular ou colectiva) que corresponde a unidades organizacionais de produção de bens e/ou serviços, usufruindo de uma certa autonomia de decisão, nomeadamente quanto à afectação dos seus recursos correntes. Uma empresa pode exercer uma ou várias actividades, em um ou em vários locais» (<http://www.ine.pt>).

Por outro lado, para “sociedades” não existe uma definição estabelecida pelo INE, correspondendo simplesmente ao conceito jurídico. Deste modo, embora de índole semelhante à anterior, as sociedades implicam a união ou reunião de duas ou mais pessoas para determinado fim, não sendo portanto consideradas “empresas” aquelas que apenas têm

na sua base um fundador. Estes pequenos negócios são no entanto muito comuns nestas regiões do interior.

No caso do Ministério do Trabalho, os dados associados a qualquer um dos conceitos apenas dizem respeito àqueles que possuem trabalhadores por conta de outrem, não incluindo portanto todos os que não declaram a existência de quaisquer trabalhadores²⁰. Para além disso, as “empresas” contabilizadas pelo Ministério do Trabalho apenas dizem respeito às entidades que têm Sede no concelho, e correspondam a «Pessoas singulares ou colectivas com trabalhadores ao serviço». Não estão incluídos os serviços da administração central, regional e local e os institutos públicos, excepto em relação a trabalhadores ao seu serviço em regime de contrato individual de trabalho (DGEEP, 2004:11). Todas aquelas que não se encontram sedeadas no município, mas que têm aí uma representação física e funcional (mesmo com Sede noutra localidade) são denominadas “Estabelecimentos”, ou seja, referem-se a uma «empresa ou parte de uma situada num local topograficamente identificado. Nesse espaço, ou a partir dele, exerce-se uma ou várias actividades económicas» (DGEEP, 2004:228).

Posto isto, passemos às respectivas análises, começando pelos dados fornecidos pelo INE, que nos revelam uma significativa diminuição do número de empresas existentes em Vila Nova de Foz Côa ao longo dos anos analisados. Esta situação estará provavelmente relacionada com o decréscimo do número de empresas associadas ao sector agrícola (*vide* gráfico 7, em anexo), área cuja importância tem vindo a diminuir a nível geral (e não só em Vila Nova de Foz Côa) e a ser substituída por outras, sobretudo pela dos Serviços, entre eles, o turismo.

No entanto, se nos referirmos às sociedades verificamos que se registou um aumento (*vide* gráficos 8 e 13, em anexo); e embora todos os sectores mais significativos tenham sofrido uma evolução positiva, as maiores subidas fizeram-se sentir nos sectores da construção (que sextuplicou o número de existências) e do alojamento e restauração (que quase quadruplicou). Não obstante, no total e de acordo com as últimas estatísticas do INE (2007a), é o sector do comércio aquele maior relevo assume, seguido das indústrias transformadoras e da agricultura (este que, apesar da progressiva diminuição, continua a possuir grande importância a nível geral).

²⁰ São por isso excluídas todas as empresas que apenas têm ao serviço o proprietário.

Ainda assim, o facto das sociedades existentes no sector do alojamento e restauração quase terem quadruplicado o seu valor (apesar de algumas irregularidades) é extremamente significativo e demonstra uma certa preocupação ou “aproveitamento” da situação turística do concelho.

Do mesmo modo, também o Ministério do Trabalho (*vide* gráfico 9, em anexo) fornece alguns dados que vão nesse sentido, demonstrando uma evolução positiva do sector empresarial – nomeadamente dos que têm Sede (empresas) ou apenas representação (estabelecimentos) no concelho.

Este crescimento, sobretudo no que se refere às áreas do alojamento e da restauração, pode estar de algum modo associado ao património existente no concelho. E não nos referimos apenas à arte rupestre, *ex libris* do município, mas a todos os recursos e potencialidades a nível patrimonial que caracterizam algumas das suas aldeias. A freguesia de Freixo de Numão, por exemplo, tem-se revelado bastante activa neste sentido, muito graças às acções desenvolvidas pela ACDR de Freixo de Numão, atraindo turistas de origem nacional e internacional. Do mesmo modo, e embora não se trate de uma criação endógena²¹, a Quinta da Ervamoira tem assumido um papel importante no que respeita à atracção de visitantes às aldeias do concelho.

Todavia alguns intervenientes consideram que o património não teve capacidade para gerar empresas em substância e peso. Crêem que as que surgiram na sequência desta polémica foram poucas e que algumas delas faliram, sobretudo os pequenos negócios (Navarro – Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa). Não podemos de facto afirmar que as subidas registadas nos sectores do alojamento e restauração possam estar directamente relacionadas com a existência de um património rico e diversificado. Porém, a evidência desse potencial é uma realidade que não podemos descurar, mesmo quando continua a ser considerado por alguns actores locais como pouco significativo e desajustado às necessidades.

3.3.2. (Des)Emprego

É do conhecimento geral que o património não tem capacidade de gerar um número considerável de empregos directos, e essa situação é evidente não só a nível nacional, mas também europeu. De tal modo que em 1997 representavam apenas cerca de 0,12% da população activa nos países da União Europeia. No entanto, e apesar disso, ao contrário do

²¹ A Quinta da Ervamoira é propriedade da empresa vinícola Ramos Pinto.

que actualmente acontece noutras áreas, os empregos gerados no sector cultural são relativamente estáveis, ou seja, tendem a manter-se (Greffé, 1999). A sua importância não deve ser por isso negligenciada, mas potenciada através de produtos e serviços diversificados e criativos.

Por outro lado, quando nos referimos às profissões directamente associadas ao património²², excluimos desta definição todo um conjunto de áreas dinamizadas por aquele, embora de uma forma indirecta, como os agentes turísticos, os sectores do alojamento e restauração, o comércio de artigos alusivos ao tema, os transportes, entre outros.

Antes de nos debruçarmos sobre o caso específico de Vila Nova de Foz Côa, na sua relação com o património, procederemos a uma breve análise do seu contexto e situação actual.

À semelhança do que sucede com os restantes concelhos do interior-Norte de Portugal, Vila Nova de Foz Côa sofre os efeitos negativos da sua posição geográfica. Ainda assim, se tomarmos em consideração as questões de emprego e analisarmos os censos de 2001, verificamos que dos 3016 habitantes economicamente activos residentes em Vila Nova de Foz Côa, 2843 se encontravam empregados. Aferimos também que, em comparação com os censos de 1991, o concelho registou um crescimento da taxa de actividade acima da média regional e nacional, na ordem dos 5% (Município de Vila Nova de Foz Côa, 2006).

Todavia, a nível geral o município continua a situar-se abaixo dos valores nacionais e das regiões do Norte e Douro. Enquanto Vila Nova de Foz Côa apresentava 35,5% de taxa de actividade em 2001, a média nacional situava-se nos 48,2%; ao mesmo tempo que a região Norte apresentava 48,1% e a do Douro, 39,4% (Município de Vila Nova de Foz Côa, 2006).

Posto isto, indagamos que influência poderá ter assumido o património ao nível da empregabilidade no concelho de Vila Nova de Foz Côa durante estes dez anos.

Embora sempre com as devidas cautelas, podemos colocar a hipótese de, numa primeira fase, ter de facto existido um crescimento do emprego associado ao património, de forma directa e indirecta. Em primeiro lugar, com a criação de postos no próprio PAVC,

²² Aqui incluímos todas as profissões associadas à gestão, preservação, divulgação e apresentação de determinado património. Entre elas os guias, os tradutores, os técnicos de conservação e restauro, entre outros. Abarcamos igualmente todos aqueles que, tirando partido do potencial cultural existente, se encontram ligados a empresas de cariz turístico com actividades dinâmicas e diversificadas, mas directamente associadas ao património em questão.

sobretudo na função de guias, vigilantes, técnicos e serviços de manutenção²³. Em segundo lugar, com a criação indirecta de emprego, através de áreas fundamentais como o alojamento e a restauração, a criação de serviços de turismo ou até a instalação de uma central de camionagem na Sede de concelho.

Mas analisemos esta situação com os dados disponibilizados pelo IEFP, e que se referem ao número de pessoas inscritas no centro de emprego entre os anos de 1997 e 2007 (*vide* gráfico 12, em anexo). Neste período de dez anos a média anual de indivíduos à procura de trabalho no concelho situou-se entre as 200 e as 250 pessoas, exceptuando o período inscrito entre 2001 e 2003, em que os valores cresceram significativamente, alcançando cerca de 350 desempregados em 2002.

A análise destes dados não nos permitiu tirar conclusões significativas acerca da possível influência do património nestes índices, na medida em que os valores anuais não demonstram grandes quebras no desemprego. Por este motivo, procurámos obter mais algumas informações através de outras fontes e determinar de que modo evoluiu o emprego nos sectores que mais se poderão relacionar com o património, nomeadamente na área turística. Para isso socorremo-nos dos dados fornecidos pelo Ministério do Trabalho e pelo INE, no que diz respeito ao número de funcionários por conta de outrem declarados pelas empresas, concedendo especial atenção aos sectores associados ao alojamento e restauração.

Relativamente às informações existentes no Ministério do Trabalho, os dados disponibilizados referem-se aos trabalhadores ao serviço nos estabelecimentos²⁴ existentes em Vila Nova de Foz Côa entre os anos de 1995 e 2005. Analisando estes dez anos na globalidade, verificamos que houve, de facto, um crescimento que acompanhou o próprio aumento do número de estabelecimentos referenciado no capítulo anterior²⁵. E embora se tenha verificado uma diminuição do seu número entre os anos de 2002 e 2005 (e que corresponde, grosso modo, ao mesmo período de quebra registado pelo IEFP), a evolução, no total, é positiva e significativa (*vide* gráfico 11, em anexo). O mesmo se verifica nos dados fornecidos pelo INE sobre o número total de pessoas ao serviço nas sociedades existentes no município (*vide* gráfico 10, em anexo).

Outro dado importante quando nos referimos às questões do emprego diz respeito às movimentações pendulares. As informações obtidas para esta análise referem-se, por um lado, à população residente em 1991, segundo as migrações relativamente a 31/12/1989; e por

²³ Postos de trabalho que, no entanto, não foram mantidos em alguns casos, nomeadamente ao nível da função de guias.

²⁴ *Vide* definição no ponto 3.3.1. ACTIVIDADES ECONÓMICAS.

²⁵ *Vide* ponto 3.3.1. ACTIVIDADES ECONÓMICAS.

outro, à população residente em 2001, segundo as migrações relativamente a 31/12/1995 e a 31/12/1999 (INE, 1992; INE, 2002b).

Isto porque mesmo empregada, é importante determinar se ocupa o seu cargo profissional dentro ou fora do seu município de residência. De igual modo, é fundamental perceber se é possível notar algum fluxo relevante de imigração proveniente doutros concelhos.

De acordo com os dados do INE referentes aos censos de 1991 e 2001, no que toca às migrações internas, a situação de Vila Nova de Foz Côa é um tanto frágil, na medida em que os emigrantes para outro concelho continuam a prevalecer sobre os imigrantes. No final, o saldo das migrações internas revela-se, de facto, negativo (*vide* gráfico 3, em anexo).

Relativamente à evolução registada desde 1991 até 2001, verificamos que, apesar dos valores registados para 1995, tantos os imigrantes, como os emigrantes do concelho de Vila Nova de Foz Côa diminuíram o seu volume entre o ano 1989 e o de 1999, embora o saldo referente às migrações internas continue a ser negativo. Registe-se também alguma relevância do total de imigrantes estrangeiros.

No que diz respeito ao número de pessoas que não mudou de concelho durante aquele período, verificamos que, novamente exceptuando o ano de 1995 (em que se registou um elevado número de indivíduos a trocar de área concelhia), a diminuição desse valor é proporcional ao decréscimo da população residente em 1991 e 2001 (*vide* gráfico 4, em anexo).

Portanto, as informações concretas obtidas através do INE não demonstram, uma vez mais, uma evolução significativa também na área dos movimentos pendulares. Verifica-se, aliás, uma circulação de saída e não de entrada, através da qual podemos pressupor a não existência (pelo menos em quantidade suficiente) de postos de trabalho que permitam manter a própria população residente a exercer a sua profissão no seu concelho.

No entanto e num nível mais concreto, sabemos que a criação do PAVC deu algumas oportunidades de emprego aos habitantes locais, nomeadamente ao nível das funções de técnicos superiores, técnicos auxiliares, assistentes de arqueologia, guias-intérpretes-motoristas, funcionários de limpeza, seguranças e alguns serviços de manutenção. Não obstante, devemos sublinhar que o número de funcionários que existiam no início deste processo já não corresponde à realidade actual, uma vez que a falta de verbas tem conduzido a um progressivo e forçado afastamento de alguns trabalhadores. Vejamos por exemplo o caso dos guias em serviço efectivo de visitas que passaram de 16 no ano 2000 a 10 em 2007 (Fonte: Lima - PAVC).

Todavia, a recente instrução de novos guias através de cursos de formação direccionados para a área²⁶ tem permitido criar novas oportunidades de emprego que se têm materializado na realização de visitas independentes ao PAVC. Esta solução, acompanhada de um espírito empreendedor e criativo, poderá trazer novas oportunidades àqueles não encontram trabalho na região, visualizando aqui uma nova forma de rendimento.

Em suma, no que diz respeito ao (des)emprego, a evolução verificada nos últimos anos, mesmo após a polémica que se gerou em torno das gravuras paleolíticas, não é, de todo, significativa, transparecendo ainda uma certa deficiência no aproveitamento dos recursos existentes e respectiva transformação em postos de trabalho. Ainda assim, devemos salientar que a área mais vulgarmente associada ao património (o turismo) tem evidenciado um crescimento progressivo, muitas vezes a compensar os decréscimos verificados em áreas actualmente mais frágeis, como é o caso da agricultura.

O número de empresas e respectivos postos de trabalho criados nos últimos anos evidenciam esse crescimento, sobretudo nos sectores do alojamento e restauração. Podemos por isso afirmar que existe aqui um potencial em expansão, reforçado pela crescente consciencialização do seu valor.

3.3.3. Poder de compra

Um dado fundamental nesta investigação tem que ver com a evolução do poder de compra da população de Vila Nova de Foz Côa, desde a divulgação da existência das gravuras (em 1994) até à actualidade. O objectivo é determinar se aquele fenómeno terá assumido alguma influência no estilo de vida dos habitantes locais, até porque, em termos estatísticos, o concelho se encontra agregado à região Norte que apresenta um índice de poder compra *per capita* abaixo da média nacional²⁷ e inclui os municípios com os menores índices do país (INE, 2007b). Será por isso importante compreender se a descoberta e a divulgação das gravuras poderá, de algum modo, ter atenuado essa situação negativa e de interioridade em que o concelho de Vila Nova de Foz Côa se encontra. Para isso, recorreremos aos dados disponibilizados pelo INE ao nível do índice do poder de compra *per capita* (Ramos, 1993; 1997; 2000; INE, 2007b). No entanto, e antes de qualquer análise devemos salientar que os dados obtidos pelo INE não recorrem sempre às mesmas variáveis de mensuração durante os vários estudos realizados. Para além disso, poderão sempre existir erros de medida nas variáveis de base, ou falhas derivadas das alterações do sistema de medida. De qualquer

²⁶ Vide ponto 3.6. ACTIVIDADES DE FORMAÇÃO.

²⁷ A média nacional é considerada 100.

modo, e no geral, cremos que se trata de uma informação importante e que evidencia uma real variação do poder de compra, embora com as devidas precauções.

Pela observação dos dados recolhidos, podemos observar que embora o poder de compra *per capita* do concelho de Vila Nova de Foz Côa tenha crescido consideravelmente entre 1993 e 2005 (passou de 38,44 para 53,74 pontos), continua a situar-se no intervalo que apresenta os mais baixos valores a nível nacional (entre os 47 e os 55 pontos).

Não obstante, a análise dos dados revela um significativo crescimento entre os anos de 1993 e de 1997 (*vide* gráfico 14, em anexo), que estagnou desde então até à actualidade (2005). Podemos colocar a hipótese desse crescimento se encontrar de algum modo associado ao dinamismo imediato resultante da divulgação das gravuras, até porque se considerarmos a região Norte e a região do Douro neste período, verificamos que estas não apresentaram uma evolução significativa. Para além disso, se procedermos à análise de todos os concelhos que compõem a região do Douro, constatamos que dos seus 18 municípios, apenas quatro se destacam em termos de crescimento, a saber: Mesão Frio, Vila Nova de Foz Côa, Tarouca e Armamar, respectivamente. Nesse primeiro período, existem inclusivamente vários concelhos que sofrem uma evolução negativa (*vide* gráfico 15, em anexo).

De facto, se tivermos em consideração os indicadores utilizados para a mensuração do poder de compra *per capita*, observamos que se trata de uma situação perfeitamente possível e lógica, uma vez que são utilizados, entre outros, alguns indicadores que poderão ter sido influenciados pela polémica e mediatismo desencadeados com a divulgação da existência de arte rupestre no Vale do Côa. Entre eles podemos sublinhar a especulação dos preços dos prédios urbanos; o volume de dormidas e respectivas vendas em restaurantes e hotéis sedeados no concelho; o número de edifícios concluídos para comércio, restauração e alojamento; e o crescimento do valor dos levantamentos em caixas Multibanco, entre outros.

Portanto, destes dados concluímos que um possível crescimento do relevo dos indicadores utilizados nos estudos do INE para a mensuração do poder de compra *per capita* poderá ter alguma ligação ao fenómeno desencadeado com a polémica das gravuras, que funcionou como chamariz num primeiro momento. O poder atractivo do local naquela altura terá sido bastante forte, tanto para especialistas e estudiosos, como para simples curiosos e visitantes, que aqui passariam as suas noites, animando o volume das vendas em restaurantes, locais de alojamento, comércio e outros gastos. Todo este dinamismo se terá desvanecido e estagnado após um primeiro período.

Todavia, é essencial retermos que esta fase correspondeu também à primeira etapa de construção da barragem, que implicou a mobilização de trabalhadores (e respectivo contributo ao nível de gastos em dormidas, alimentação, entre outros) para o concelho, que, no entanto, foi retida em 1994, com a suspensão da obra.

Não obstante, e como já tivemos oportunidade de referir, após o primeiro período de turbilhão em torno da novidade no município, o índice de poder de compra *per capita* sofreu uma clara paralisação. Mais do que isso, se retivermos o ciclo situado entre 1997 e 2005, Vila Nova de Foz Côa é mesmo o único concelho da região do Douro que decresce em termos de poder de compra *per capita* (*vide* gráficos 16, em anexo).

Na realidade, apesar do significativo aumento verificado entre 1993 e 2005, em termos comparativos (com os restantes concelhos da região do Douro), verificamos que Vila Nova de Foz Côa se situa numa posição final da tabela, juntamente com os que menos cresceram (*vide* gráfico 17, em anexo).

Em suma, é de facto possível que num primeiro momento, o fenómeno patrimonial das gravuras, por toda a sua dimensão, tenha criado as condições necessárias para um crescimento do poder de compra *per capita* no concelho. No entanto, devemos acautelar o que se entende por poder de compra antes de retirarmos qualquer ilação, uma vez que não se trata de uma medição do capital de que cada pessoa dispõe, mas da medição de indicadores-chave, como aqueles a que nos referimos nos parágrafos anteriores²⁸ e que poderão simplesmente manifestar um dinamismo local, mas não propriamente o “enriquecimento” económico dos seus habitantes.

De qualquer modo, a análise dos dados permite-nos constatar que mesmo que o fenómeno das gravuras tenha influenciado num primeiro momento o índice de poder de compra, não teve, porém, capacidade para o manter. De facto, actualmente Vila Nova de Foz Côa vai pouco além de 50% da média nacional, apresentando 53, 74 pontos de poder de compra *per capita*.

Para que este facto se altere e o património possa efectivamente contribuir para essa transformação de uma forma mais perene, será necessário que para além do dinamismo dos agentes económicos, a própria população saiba tirar disso partido como uma mais-valia sustentável para o seu futuro.

²⁸ Nomeadamente a especulação dos preços dos prédios urbanos; o volume de dormidas e respectivas vendas em restaurantes e hotéis sedeados no concelho; o número de edifícios concluídos para comércio, restauração e alojamento; o crescimento do valor dos levantamentos em caixas Multibanco, entre outros.

3.4. DINÂMICA TURÍSTICA E RESPECTIVOS EFEITOS

3.4.1. Procurar conhecer os consumidores

Para além de símbolo de identidade, o património histórico-arqueológico constitui actualmente uma fonte de riqueza irrefutável, sobretudo nas regiões menos desenvolvidas e nas quais as manifestações culturais podem constituir importantes recursos, na medida em que estimulam os fluxos económicos, o turismo cultural e podem funcionar inclusivamente como elemento impulsionador da intervenção pública.

Mas mais do que algo material e palpável, o património assume valores de prestígio, de legado e de existência, pelos quais os cidadãos estão muitas vezes dispostos a fazer sacrifícios, mas que, no entanto, são valores muito difíceis de contabilizar. Trata-se daquilo que alguns autores definem por economia intangível (Bedate; Sanz; Herrero, 2001).

Independentemente do âmbito a que nos estejamos a referir, a realidade é que o consumo cultural assume uma enorme importância na sociedade actual, até porque, como defendem alguns sociólogos, vivemos na “Civilização do ócio”, onde o lazer ocupa um lugar de destaque. Torna-se, na verdade, a base de uma nova vertente económica, na qual a cultura, em especial quando associada ao turismo, se materializa em importantes contributos económicos.

A crescente relevância atribuída a esta área está associada, por um lado, à existência de uma sociedade cada vez mais terciarizada, e por outro, ao tempo livre e respectiva necessidade de o ocupar com actividades de lazer diversificadas. É neste contexto que o património histórico-arqueológico se revela um legado único e insubstituível, cuja procura se tem intensificado com os anos. A oferta cultural deve por isso diversificar-se e aumentar o seu leque de possibilidades, respondendo, deste modo, às necessidades crescentes dos consumidores.

Tal como sucede em todo o Nordeste transmontano, Vila Nova de Foz Côa possui um extenso e rico património natural e cultural, que constituem as grandes mais-valias da região e também do concelho. E, de facto, de acordo com estudos recentemente efectuados, o grande interesse dos turistas na região Norte centra-se sobretudo no turismo cultural²⁹.

A rentabilização histórico-arqueológica e cultural implica imprescindivelmente que se conheçam as características e os fundamentos das visitas, para que seja possível determinar o género e as pretensões dos visitantes, de modo a adequar o produto cultural (a oferta) aos

²⁹ Vide ponto 2.10. TURISMO CULTURAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL.

interesses do turista (procura). Conhecendo o público-alvo e as suas demandas torna-se mais fácil criar políticas culturais de sucesso (Bedate; Sanz; Herrero, 2001).

Têm sido realizados vários estudos em Portugal e no estrangeiro com objectivo de obter um maior discernimento sobre esta questão. No que se refere à região do Nordeste Transmontano, foi recentemente realizado um estudo pela UTAD (Pereiro, 2006) que demonstra que a maior parte dos visitantes desta zona se situa fundamentalmente em duas faixas etárias, uma mais jovem (dos 20 aos 29) e outra situada entre os 40 e os 49 anos de idade. Geralmente, este tipo de turistas, cujas preferências são mais culturais e não tanto balneares, possui uma formação superior na base do bacharelato ou da licenciatura (Pereiro, 2006). As mesmas conclusões foram retiradas num estudo realizado em 1998 e que teve como alvo os visitantes do PAVC (Lima; Reis, 2001).

Situação idêntica se verifica em investigações realizadas no estrangeiro, nomeadamente em Espanha e França, em que a maioria dos turistas culturais se caracteriza por um elevado nível cultural e de estudos, e cujas idades variam também entre os 20 e os 39 anos (Bedate; Sanz; Herrero, 2001; Greffe, 1999).

Outro dado importante nestas análises corresponde à motivação que leva os visitantes a optar por um destino cultural. O que os atrai? O que os motiva a deslocarem-se? Curiosamente, a maior parte das pessoas alega que o atractivo histórico-cultural é aquele que maior peso tem na selecção do destino (Bedate; Sanz; Herrero, 2001). Nesta medida, o património, enquanto elemento material, constitui um dos principais motivos de visita entre os inquiridos, que consideram de singular importância a protecção do património cultural, assim como dos recursos naturais.

Relativamente ao Nordeste Transmontano, constatamos que os principais atractivos e motivos de visita se centram nos monumentos, museus e locais históricos (Pereiro, 2006), o que significa que a história e a arqueologia têm um forte potencial de atracção nesta região que deve ser aproveitado e dinamizado. O estudo permitiu ainda discernir a importância de preservar a imagem hospitaleira que os turistas têm do espaço, sendo por isso crucial sensibilizar as populações e integrá-las no próprio projecto turístico, para que todo o sistema seja brindado com resultados positivos. À semelhança disso, foi igualmente valorizado pelos visitantes a genuinidade do local, da sua arquitectura, costumes e tradições; situação que nos leva a sublinhar a necessidade de existir um esforço dos órgãos responsáveis no sentido de preservar de forma salutar esses símbolos.

Outro aspecto importante a salientar prende-se com a relevância atribuída à existência de um turismo cultural que privilegie novas abordagens e responda aos novos interesses demonstrados pelos turistas, que procuram conhecer novos pontos de vista e enriquecer as suas vivências através de um turismo diversificado e plural (Grefe, 1999), apesar do facto do turismo convencional continuar, no entanto, a dominar.

Só essa criatividade e dinamismo poderão alterar um dos grandes problemas do turismo desta região e que se centra no facto de não possuir capacidade suficiente para atrair o turista, de modo a que este se sinta tentado a permanecer mais de duas noites no local. Na verdade, os recursos patrimoniais naturais e culturais não foram ainda convertidos em «produtos turísticos de média ou longa estadia», favorecendo deste modo o «visitismo» e o «excursionismo», ou seja, tornando-o num ponto de passagem e não num espaço de permanência mais demorada (Pereiro, 2006:10). Isto porque segundo o relatório elaborado, o turismo do local se caracteriza fundamentalmente por férias mais curtas e com maior mobilidade geográfica regional.

Todavia e apesar disto, devemos salientar o facto de grande parte dos turistas não visitar a área pela primeira vez, mas ter insistido num regresso. Este dado é fundamental, na medida em que esse retorno e inclusivamente a sugestão da região a terceiros³⁰ poderá promover de forma mais acentuada o seu cariz turístico, contribuindo assim para um verdadeiro desenvolvimento local baseado no turismo.

3.4.2. Os grandes atractivos culturais do concelho

A) PAVC

A.1.) Preservar versus divulgar

Os riscos de degradação do património constituem factores essenciais a ter em consideração quando nos referimos à tentativa de promoção da indústria turística. O PAVC, como qualquer outro local desta índole, não foge à regra; embora as suas limitações se prendam sobretudo com os próprios recursos existentes e disponíveis (recursos físicos – veículos – e humanos – guias) para conduzir os visitantes aos núcleos de arte.

Segundo alguns autores, uma das soluções utilizadas para fazer face àquele risco de degradação centra-se no aumento dos custos, quer em termos reais (aumentando o preço dos bilhetes), quer em termos abstractos (dilatando o tempo de espera para a visita). Outra das

³⁰ De facto, o mesmo estudo refere que a principal fonte consultada para a escolha e realização de uma viagem de lazer se centra na família e nos amigos, e só depois nos guias turísticos (Pereiro, 2006).

soluções adoptadas é a recriação do património original, como sucedeu em Lascaux e em Altamira (Greffé, 1999).

No caso de Vila Nova de Foz Côa, a solução projectada passa, em primeiro lugar, pela selecção de três dos sítios mais representativos da arte paleolítica existente no Vale do Côa, nomeadamente na Penascosa (freguesia de Castelo Melhor), Canada do Inferno (freguesia de Vila Nova de Foz Côa) e Ribeira de Piscos (freguesia de Muxagata). Associada a esta selecção, foi criado um rigoroso sistema de visitas, que para além de implicar uma marcação prévia, fixa um número máximo de oito visitantes por grupo, conduzidos em viaturas todo-o-terreno até às gravuras, sob a orientação e a vigilância de um guia, que, para além de garantir a não destruição directa do património histórico-arqueológico e natural, fornece informações úteis aos turistas, facilitando uma melhor compreensão dos vestígios e a respectiva integração no contexto histórico-natural envolvente (Fernandes, 2005).

Esta preocupação relativamente à conciliação da divulgação patrimonial com a sua salvaguarda, passa ainda pela criação de um museu, no qual esteja bem representado o património paleolítico das margens do Rio Côa e que constitui o próximo grande projecto cultural de Vila Nova de Foz Côa.

Pretende-se assim incrementar um modelo de desenvolvimento sustentado e assente nas características do local e garantir «a fruição pública dos bens culturais (...) harmonizada com as exigências de funcionalidade, segurança, preservação e conservação destes» (Artigo 7.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro).

A.2.) Volume de visitantes

Um dos efeitos da existência de património histórico-arqueológico em determinado local é a sua tradução em visitantes ou turistas. Isto foi o que de facto sucedeu em Vila Nova de Foz Côa. Todavia, e embora o volume de visitantes não se aproxime das estimativas anunciadas de forma irrealista no início de todo o processo, é importante considerá-lo e analisá-lo.

Não obstante, a análise desses valores deve ter em consideração alguns factores. Por um lado, apenas se encontra aqui contabilizado o número de visitantes a quem foi emitido um bilhete de entrada num dos núcleos arqueológicos pelo PAVC, não incluindo por isso todos aqueles que procuram outros serviços turístico-culturais disponibilizados por outras entidades no concelho.

Por outro, os valores registados desde 2006 incluem também as acções recentemente desenvolvidas pelo PAVC e que vão além das simples visitas aos núcleos de arte, mas

envolvem actividades educativas e culturais. Este esforço de diversificação da oferta tem-se materializado em oficinas de arqueologia experimental, arte rupestre, visitas temáticas aos núcleos, entre outros.

Juntamente com a exposição itinerante designada “A Arte do Côa”, desenvolvida em 2007, estas oficinas experimentais têm-se estendido a outros pontos do país, nomeadamente a Braga e Guarda, não se encontrando, contudo, contabilizadas no volume total de entradas do PAVC³¹.

Finalmente, dever-se-á ter em consideração que o número de bilhetes emitidos não corresponde à procura verificada, isto é, ao número de pessoas que efectivamente se revelaram interessadas em visitar os núcleos. O que sucede é que nos períodos de maior afluência, muitos ficam excluídos da visita, uma vez que esta se encontra condicionada pelo número de guias e carros disponíveis (Fonte: Lima - PAVC).

Evidenciadas as devidas cautelas a ter em consideração nesta investigação, centremo-nos agora nos dados relativos aos três núcleos abertos ao público (*vide* gráfico 5, em anexo). Da sua análise podemos constatar que o ano de 1997 foi aquele em que se registaram mais entradas desde a sua abertura ao público em 1996. Provavelmente resultado da grande curiosidade de que foi alvo e do facto das gravuras terem sido consideradas património Nacional naquele ano. A partir daqui, e acompanhando a diminuição do mediatismo do caso Foz Côa, o número de visitantes decresceu gradualmente, à excepção do ano de 2007, no qual que revelou um crescimento de 23% relativamente a 2006.

No entanto, a observação daquele progressivo decréscimo deverá ter em consideração o panorama vigente, marcado por um contexto económico pouco favorável e que afecta naturalmente a área cultural, que já de si apresenta muitas fragilidades. Esta situação é de algum modo testemunhada pela diminuição do número de guias que realizam as visitas aos núcleos. Dos 16 existentes em 2000, restam agora (em 2007) 10, o que é sintomático de todo o cenário de restrição (Fonte: Lima - PAVC).

B) Museu da Casa Grande

B.1.) Volume de visitantes

À semelhança do que se tem verificado no PAVC, também o Museu da Casa Grande, situado no concelho de Vila Nova de Foz Côa, freguesia de Freixo de Numão, tem revelado

³¹ Sabemos, no entanto, que as oficinas experimentais atingiram, no total, 1220 participantes; e que a exposição itinerante alcançou um volume de 10734 visitantes (Fonte: Lima – PAVC).

algumas irregularidades no que respeita ao volume dos seus visitantes (*vide* gráfico 6, em anexo).

Desta análise convém salientar que o Museu da Casa Grande abriu oficialmente em 1996, mas só a partir de 2000 passou a ser efectuado um controlo oficial sobre as entradas, daí o facto de apenas podermos apresentar dados a partir daquela data. Gostaríamos ainda de sublinhar que para além do Museu da Casa Grande, também o Circuito arqueológico existente na freguesia³² goza de especial receptividade por parte do público visitante, sobretudo o circuito 8 e essencialmente o Sítio do Prazo. Todavia, mais uma vez não nos será possível expor aqui essa informação estatística, uma vez que a inexistência de verbas não permite controlar a movimentação de turistas nos vários pontos dos circuitos, mas apenas no Museu da Casa Grande (Fonte: Coixão – ACDR de Freixo de Numão).

C) Museu da Quinta da Ervamoira

O museu da Quinta da Ervamoira existe actualmente graças à decisão da não construção da barragem, uma vez que caso o propósito tivesse sido concretizado, o espaço da Ervamoira estaria hoje submerso. No entanto, o desfecho do processo permitiu a criação de um museu³³ que alberga, não só informações sobre o vinho Ramos Pinto e respectivo cultivo, mas também sobre todo o património histórico-arqueológico que tem vindo a ser descoberto na área da Quinta.

Relativamente às informações respeitantes às entradas na Quinta da Ervamoira, não tivemos acesso directo aos dados anuais, mas, ainda assim, obtivemos a informação de que o número de visitantes ronda os 3000 por ano, tendo-se verificado um acréscimo em 2007, relativamente a 2006. Nesta contabilização não estão incluídas as crianças até aos 6 anos de idade, dado que têm entrada gratuita (Fonte: Teixeira – Quinta da Ervamoira).

Trata-se de um tipo de turismo diferente do que até aqui temos vindo a apresentar, na medida em que não pretende constituir um turismo de massas, mas sim de qualidade. Os visitantes tratam-se geralmente de um público fidelizado, que regressa com frequência ao espaço da Ervamoira.

D) O património concelhio

As riquezas patrimoniais existentes um pouco por todo o concelho são uma realidade irrefutável. De facto, e de acordo com o Conselho Local de Acção Social de Vila Nova de Foz

³² Também ele aberto oficialmente ao público em 1996.

³³ Em Novembro de 1997.

Côa (2005) todas as freguesias do concelho possuem vestígios materiais de carácter histórico-arqueológico das mais diversas épocas (desde o Paleolítico Superior até aos tempos históricos mais recentes). Essas manifestações incluem as mediáticas gravuras paleolíticas, mas também ruínas, estruturas e vestígios dos períodos Neolítico, Calcolítico, Bronze, Romano, Medieval, Moderno e Contemporâneo (Conselho Local de Acção Social de Vila Nova de Foz Côa, 2005).

Foi com o objectivo de divulgar todo este extenso património que foram criados cinco circuitos turísticos diferenciados e que oferecem, cada um deles, visitas a locais de grande interesse histórico-arqueológico, mas também natural. São onze as freguesias que integram estes circuitos e que se encontram situadas na zona Oeste do concelho de Vila Nova de Foz Côa.

O primeiro, denominado “Complexo arqueológico de Freixo de Numão”, tal como o nome pressupõe, trata-se de um circuito de cariz eminentemente arqueológico, no qual está incluído um povoado Calcolítico, ruínas Romanas e Medievais, um moinho do século XVIII, sítios arqueológicos e uma visita ao Museu da Casa Grande.

O segundo circuito procura interligar o património arqueológico ao natural, que são, na verdade, as duas grandes riquezas da região, e consiste na visita a locais de interesse arqueológico, natural e paisagístico (em Murça e Seixas do Douro). À semelhança deste, também o terceiro procura fazer uma interligação entre natureza e arqueologia, desta feita nos miradouros de Freixo de Numão, Mós e Santo Amaro.

O quarto procura conciliar o património histórico e cultural com a paisagem natural existente, incluindo visitas às aldeias, monumentos e miradouros de que o concelho dispõe nas suas freguesias.

O quinto e último circuito procura igualmente interligar o património cultural e natural, mas neste caso em particular com as suas vinhas (Município de Vila Nova de Foz Côa, 2006).

Estes cinco circuitos permitem-nos constatar um manifesto interesse em associar o património cultural ao natural, intento extremamente importante para a prossecução de qualquer política de desenvolvimento. Em Vila Nova de Foz Côa essa relação apresenta grandes potencialidades, dada a conexão intrínseca entre os dois âmbitos – um não faria sentido sem o outro. A beleza e a compreensão do património cultural são sublinhadas pelo natural, uma vez que foi a esta paisagem que o Homem se teve que adaptar para sobreviver, ajustando-se a ela, mas também procurando moldá-la às suas necessidades.

3.4.3. Turismo e respectivas infra-estruturas

Apesar de algumas irregularidades nos últimos anos, todo este património tem atraído visitantes ao concelho e conseqüentemente promovido a criação de infra-estruturas e equipamentos com a finalidade de melhor os acolher. Muitos desses equipamentos existem há relativamente pouco tempo e foram criados na sequência da promoção patrimonial que tem sido levada a cabo. A Pousada da Juventude, por exemplo, é elucidativa dessa situação, uma vez que surgiu no contexto da divulgação das gravuras e na tentativa de promover a região pelo turismo cultural. Foi com o mesmo objectivo geral que foi criado o Centro de Juventude em Freixo de Numão, cujo objectivo específico consiste actualmente no fornecimento de um serviço de alojamento e alimentação aos jovens que desejem conhecer o património da freguesia. Para além daquelas estruturas, existe também um Parque de Autocaravanas nesta localidade para aqueles que preferem uma estadia diferente. Neste âmbito, e como forma de promoção local, a ACDR de Freixo de Numão promove formas de animação cultural e organiza visitas, especialmente dirigidas a autocaravanistas (Município de Vila Nova de Foz Côa, 2006).

3.4.4. Empresas, sociedades e estabelecimentos

Outro dado interessante para avaliar a dimensão do turismo nesta região associa-se às informações existentes sobre as empresas, sociedades e estabelecimentos presentes no concelho. Da análise, verificamos que os sectores do alojamento e da restauração têm vindo a crescer, o que, de algum modo, pode demonstrar uma tentativa de dar resposta às necessidades turísticas do município. Neste período, a crescente consciencialização do valor do património cultural permitiu reforçar o cariz turístico do concelho, uma vez que até aqui (sobretudo antes da divulgação das gravuras do Vale do Côa), a festa da amendoeira em flor era um dos poucos festejos e atractivos do concelho, ao qual se associava uma paisagem marcada pelas vinhas.

A ampliação das potencialidades existentes através do património tratou-se de algo muito significativo, sobretudo nesta região onde as oportunidades são, de facto, escassas. A existência de um património extremamente rico e diversificado em termos culturais, naturais e até etnográficos tem vindo a ser progressivamente transformada numa mais-valia, patente por exemplo na criação de associações e empresas relacionadas com a área (não só nos sectores da restauração e alojamento, mas também na concessão de serviços de turismo, desporto e aventura, como é o caso da empresa Ravinas do Côa).

Em suma, relativamente ao volume de visitantes registados, há algumas conclusões a tirar. Em primeiro lugar, embora os resultados não correspondam ao que muitas entidades e particulares desejam, temos que concordar que a aposta no património atraiu turistas e curiosos a este concelho do interior-Norte, a uma escala que nunca antes se verificara. E não nos referimos apenas às gravuras, mas a todo o património que caracteriza cada uma das suas freguesias. Este cenário é de tal modo relevante que é frequente existirem reservas com larga antecedência (por vezes, um ano), sobretudo na Quinta da Ervamoira e nas actividades promovidas pela ACDR de Freixo de Numão (geralmente para grupos de nacionalidade estrangeira) (Fonte: Coixão – ACDR de Freixo de Numão; Teixeira – Quinta da Ervamoira).

De uma forma geral podemos afirmar que a descoberta e divulgação das gravuras do Vale do Côa promoveram sem dúvida a imagem do concelho de Vila Nova de Foz Côa, não só no país, mas também no mundo. E foi a partir daqui que esta região passou a ser reconhecida e divulgada, atraindo visitantes de origem nacional e internacional. E de facto, embora o cenário actual não seja o mais favorável não podemos negar o peso que o património histórico-arqueológico assume cada vez mais no concelho.

No caso específico do PAVC e de acordo com os dados obtidos, constatamos que a sua criação chamou, de facto, a atenção de um vasto público num período inicial, graças ao seu carácter mediático, mas que em termos de manutenção de resultados, a situação se tem revelado mais frágil³⁴. Por um lado, porque não existem recursos (sobretudo guias) que permitam manter os padrões iniciais³⁵, dada a falta de financiamentos; por outro porque não existe uma política de promoção e divulgação sólida.

Obviamente que todo o processo de transformação deste concelho e região em destinos turísticos não foi muitas vezes considerado o mais correcto, uma vez que embora já tenham passado mais de dez anos desde a descoberta/divulgação das gravuras, só muito recentemente foi criado um plano para a gestão de todo esse potencial. Trata-se do Plano Estratégico de Promoção Turística do Vale do Côa, que reúne 10 autarquias da região, conscientes das potencialidades internas e da importância de actuarem em conjunto para um desenvolvimento comum (Fonte: Navarro – Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa). Isto porque todo o grande acervo de património histórico-arqueológico e cultural existente (vestígios patrimoniais, arquitectónicos, arqueológicos; etnográficos e património natural/paisagístico) é claramente assumido pela autarquia de Vila Nova de Foz Côa como um

³⁴ Embora se tenha registado em 2007 um crescimento de 23% face a 2006.

³⁵ De facto, a procura tem-se mantido significativa, mas como já tivemos oportunidade de referir, nem todos obtêm vaga disponível para o período em que viajam.

dos potenciais factores de desenvolvimento local, sendo igualmente reconhecidas as suas potencialidades no desenvolvimento económico (Município de Vila Nova de Foz Côa, 2006), o que é algo fundamental.

Finalmente, analisados os dados de que dispomos sobre o número de empresas, estabelecimentos e sociedades associadas aos sectores do alojamento e restauração concluímos que o facto de terem sofrido um acréscimo é algo muito significativo, na medida em que demonstra a possibilidade de retirar um rendimento directo ou indirecto do património, sobretudo através do turismo e das actividades desenvolvidas no seu âmbito. Do mesmo modo, o crescimento do número de pessoas ao serviço nas empresas e estabelecimentos associados a este sector demonstra que há um futuro possível neste contexto.

3.5. INFRA-ESTRUTURAS CONSTRUÍDAS

Outro dos indicadores a que recorremos para análise neste trabalho relaciona-se com as infra-estruturas construídas. Por um lado, e em termos económicos interessa-nos verificar se após a divulgação da existência das gravuras rupestres no Vale do Côa se registou ou não um incremento da construção de infra-estruturas e equipamentos no concelho, e de que modo é que essa situação poderá ter estado relacionada com as suas potencialidades patrimoniais. Por outro, e desta feita com o intuito de proceder a uma análise que vai além do aspecto económico, é importante determinar em que medida esses financiamentos externos foram utilizados em favor da população e até que ponto as infra-estruturas criadas revelam um esforço de instalação de equipamentos básicos com vista a fixar população no local.

Das informações recolhidas, pudemos apurar que os investimentos externos provieram essencialmente do programa PROCÔA³⁶ e do AIBT do Côa³⁷, efectuados pelas CCDR do Norte e do Centro³⁸.

Através do PROCÔA foram desenvolvidos alguns projectos interessantes (*vide* tabela 2, em anexo), mas que pelo facto do programa não possuir verbas próprias, não prosseguiu

³⁶ Programa concebido com o objectivo de promover o desenvolvimento sócio-económico através das potencialidades culturais, educativas e turísticas do património histórico-arqueológico do Vale do Côa. Funcionou de 1996 a 2000.

³⁷ O AIBT do Vale do Côa veio substituir o PROCÔA.

³⁸ Como se encontra localizado numa área de fronteira em termos regionais, o concelho de Vila Nova de Foz Côa é abrangido pelas duas demarcações territoriais: Norte e Centro.

com coerência³⁹ e não teve capacidade de dar resposta a muitos dos anseios que se faziam sentir na altura, desiludindo sobretudo a população endógena (Almeida, 2005). Este programa acabou por se tornar uma forma de realizar obras públicas necessárias, da responsabilidade da autarquia, e que haviam sido sucessivamente adiadas por falta de fundos (Amaro, 2001).

De qualquer modo, procuraremos fazer aqui uma breve síntese das concretizações mais importantes desse programa (*vide* tabela 2, em anexo).

Tendo em consideração que as gravuras se tornaram num dos grandes pontos de atracção do concelho de Vila Nova de Foz Côa, numa primeira fase (situada nos anos 90 do século XX) é patente o esforço em termos de divulgação do património descoberto no concelho. E testemunhamos essa situação através das várias iniciativas realizadas, como a exposição “Olhares sobre o Côa”, o fórum sobre o desenvolvimento do Vale do Côa; o livro “Os Valores do Côa”; o vídeo promocional sobre o mesmo; folhetos promocionais temáticos e concelhios; e a criação de uma *newsletter* e de um guião para “a descoberta do Vale do Côa”. Na sequência de todo este processo surgiu também o projecto para a construção das infra-estruturas do PAVC e respectivos equipamentos para visita, um projecto destinado à construção da Pousada da Juventude de Vila Nova de Foz Côa, e até um estudo para avaliar a viabilidade da construção de um Parque Temático, no âmbito do Paleolítico, que não chegou a ser concretizado.

Noutro domínio, podemos sublinhar a introdução da EXPOCÔA nas comemorações locais, e que consiste na exposição das actividades económicas existentes no Vale do Côa. Esta feira tem-se celebrado todos os anos desde 1997, graças ao seu sucesso e receptividade, até porque se trata sempre de uma boa oportunidade para os produtores divulgarem o seu trabalho.

Na área da promoção do bem-estar e enriquecimento cultural da população podemos destacar a criação de equipamentos básicos como a biblioteca e o centro cultural do concelho, assim como de infra-estruturas destinadas a práticas desportivas, nomeadamente o pavilhão polidesportivo e a promoção de torneios de futebol.

Para além das iniciativas aplicadas na Sede de concelho, devemos igualmente salientar os projectos desenvolvidos nas restantes freguesias que o compõem, sobretudo em Freixo de Numão, onde a ACDR local procurou utilizar esses financiamentos na promoção da povoação, com recurso ao património existente. Foi nesta sequência que surgiram os projectos

³⁹ Esta situação resultou do facto do PROCÔA ter sido concebido após o arranque do 2.º Quadro Comunitário de Apoios, o que significa que, como nunca usufruiu de financiamento próprio, esteve sempre dependente do capital remanescente da não concretização de outros programas.

de estudo e valorização turístico-cultural dos sítios arqueológicos de Freixo de Numão, que testemunham uma clara aposta nos valores endógenos e uma tentativa de os rentabilizar, através de uma compreensão real das suas potencialidades.

Outro ponto essencial na aplicação dos financiamentos do PROCÔA centra-se na melhoria dos caminhos agrícolas e na construção de novas acessibilidades que, para além de beneficiarem quem visita o concelho, melhoram a qualidade de vida dos próprios fozcoenses, que são beneficiados por melhores vias de comunicação no seio do município e deste com o exterior. O mesmo sucede com a construção do centro de camionagem na Sede do concelho, que demonstra um esforço no sentido de dinamizar o local.

Sobre esta aposta divulgativa e outras acções é importante ponderar até que ponto terão sido desenvolvidas em prol da população endógena ou tendo sequer em consideração a sua vontade e necessidades. Na verdade, este último ponto assume especial relevância, uma vez que o PROCÔA acabou por se verificar um logro para os agentes particulares locais que apresentaram candidatura e acabaram por ser excluídos do processo (Almeida, 2005).

A partir de 2001 os investimentos efectuados passaram a provir das CCDR da região Norte e da região Centro, com os respectivos planos de investimento para o AIBT do Côa.

Com aqueles, prosseguiram-se os projectos iniciados com o PROCÔA, como a construção da biblioteca, museu, e centro cultural; a EXPOCÔA; e a criação e melhoramento de vias e acessibilidades, ao mesmo tempo que foram desenvolvidos novos programas. Entre eles destaca-se o reforço dos projectos patrimoniais/culturais, nomeadamente ao nível da re/qualificação, recuperação e revitalização de património histórico-arqueológico e religioso em diversos pontos do concelho (*vide* tabelas 3 a 6, em anexo).

Nesta fase, verificamos que as medidas tomadas demonstram uma preocupação em proceder, não só aos melhoramentos patrimoniais mais importantes a nível científico, mas também ao nível do património com o qual a população mais se identifica, e que é sobretudo o de carácter religioso. Neste caso, temos como exemplo o esforço de recuperação de largos de capelas e igrejas, da volta de procissões religiosas, ou até a construção de um centro paroquial. Esta situação não foi, de facto, tão visível nos primeiros investimentos (com o PROCÔA), onde talvez a preocupação de preservar um património tão polémico como a arte rupestre do Vale do Côa, contribuiu para a omissão das verdadeiras vontades e interesses da população, e onde se sentiu uma maior aposta no estudo, valorização e divulgação do grande atractivo arqueológico, que é actualmente património da Humanidade.

Obviamente que apesar disto os melhoramentos e investimentos nas potencialidades do património histórico-arqueológico das várias freguesias do concelho têm sido prosseguidos (*vide* tabelas 3 a 6, em anexo), mas desta feita com maior consideração pelos interesses locais. Neste sentido, foi criada uma *Rota do Património, Arqueologia e Natureza* – Aro de Numão; procedeu-se à qualificação do castelo de Numão; ao recobro e qualificação de imóveis históricos; à recuperação do forno comunitário e requalificação da zona envolvente; à reutilização de um edifício “Conde Ferreira” para centro de gestão turística, assim como ao restabelecimento de um lagar para Centro de Interpretação do Vinho.

Relativamente aos investimentos directamente associados às gravuras, podemos constatar que na fase que se seguiu ao PROCÔA, foi projectada a reemersão do Côa-Canada do Inferno / Rego de Vide; produzida e instalada a sinalização de estrada para identificação do PAVC; criado o edifício-Sede do Centro Nacional de Arte Rupestre e projectado o Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa, assim como os respectivos acessos. A concretização deste último projecto é um dos próximos passos, cujo objectivo é atrair e acolher mais visitantes do que até aqui acontece e rentabilizar economicamente os investimentos realizados com a salvaguarda e conservação das gravuras. Obviamente que a total rentabilização desses custos será um tanto quimérica; no entanto, se de facto o aumento do número de turistas no concelho se tornar uma realidade será, pelo menos, um bom contributo, não só para o PAVC, mas sobretudo para os proprietários de serviços de alojamento e restauração ou do comércio local.

Em síntese, da análise efectuada constatamos que os primeiros investimentos efectuados (com o PROCÔA) se direccionaram sobretudo para a criação de infra-estruturas associadas ao PAVC, à Pousada da Juventude e à promoção da arte rupestre do Vale do Côa. Os objectivos, neste primeiro caso, estariam antes de mais associados à tentativa de atrair atenções para o local e legitimar o abandono do projecto da barragem, através do interesse e valorização do património. Nesta situação não podemos considerar que tenha existido uma auscultação das necessidades da população. No entanto, há algumas excepções no âmbito das áreas cultural, social e recreativa que devemos salientar, e que terão preenchido algumas lacunas existentes no concelho, nomeadamente a realização da EXPOCÔA, a criação de equipamentos básicos como a biblioteca e o centro cultural, as infra-estruturas destinadas a práticas desportivas e os investimentos realizados na freguesia de Freixo de Numão no sentido de potencializar e valorizar o património local.

Relativamente ao primeiro caso (a EXPOCÔA) aquele poderá funcionar como um meio eficaz de promoção dos produtos locais e regionais, potencializando, deste modo, os

recursos endógenos. O próprio desenvolvimento local poderá assim ser promovido ao nível do crescimento económico, da divulgação da imagem do município e da introdução de um elemento (com o qual a população se identifica) nas festividades concelhias.

No caso concreto da criação de estruturas desportivas podemos questionar a influência do património, uma vez que não se tratam de equipamentos que possam ter surgido graças àquele, mas por necessidade (embora se enquadrem na tentativa de compensar a população pelo embargo da construção da barragem).

Para além disso o programa PROCÔA beneficiou, não só o concelho de Vila Nova de Foz Côa, mas também os concelhos limítrofes⁴⁰, uma vez que tinha como objectivo potencializar e utilizar o património arqueológico e histórico do Vale do Côa com a finalidade de criar condições para o desenvolvimento sócio-económico da região. É claro que podemos afirmar que este programa surgiu na sequência da descoberta das gravuras paleolíticas no Vale do Côa, e foi, aliás, e em certa medida, uma forma de compensar a população pela não construção da barragem. Todavia, a sua utilização em favor dos interesses da população nem sempre foi uma realidade, sobretudo num período de grandes tensões derivadas da polémica.

Mais tarde, com a introdução do AIBT do Côa, registou-se um esforço no sentido de atribuir mais atenção aos interesses da população local, através do investimento em património com o qual a população se identificava, não descurando, no entanto, os respectivos melhoramentos necessários para aperfeiçoar as condições turísticas do concelho.

3.6. ACTIVIDADES DE FORMAÇÃO

Um dos elementos frequentemente negligenciados na questão patrimonial é a formação dos indivíduos, sobretudo daqueles que pertencem à comunidade local, uma vez que a instrução em actividades indispensáveis nestes meios turísticos pode e deve ser uma ferramenta do próprio processo de desenvolvimento (Grefe, 1999).

E essa é, de facto, umas das preocupações que o PAVC tem demonstrado ao procurar fornecer acções de formação dirigidas à população residente na área da Associação de Municípios do Vale do Côa. Para o efeito foi contactada uma empresa de formação,

⁴⁰ Concelho de Almeida; de Figueira de Castelo Rodrigo; de Freixo de Espada-à-Cinta; de Meda; de Pinhel; de Sabugal; de Torre de Moncorvo e de Trancoso.

denominada SETEPÉS⁴¹, e embora os conteúdos sejam fornecidos pelo PAVC, é aquela quem os lecciona. Estes cursos foram financiados na sua totalidade por fundos comunitários, constituindo um verdadeiro esforço de formação da população activa. Nestes casos, e tendo em conta que se tratam de acções sobretudo destinadas a desempregados, os formandos recebem um montante, como acontece em qualquer curso de formação profissional.

As acções desenvolvidas encontram-se sobretudo associadas ao sector do turismo, entre as quais se destacam os cursos de guias de arte rupestre e técnicas de informação turística do Côa, cujo objectivo é formar profissionais que possam criar o seu próprio emprego. De facto, no ano de 2007 foi já possível verificar os primeiros efeitos desta acção de formação, uma vez que foram realizadas visitas guiadas aos três núcleos de arte rupestre, por operadores privados que acabaram a sua formação em Abril/Maio de 2007. No total foram registadas 499 entradas neste âmbito (Fonte: Lima - PAVC). Este avanço é muito significativo, sobretudo porque constitui uma solução para algumas das pessoas que, residindo na área da Associação de Municípios do Vale do Côa, desejam desenvolver aqui a sua vida profissional. Todavia, e apesar deste passo extremamente significativo, de momento, o actual quadro comunitário de apoios não permite a reprodução destes cursos (Fonte: PAVC).

Na mesma linha estratégica foram igualmente realizados alguns fóruns, nomeadamente o Fórum de Serviços Educativos no Côa e o Fórum sobre Valorização e Promoção do Património Regional. Importante assinalar também o Curso de Empreendedores de Eventos para Valorização do Património Cultural do Vale do Côa, que embora tenha sido leccionado fora do município, ocorreu num dos concelhos da região que lhe faz fronteira: Pinhel (Fonte: PAVC). Para o futuro está projectado um curso de empreendedorismo cultural e de documentalismo, que poderão constituir boas ferramentas de lançamento para a população activa local (Fonte: Lima – PAVC).

Para além destes, foram ainda desenvolvidos alguns cursos de cariz mais prático, a saber: o “Curso de Técnicas de Arqueologia Experimental”, cujo sucesso já fez nascer propostas de o leccionar noutros pontos do país; e o “Curso de olaria e cerâmica local”, que tem como objectivo reavivar as tradições do concelho e o seu património histórico, e posteriormente retomar a tradição, criando oficinas do género com crianças. Efectuaram-se também duas edições de um curso de *Gourmet*, destinadas aos proprietários dos cafés e

⁴¹ A Empresa de Formação SETEPÉS foi recentemente seleccionada como um dos exemplos de boas práticas dos projectos co-financiados pelo Fundo Social Europeu, entre os quais se destaca o projecto “Qualificar o Côa”, realizado em parceria com o PAVC. É neste âmbito que a empresa, juntamente com outras 16 entidades, consta da 2.ª Mostra de Boas Práticas, promovida pelo Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu.

restaurantes locais, para que aprendam a adaptar-se às necessidades dos visitantes sem, no entanto, desconsiderar a gastronomia local. O intuito é ensinar os profissionais em causa a criar ementas que respondam às exigências dos turistas.

À semelhança do PAVC, também a ACDR de Freixo de Numão tem demonstrado preocupações com a área da formação, tendo leccionado alguns cursos, que pretendem, tal como no caso anterior, potencializar os recursos existentes. Como exemplo, temos o curso de concentrado de frutas e compotas ou os mini-cursos de guias turísticos, que contam já com várias edições (ACDR de Freixo de Numão, 2005).

A finalidade de todas estas acções de formação é sensibilizar a população para o seu património, formá-la e capacitá-la face aos desafios do actual mercado de trabalho, desenvolvendo nos alunos capacidades de empreendedorismo. O objectivo não é, de todo, empregar as pessoas no seio do PAVC ou da ACDR de Freixo de Numão, uma vez que nem um nem o outro possuem capacidades para tal; mas, no entanto, fornecer-lhes ferramentas para que possam construir naquele concelho e região o seu futuro, através da valorização patrimonial.

Em suma, a formação e qualificação de competências constituem elementos fundamentais quando nos referimos ao desenvolvimento local, sobretudo quando existem recursos internos com potencialidades. Neste sentido, torna-se crucial formar os cidadãos, sobretudo de origem endógena, no sentido de tirarem o maior usufruto possível desse potencial interno. Criando competências coerentes com os recursos existentes no local e recorrendo a algum empreendedorismo e capacidade criativa, poder-se-á evitar assim a partida dos jovens residentes no concelho e torná-los uma contribuição activa para o desenvolvimento da região. Só assim será possível travar fenómenos como a emigração e o envelhecimento demográfico.

É pois com estes objectivos que, tanto o PAVC como a ACDR de Freixo de Numão, têm desenvolvido alguns cursos de formação, alguns deles com efeitos já visíveis.

3.7. MANIFESTAÇÕES COLECTIVAS E LÓGICAS ASSOCIATIVAS

3.7.1. Festividades

Outro elemento interessante para determinarmos a influência do património, e sobretudo das gravuras paleolíticas, na vivência social e cultural do concelho, é o seu papel na criação ou manutenção de eventos com os quais a população se identifique.

Neste sentido, e segundo a pesquisa efectuada em monografias dedicadas a algumas freguesias de Vila Nova de Foz Côa, assim como ao município no seu todo, pudemos apurar que no geral, as festividades e manifestações colectivas mais importantes para a população são as de carácter religioso. Para além destas, em Freixo de Numão foram também recuperadas algumas tradições (*vide* tabela 7, em anexo), associadas às festividades do Carnaval, Natal, Ano Novo, festas populares, cantares das Janeiras, jogos tradicionais, entre outros, para que as formas de convívio mais tradicionais não caíssem no esquecimento.

Finalmente, um dos grandes símbolos do concelho corresponde à festa da amendoeira em flor, com início em 1982, e à qual se juntou em 1997 a EXPOCÔA, cujo objectivo é divulgar os recursos e potencialidades de Vila Nova de Foz Côa e localidades limítrofes.

Todas estas festividades têm em comum uma forte identificação e receptividade por parte da população, mas que, no entanto, pouco ou nada têm a ver com um fundamento patrimonial de carácter histórico-arqueológico. De facto, nessa medida não registamos alterações influenciadas pela maior valorização do património cultural existente, à excepção da EXPOCÔA (introduzida pela primeira vez através do PROCÔA, na sequência dos objectivos de valorização cultural para aquela região), mas cujo carácter é mais económico, comercial e divulgativo, do que propriamente patrimonial.

3.7.2. Dinâmica associativa

À semelhança das festividades, também as informações ligadas às associações sedeadas no concelho poderão, de algum modo, demonstrar a sua relação com o património existente. Em Vila Nova de Foz Côa existem actualmente 39 associações (Conselho Local de Acção Social de Vila Nova de Foz Côa, 2005). A maioria relaciona-se com o desenvolvimento de actividades de carácter cultural, mas também recreativo e desportivo. A existência de todas estas colectividades testemunha a existência de um espírito associativo no município, embora a sua capacidade de mobilização seja considerada reduzida e condicionada, primando a pequena dimensão. Para além disso, acresce que se tratam de

associações relativamente inactivas (Conselho Local de Acção Social de Vila Nova de Foz Côa, 2005).

Em termos de um associativismo direccionado para as práticas de protecção e salvaguarda do património cultural, notamos que embora cinco delas assumam como objectivo a realização de actividades ou eventos culturais, apenas uma das 39 associações assume a defesa do património e a arqueologia como actividades de intervenção: a ACDR de Freixo de Numão.

Esta associação, criada em 1980, assumiu, desde esse momento, a salvaguarda e defesa do património existente na freguesia como um dos principais fundamentos da sua existência. Foi graças à união e ao dinamismo de um grupo de jovens naturais do local (que desejava contribuir para o «progresso social e cultural das suas gentes» (Coixão, 1993:23), que a associação se tornou uma realidade.

De facto, neste caso a motivação patrimonial era de tal ordem que foi inclusivamente criado em 1981 o “Grupo para a Defesa e Divulgação do Património Cultural” no seio da própria colectividade, considerando-se que o património cultural existente constituía uma mais-valia para todos. Com o tempo, este Grupo acabou por se diluir na ACDR de Freixo de Numão, que assumiu as responsabilidades e a liderança das actividades culturais até aqui a cargo do primeiro.

Actualmente a associação continua a desenvolver diversos projectos que usufruem geralmente de bastante sucesso. Esse êxito é em grande medida explicado pelo facto de, por um lado, ter nascido da união dos jovens locais, como já referimos; e por outro, de se caracterizar por uma estreita ligação com a restante população. Este vínculo é testemunhado, por exemplo, pelo facto do espólio etnológico que compõe o Museu da Casa Grande ter sido oferecido na sua totalidade pela própria população: «No mês de Setembro de 1982 (...) o grupo voltou a expor na Casa Grande (...) com muito mais peças do que no ano anterior, graças à acção dos elementos do grupo, mas muito mais à generosidade das pessoas da freguesia que aderiram em massa nas ofertas de peças» (Coixão, 1993:38). Os materiais arqueológicos, por sua vez, são provenientes das escavações, sondagens e prospecções realizadas.

Todavia, e como em qualquer local, a novidade (neste caso da criação de uma nova associação) era por vezes encarada com alguma desconfiança derivada do desconhecimento, sobretudo quando um dos principais objectivos consistia em valorizar algo muitas vezes considerado “banal”: o património. Conscientes desse obstáculo, os seus fundadores procuraram sensibilizar a população, informando-a e alertando-a para assuntos de interesse

local, sobretudo de cariz patrimonial; assumindo-se como canal de comunicação com os seus conterrâneos (Coixão, 1993). Foi deste modo que os membros da associação foram granjeando, não só elogios do exterior, mas também dos próprios habitantes da freguesia que passaram a reconhecer, a valorizar e a dar o seu contributo nos projectos de valorização patrimonial⁴².

Para além desta associação, e embora o registo a que tivemos acesso (referente a 2005) apenas nos informasse da existência de uma colectividade com afinidades ao património cultural, sabemos que foi entretanto criada (em 2006) uma nova associação com preocupações neste âmbito: a APDARC. De facto, à semelhança da ACDR de Freixo de Numão, também esta assume um manifesto interesse pela área patrimonial, com especial incidência nos locais “trespassados” pelo Côa.

Nascida da união entre dois indivíduos naturais de Vila Nova de Foz Côa e outros de origem exógena (nomeadamente do Porto, Aveiras de Cima, Madeira e Felgueiras), a associação tem como objectivo valorizar e potencializar todo o património cultural existente no Vale do Côa. Nesta medida, o seu interesse não se centra apenas na arte rupestre aí presente, mas em todo o seu património material e imaterial, atribuindo para isso especial relevo à população local (APDARC, 2007a; 2007b). Em termos práticos, só em 2007 começou a desenvolver projectos e actividades, contando agora com um ano experiência, que apesar de reduzida já permite vislumbrar alguns esforços (*vide* tabela 12, em anexo).

Para além destas e em termos regionais (nos concelhos limítrofes) existem algumas associações com as quais tem existido uma colaboração no sentido de desenvolver actividades criativas associadas ao património. Entre elas destacamos a Associação Transumância e Ambiente⁴³, a LuzLinar⁴⁴ e a ASTA⁴⁵, que têm desenvolvido algumas iniciativas em associação com o PAVC (*vide* tabelas 10, 11, 12 e 14, em anexo).

3.7.3. Mobilização colectiva

Finalmente, nesta questão das manifestações colectivas não poderíamos deixar de sublinhar a mobilização desencadeada no concelho no momento em que a arte paleolítica do Vale do Côa foi tornada pública. Dentro da temática do património, esta controvérsia foi, de

⁴² Vejamos o exemplo da campanha de embelezamento das casas dos habitantes de Freixo de Numão, cujo objectivo consistiu em restituir-lhes o seu aspecto tradicional e que acabou por obter a colaboração da maioria dos habitantes.

⁴³ Pertencente ao Departamento de Antropologia da Universidade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

⁴⁴ Sedeada numa aldeia próxima de Trancoso, Concelho vizinho de Vila Nova de Foz Côa.

⁴⁵ Sedeada em Almeida, Concelho limítrofe de Vila Nova de Foz Côa.

facto, das que gerou maior mobilização social e colectiva no seio da sociedade portuguesa, revelando uma ligação nascente ao bem patrimonial recém-descoberto. Com efeito, e embora todo esse fulgor se tenha diluído com o tempo, não podemos ignorar a importância da mobilização da população endógena em torno daquela causa, nomeadamente dos jovens que então frequentavam a Escola Secundária local.

Em suma, apesar da maioria das associações do concelho sofrer de uma relativa inoperância, outras há que têm representado um papel assinalável no município, sobretudo a ACDR de Freixo de Numão e, mais recentemente, a APDARC, que desempenham importantes trabalhos junto da comunidade.

Este esforço de articulação deve, contudo, ser reforçado, de modo a que haja uma verdadeira consciencialização e compreensão da importância que o património pode assumir nas várias dimensões da vida desta população. E as associações, que são geralmente as entidades mais próximas dos habitantes locais, têm um importante papel a desempenhar, na medida em que constituem um instrumento privilegiado de comunicação.

Relativamente às festividades concelhias, verificámos que a influência do património nesta questão terá sido praticamente nula. A identificação da população centra-se sobretudo na festa da amendoeira em flor e nos festejos de carácter religioso.

3.8. PROMOÇÃO DE ACTIVIDADES E SERVIÇOS DIVERSIFICADOS

3.8.1. A relação das crianças e jovens com o património histórico-arqueológico local

De particular relevância é a formação e o desenvolvimento da capacidade crítica dos mais jovens, cuja sensibilidade na área patrimonial é essencial para garantir a sua sobrevivência e sustentabilidade futuras. São eles os responsáveis pela preservação dos recursos naturais e patrimoniais actualmente existentes.

Conscientes dessa situação, as entidades responsáveis pela preservação do património têm desenvolvido, um pouco por todo mundo, iniciativas com o objectivo de estreitar as relações entre os jovens e os bens patrimoniais locais. O próprio ICCROM, que tem como finalidade a conservação do património cultural em todas as suas formas, tem consciência da importância do papel das gerações mais novas, acreditando que ao envolvê-las nas iniciativas de carácter cultural, poderão deste modo promover a sua salvaguarda. Por este motivo são

frequentemente criados manuais práticos destinados aos professores e subordinados à temática patrimonial, com orientações específicas, de modo a que estes o possam aplicar a qualquer tipo de património (de interesse mundial, nacional, regional e até local) (ICCROM, 2006).

Para além das explicações teóricas sobre a sua definição, utilidade e importância, é igualmente imprescindível que essa formação inclua uma boa parte de envolvimento prático dos alunos com o património local, para que estes o conheçam, compreendam e protejam. Actividades de grupos, visitas, jogos didácticos, entre outras ideias, são algumas das sugestões apresentadas neste género de manuais.

Poder-se-ão assim desenvolver as capacidades de raciocínio e de observação de cada um, sobretudo quando nos referimos a um património tão significativo como é o caso das gravuras rupestres de Vila Nova de Foz Côa e concelhos limítrofes. Todo este esforço deverá culminar com a consciencialização das necessidades e fragilidades a que esse bem patrimonial está sujeito, ajudando os jovens a identificar as ameaças combatidas nesta área. Será por isso importante reforçar também a ligação entre o património natural e cultural e respectiva salvaguarda (ICCROM, 2006).

Mas a aprendizagem deve ir mais além e procurar dar a conhecer e explicar a relação entre os bens patrimoniais e o desenvolvimento socio-económico local, ajudando-os a compreender de que modo o património cultural pode contribuir para a progressão de determinado território, ao mesmo tempo que analisam as ameaças advindas de uma exploração desadequada, nomeadamente ao nível turístico. Neste sentido, seria interessante fomentar debates entre os próprios alunos, nos quais cada um defenderia diferentes pontos de vista e interesses, para que todos pudessem compreender de forma lúdica e inteligível tudo o que está em causa quando nos referimos a projectos culturais.

A promoção da consciencialização pública é outro dos pontos fundamentais nesta temática. Explicar o valor do local e as razões que estão por detrás das regulamentações restritivas que muitas vezes encontramos e nos impedem de tocar, subir monumentos ou até fotografar, é fundamental, dado que uma acção inocente realizada inúmeras vezes poderá ter efeitos nefastos. Mas se as gerações mais novas estiverem disso conscientes tornar-se-á, de facto, possível preservar o património (ICCROM, 2006).

É nesta perspectiva que tem existido um esforço crescente relativamente à educação das crianças e jovens residentes no concelho de Vila Nova de Foz Côa e à sua sensibilização para a salvaguarda e protecção dos bens patrimoniais locais. Isto tem sucedido graças a

organismos públicos, mas também a associações particulares, cuja cooperação também tem sido fundamental nesta questão⁴⁶.

O PAVC, uma das entidades interessadas nesta temática, é disso exemplo, uma vez que tem direccionado boa parte das suas actividades às gerações mais novas: investir nos Homens do futuro, para que saibam valorizar o seu património e protegê-lo. Estas acções têm primado sobretudo pela criatividade, procurando unir os fins educativos aos lúdicos.

Neste sentido têm sido realizadas diversas iniciativas nas férias escolares, na ocupação de tempos livres, e até durante os períodos lectivos. A oferta destinada a esta faixa etária é, de facto, muito significativa (*vide* tabelas 10 a 14, em anexo). Desde jogos (“Caça ao tesouro”, “À descoberta da Penascosa”, “Com lupa, papel e caneta, vamos descobrir Castelo Melhor”, entre outros) a visitas nocturnas e especiais aos sítios arqueológicos; oficinas de arqueologia; canoagem no Rio Côa; percursos de BTT a um dos núcleos de Arte Rupestre; *ateliers* temáticos (por exemplo de “pesca paleolítica”), entre outros.

Convém sublinhar que estas actividades não se restringem à aprendizagem cultural, mas que procuram articulá-la com a introdução de temas importantes, nomeadamente de carácter ambiental, cuja ligação é comprovadamente indispensável para a preservação de ambas.

3.8.2. Um património para todos

A nova perspectiva de aproximação à população, que tem vingado nos últimos anos, levou o PAVC a desenvolver actividades diversificadas dirigidas não só às crianças e jovens, mas também à população adulta, procurando dar-lhe a conhecer a realidade patrimonial do seu concelho.

Esta nova política de acção vem substituir uma primeira fase de actuação que fechou o PAVC sobre si mesmo e excluiu a população de todo esse processo. O sentimento de imposição externa de um património, seguido de uma conseqüente indignação difundiu-se pelos habitantes do concelho, criando as condições para um difícil entendimento entre a população e o organismo responsável pela salvaguarda e preservação das gravuras: o PAVC.

Todavia, e apesar deste choque, existia a consciência de que sem o mínimo apoio da população, seria muito difícil fazer avançar as acções de protecção e divulgação defendidas pelo Parque. Realizaram-se por isso alguns debates de apresentação pública para

⁴⁶ *Vide* ponto 3.9. COLABORAÇÃO, ARTICULAÇÃO E COOPERAÇÃO ENTRE ENTIDADES.

esclarecimento da população, que contudo não foram suficientes para apaziguar as relações entre as duas perspectivas vigentes. Significa isto que, de uma forma geral e numa primeira fase, a população não foi devidamente incluída em todo o processo de criação do PAVC, tendo sido afastada do novo modelo de desenvolvimento, pelo qual se havia optado.

Porém, recentemente, deu-se um redimensionamento dessa perspectiva que culminou com a tentativa de “reconciliação” do PAVC com a população local. Compreendeu-se que sem a sua inclusão, os esforços efectuados teriam poucas hipóteses de serem concretizados com sucesso⁴⁷; factor determinante quando pretendemos seguir um modelo de desenvolvimento endógeno e sustentado. Segundo os relatórios da Geoidea (1995), há que reconhecer a assunção do património do Vale do Côa como uma potencialidade fundamental da estratégia de desenvolvimento desta região.

Neste sentido, tem vindo a ser sublinhada a necessidade de comunicação com os habitantes e a sua importância no próprio processo de protecção e salvaguarda do património cultural existente (Fernandes; Pinto, s.d.), tendo muitas vezes a realidade demonstrado que o sucesso destas iniciativas poderá depender da própria vontade de envolvimento da população local. Para isso é essencial promover a comunicação entre os defensores do património e aqueles que, de algum modo, poderão ser afectados por quaisquer iniciativas desenvolvidas.

Acima de tudo, convém sublinhar que mais do que uma atitude reaccionária, os técnicos responsáveis devem adoptar uma atitude e discurso activos, na medida em que não devem pura e simplesmente fechar-se nas suas perspectivas, mas exteriorizá-las e dá-las a conhecer, procurando assim reunir novos partidários do projecto em causa. Até porque o seu alheamento apenas contribui para aumentar o clima de crispção entre os diversos intervenientes⁴⁸.

Essas tentativas de aproximação à população têm-se desenvolvido sob diversas formas, mas sobretudo através da realização de actividades dirigidas às crianças e jovens, mas também aos adultos (*vide* tabelas 10 a 12, em anexo).

Para além das diversas sessões de apresentação realizadas nas freguesias do concelho sobre o trabalho desenvolvido, têm sido concebidas exposições e iniciativas criativas que pretendem chamar a atenção de todos. Aqui destacamos a “Ceia Experimental Paleolítica”; algumas apresentações seguidas de uma vertente mais prática, como é o caso da Comunicação

⁴⁷ Cf. definição de participação no ponto 2.4. PARTICIPAÇÃO E EMPOWERMENT NO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL.

⁴⁸ Para além da tentativa de aproximação à população, o PAVC tem igualmente intensificado as suas relações e a cooperação com a Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, situação que, mais uma vez, revela um novo esforço de entendimento.

“Alimentos e Alimentação: da Pré-História aos Nossos Dias”; as actividades nocturnas dirigidas à população adulta local; ou o concurso para a eleição do melhor vinho regional.

Do mesmo modo, as comemorações dos aniversários do PAVC e da classificação das gravuras como património da Humanidade têm constituído um bom pretexto para a concretização de iniciativas dirigidas aos residentes, emigrantes e eventuais visitantes que possam estar de visita ao PAVC na ocasião. Entre elas, comunicações, apresentações, congressos, acções de divulgação, oficinas de artes, exposições, espectáculos musicais, mini-cursos, entre outros. (*vide* tabelas 10 a 12, em anexo).

Este esforço de articulação com a população local tem-se estendido também à Quinta da Ervamoira, que tem conduzido os habitantes gratuitamente ao seu museu, para que possam conhecer e respeitar o seu património. O objectivo é estreitar as ligações e criar uma empatia com a população, sobretudo da aldeia da Muxagata. Este elo (sobretudo quando é possível juntar a visita dos habitantes com a dos próprios turistas) tem-se revelado extremamente significativo; e é evidente, por um lado, o regozijo dos moradores por terem oportunidade de expor os seus conhecimentos sobre o local, e por outro dos próprios turistas e visitantes que usufruem de uma visita guiada às raízes da região (Fonte: Teixeira – Quinta da Ervamoira).

Esta valorização de saberes ancestrais permite, não só enriquecer as visitas, mas também aproximar as populações locais das entidades culturais existentes no concelho.

Como exemplo, e noutra vertente, temos a ACDR de Freixo de Numão, que desde a sua criação tem procurado sensibilizar e promover actividades de salvaguarda patrimonial, nomeadamente com acções de limpeza e recuperação patrimonial, de desreboco de prédios urbanos, assim como convívios que procuram reavivar as tradições locais. Para além disso, foram notavelmente construídas diversas infra-estruturas que contribuíram activamente para o desenvolvimento da freguesia. Desde o Centro de Juventude, ao parque para caravanistas, e à criação de um museu de grande relevo e valorização do património local.

De salientar também as iniciativas de dinamização cultural que têm sido desenvolvidas, nomeadamente a organização de festas e convívios, exposições, animação de campos de férias e do centro histórico, organização de jogos tradicionais, entre outras (*vide* tabelas 7 a 12, em anexo).

Todo este esforço permitiu, não só atrair e acolher na freguesia mais turistas de origem nacional e estrangeira, mas também estreitar as relações com os próprios habitantes, que se orgulham e identificam com o seu património.

De facto, a grande mais-valia desta associação encontra-se no facto de possuir uma relação muito positiva com a população, tendo surgido e sido, desde da sua criação, assimilada por todos os habitantes como algo seu e não exterior a eles. Ao contrário do que sucedeu com o PAVC, a ACDR de Freixo de Numão nasceu e cresceu com a população local, não foi, de todo, uma imposição exógena. Construída com os recursos endógenos existentes, a associação possui actualmente uma secção etnológica no seio do seu museu (Museu da Casa Grande) que é disso exemplo, uma vez que os objectos aí expostos (mais de um milhar) foram todos, sem excepção, doados pela própria comunidade. Este facto é significativo e demonstra o seu interesse e identificação com a associação e respectivo projecto. Situação que se justifica graças ao esforço exercido desde o início pelos seus fundadores no sentido de obter a confiança dos habitantes, através de campanhas pedagógicas e da sua própria forma de actuação. De facto, ao procurarem aproximar-se do património existente e divulgá-lo ao exterior, não o fizeram como uma imposição, mas procuraram perceber qual a melhor forma de se articularem com as necessidades locais, calcetando por exemplo os caminhos e circuitos de proprietários privados (necessários para alcançar determinado património), beneficiando-os ao mesmo tempo que abriam caminho para a divulgação patrimonial (Fonte: Coixão – ACDR de Freixo de Numão). Obviamente que todo este processo terá sido desde logo facilitado pelo facto dos seus fundadores se tratarem de habitantes da freguesia, mas a realidade é que actualmente a população demonstra um verdadeiro respeito e consideração por todo o trabalho cultural da associação, colaborando mesmo com ela.

As próprias exposições temporárias são por vezes resultado de empréstimos concedidos pelos habitantes. E mais do que isso; por vezes são os próprios residentes (particularmente do sexo feminino) que estimulam e animam a criação dessas exposições, sobretudo quando se tratam de temáticas religiosas. Sucede também que em prol da salvaguarda e do restauro desse património são eles (geralmente um grupo informal) que tomam a iniciativa e angariam os fundos necessários para a prossecução dos projectos, dando uso aos seus saberes e confeccionando doçaria e outros produtos para venda. Este é o exemplo do que tem vindo a ocorrer com a tentativa de restaurar os altares das capelas locais (Fonte: Coixão – ACDR de Freixo de Numão). Como resultado final, podemos considerar que existe aqui uma identificação clara da população com o seu património e com a sua identidade cultural.

Para além das actividades realizadas com o apoio da população local, a ACDR de Freixo de Numão tem procurado tirar partido das suas potencialidades endógenas com vista a um aproveitamento turístico (*vide* tabelas 7 a 12, em anexo).

Em suma, têm sido desenvolvidas inúmeras iniciativas desde a criação da associação, salientando-se, no entanto, o período que sucedeu a descoberta e divulgação das gravuras do Vale do Côa, momento a partir do qual a região foi divulgada e beneficiada por alguns investimentos que permitiram uma diversificação das actividades. Com efeito, de acordo com a análise empreendida, é patente uma clara intensificação das mesmas a partir da década de 90, cujo objecto central incide cada vez mais no património cultural e no que com ele poderá ser realizado (ACDR de Freixo de Numão, 2005). Nesta medida, podemos considerar que a ACDR de Freixo de Numão conseguiu tirar partido das potencialidades locais, nomeadamente de carácter natural e cultural.

Recentemente, e como já referimos nos capítulos anteriores, foi criada uma nova associação, a APDARC, cujos objectivos e metodologia se centram numa articulação crescente com a população. Há uma clara tentativa de comunicar com os habitantes locais, valorizando as suas opiniões e vontades. Os projectos procuram essencialmente promover o património cultural, através de planos de investigação, como é exemplo o “Memórias e Espaços de Ruralidade num Cenário de Metamorfose Identitária do Território”, cuja concretização só será possível com a colaboração e o envolvimento da comunidade. Para além deste, existem ainda outros projectos associados à revitalização de aldeias (nomeadamente da Muxagata), assim como, estudos e exposições (*vide* tabelas 12 e 13, em anexo).

A associação cultiva ainda um manifesto interesse em estabelecer um contacto mais próximo com os habitantes, pretendendo para isso criar uma Sede aberta ao público e uma *newsletter* bimensal, cujo objectivo é desenvolver a comunicação entre os residentes locais e a APDARC (APDARC, 2007a; 2007b). Esta preocupação encontra-se presente nos seus projectos e poderá ser muito significativa a médio e longo prazo.

A APDARC vem assim juntar-se às entidades existentes, tornando-se mais um veículo de dinamização cultural, dimensão que tem vindo a crescer significativamente, embora só muito recentemente.

Em suma, a aposta na dinamização cultural, mas sobretudo nos “Homens de amanhã” é, sem dúvida, uma estratégia de crescimento e enriquecimento extremamente importante. Neste caso, podemos afirmar que a descoberta e a divulgação das gravuras, assim como a consequente decisão política tomada na sua sequência, se têm revelado positivas. A multiplicação de actividades, sobretudo dirigidas às crianças e jovens, é assinalável. Se estabelecermos uma comparação entre as iniciativas existentes no passado e as que existem na

actualidade, verificamos uma notável evolução (*vide* tabelas 7 a 14, em anexo). A oferta de actividades e formas de ocupação de tempos livres, que articulam o património cultural ao natural, são muito significativas na vivência quotidiana destes habitantes, sobretudo para aqueles que se encontram em crescimento e formação de personalidade.

As actividades desenvolvidas assentes nos recursos patrimoniais têm sido desenvolvidas por diversas entidades, com manifesto interesse pela área, nomeadamente o PAVC, a Empresa Camarária Fozcôactiva, a APDARC, a ACDR de Freixo de Numão e a Quinta da Ervamoira. Todas elas têm desenvolvido actividades e projectos no âmbito patrimonial, embora devamos salientar que da análise efectuada verificámos que este esforço de dinamização cultural e patrimonial é muito recente. De facto, e embora os projectos destinados à salvaguarda, não só das gravuras, mas de todo o extenso património histórico-arqueológico existente no concelho, tenham sido iniciados há mais de uma década, só há dois anos (sensivelmente desde 2006) tem sido desenvolvida uma política patrimonial que inclui a população local jovem e adulta. Situação confirmada nas novas políticas encetadas pelo PAVC, pela Fozcôactiva, pela APDARC e pela ACDR de Freixo de Numão (que, contudo, acaba por ser a única excepção neste caso, uma vez que já trabalha com estes objectivos praticamente desde a sua criação).

Nesta medida e tendo em consideração que no passado a dinamização patrimonial era muito frágil ou praticamente nula, consideramos que houve um desenvolvimento significativo neste sentido, que poderá eventualmente promover uma identificação crescente dos cidadãos locais com o seu património a médio e longo prazo.

Por outro lado, a tentativa de atrair a atenção dos mais jovens pode considerar-se simultaneamente uma forma de “conquistar” os respectivos progenitores. Todavia essa conquista dependerá, para muitos, da capacidade de transformar o património existente numa possibilidade de futuro para as gerações presentes e futuras.

Como nota final gostaríamos apenas de alertar para o facto dos dados aqui apresentados (em anexo) não corresponderem à totalidade das iniciativas realizadas, uma vez que não nos foi possível obter informações em absoluto sobre as mesmas, até porque em alguns momentos algumas delas poderão ter existido sem serem acompanhadas de um registo. É, portanto, importante ter em consideração que não nos encontramos perante a totalidade das actividades desenvolvidas, embora correspondam a uma parcela muito significativa.

3.9. COLABORAÇÃO, ARTICULAÇÃO E COOPERAÇÃO ENTRE ENTIDADES

3.9.1. No seio do concelho

Um dos grandes problemas detectados em Vila Nova Foz Côa por alguns estudos é uma certa falha na articulação entre os vários organismos existentes. No entanto, a consciência de que o sucesso das acções e do próprio desenvolvimento no concelho depende muito dessa colaboração, tem criado algumas condições para que esse elo seja possível. De facto, os planos de actividade de alguns dos principais intervenientes colectivos na área patrimonial existentes no município, permitem-nos observar alguns exemplos positivos dessas relações.

Alguns dos casos mais significativos estão associados aos projectos dirigidos às crianças e jovens do concelho, até porque se trata de um grupo ao qual é atribuída grande importância, enquanto protagonistas do futuro. É nesta perspectiva que tem sido efectuado um grande esforço de sensibilização, dando a conhecer o património local existente, e proporcionando oportunidades de diversão e aprendizagem criativas e atractivas.

Para isto, a colaboração com as escolas locais tem-se verificado fundamental. A articulação entre a Escola 2,3 B+S Tenente – Coronel Adão Carrapatoso de Vila Nova de Foz Côa, o agrupamento de Escolas de Vila Nova de Foz Côa, a Empresa Municipal Fozcôactiva e o PAVC tem possibilitado a realização de variadas actividades de cariz patrimonial e educativo, extremamente importantes para o enriquecimento e crescimento dos alunos. E não nos referimos apenas ao período lectivo, mas também às actividades desenvolvidas nas férias escolares ou nos tempos livres (*vide* tabelas 11 e 12, em anexo). De igual interesse são as oficinas de arqueologia experimental realizadas na Pousada da Juventude de Vila Nova de Foz Côa, que espelham a colaboração entre esta e o PAVC e que se dirigem a todo o público, mas sobretudo ao escolar.

Não obstante, as acções de esforço e colaboração entre entidades têm igualmente procurado alcançar as restantes faixas etárias, através da realização de exposições, sessões de poesia musicada e espectáculos, que contam geralmente com a articulação entre o PAVC e a Empresa Municipal Fozcôactiva. Mais recentemente, a jovem associação APDARC tem, também ela, concedido o seu contributo, sobretudo na organização de exposições. Nestas, assim como noutras iniciativas, é evidente o desejo de divulgação de um património vasto e diversificado, de origem cultural, natural e etnológica.

A riqueza paisagística aliada a uma vasta herança etnográfica e, naturalmente, a um património histórico-arqueológico de grande valor são frequentemente tema e inspiração para a realização de actividades diversificadas que pretendem, sobretudo, chamar a atenção da população local para as suas potencialidades e importância. É com este fim específico que a Quinta da Ervamoira, em articulação com o PAVC, tem conduzido gratuitamente ao seu museu, sensivelmente desde 2006, trabalhadores ligados ao comércio, ao centro de saúde, aos cafés e restaurantes locais e às creches. Pretende-se assim criar uma ligação com a comunidade e alargar o número de habitantes interessados em salvaguardar e defender o seu património (Fonte: Teixeira – Quinta da Ervamoira).

Para além do PAVC tem sido evidente a articulação da Quinta da Ervamoira com outras entidades sedeadas no concelho de Vila Nova de Foz Côa, como a Câmara Municipal, a empresa Ravinas do Côa e a Quinta do Chão da Ordem, que direccionam frequentemente os seus turistas para aquele espaço.

Para além destas, e no geral, têm sido concretizadas provas de vinhos e outras actividades criativas, como é caso da “Ceia Experimental Paleolítica”, realizada na aldeia da Muxagata, concelho de Vila Nova de Foz Côa; e da observação astronómica, realizada de novo na aldeia da Muxagata, assim como na Quinta da Ervamoira. De acordo com o PAVC, estas iniciativas são dirigidas a todo o público e têm como objectivo proporcionar uma ocasião de encontros e cruzamentos entre os vários públicos (Fonte: Lima – PAVC; Teixeira – Quinta da Ervamoira).

Finalmente, destacamos ainda alguns cursos realizados, designadamente sobre Arte Rupestre e Enologia, que usufruem de uma articulação de esforços entre o PAVC e a Empresa Municipal Fozcôactiva. Mais recentemente, os Congressos de arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior, iniciados pela ACDR de Freixo de Numão, contam agora com a participação do PAVC, e o apoio das Câmaras Municipais de Vila Nova de Foz Côa, Pinhel e Figueira de Castelo Rodrigo.

3.9.2. Além dos limites de Vila Nova de Foz Côa

O património, enquanto recurso para o desenvolvimento, não deve fechar-se nas fronteiras concelhias. Isto significa que, por um lado, a aplicação de uma estratégia integrada e inter-municipal poderá assumir um efeito determinante no combate às dificuldades sentidas pela região no seu conjunto; e que por outro, o próprio património extravasa os domínios concelhios actualmente existentes, pelo que só poderá ser verdadeiramente compreendido nessa dimensão globalizante. As próprias gravuras rupestres existentes no Vale do Côa são

disso exemplo, uma vez que não se situam exclusivamente em Vila Nova de Foz Côa, mas se estendem também a Pinhel, Trancoso, Guarda e Alijó.

De facto, é interessante verificar a colaboração⁴⁹ entre as entidades existentes no município (nomeadamente o PAVC) e outras sedeadas na região (*vide* tabelas 10 a 14, em anexo). Um dos testemunhos dessa articulação, embora um tanto informal, está associado às actividades desenvolvidas pela ASTA⁵⁰ (sedeada no concelho de Almeida) em cooperação com o PAVC. Esta coadjuvação resultou na multiplicação de iniciativas e recriações histórico-arqueológicas, cuja importância é muito significativa, uma vez que não se dirigem apenas aos companheiros da instituição, mas a todos os interessados, permitindo deste modo um processo de aprendizagem e integração de grande valor. Todo este sistema possibilita a construção em comum de um conhecimento empírico e consequentemente de um sentido de vida, contribuindo para a edificação de uma nova sociedade. E é nesta medida que também o património pode fornecer um contributo notável na construção de elos interpessoais (Fonte: Fonseca – ASTA).

Por outro lado, também os períodos de férias escolares dos jovens residentes em Vila Nova de Foz Côa são elucidativos de uma articulação com algumas associações existentes em concelhos vizinhos, e cuja colaboração promove uma pluridisciplinidade de temáticas assinalável. Entre essas associações, destacamos a LuzLinar (sedeada numa aldeia próxima de Trancoso), a Associação Transumância e Natureza e, por último, o Grupo de Estudos em Evolução Humana (pertencente ao Departamento de Antropologia da Universidade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra).

Finalmente, e embora num âmbito autárquico, não poderíamos deixar de salientar um exemplo claro de cooperação, assente no Plano Estratégico de Promoção Turística, recentemente celebrado. Este projecto articula 10 autarquias da região, que pretendem construir ou trabalhar um desenvolvimento comum que privilegie as potencialidades patrimoniais através do turismo.

Em suma, um dos aspectos positivos que podemos destacar da influência do património no concelho está relacionado com a crescente cooperação entre entidades. Obviamente que essa articulação ainda se revela muito frágil e insuficiente, mas a realidade é

⁴⁹ Entre as actividades desenvolvidas através dessa articulação, destacamos as exposições, as oficinas de Arqueologia Experimental e Bienais Internacionais de Gravura de Alijó/Foz Côa (estas que contam já com várias edições), entre outras (*vide* tabelas 10 a 12, em anexo).

⁵⁰ IPSS que se destina ao apoio, integração e educação de jovens com deficiência mental.

que o esforço no sentido de desenvolver actividades diversificadas, a que nos referimos no ponto anterior, tem implicado uma crescente e necessária colaboração, que é, no entanto, muito recente. E referimo-nos não só àquelas que têm sido desenvolvidas dentro do concelho, mas também com organismos sedeados nos municípios limítrofes, entre as quais destacamos, ao nível autárquico, o Plano Estratégico de Promoção Turística do Vale do Côa.

Todavia e apesar da articulação existente, seria extremamente importante promover e intensificar esses laços, unindo esforços, conhecimentos e ideias, de modo a que os projectos desenvolvidos possam ter verdadeira repercussão na região e inverter as tendências negativas resultantes da sua posição geográfica.

O património poderia assim constituir um instrumento de cooperação, integração social, diversão, aprendizagem e verdadeiro desenvolvimento.

3.10. MARKETING LOCAL

Apesar de toda a polémica, ou talvez, muito devido a ela, a divulgação das gravuras paleolíticas existentes no Vale do Côa teve a grande proeza de dar a conhecer uma zona marcada pela interioridade e pouco conhecida no território nacional. A existência de um património de valor assinalável permitiu chamar a atenção para o interior-Norte do país e tornou-se a sua imagem de marca. Na verdade, a associação do concelho de Vila Nova de Foz Côa à arte rupestre fez com que, no geral, os habitantes se sentissem inevitavelmente ligados a ela, muitas vezes não porque se sentissem identificados, mas antes porque os outros (o exterior) os reconheciam nela.

Foi nesta sequência que, procurando tirar partido de toda a situação, a imagem das gravuras passou a ser vastamente utilizada para fins distintos, que vão além dos comerciais. Os Bombeiros de Vila Nova de Foz Côa são um claro exemplo dessa situação, na medida em que adoptaram a representação das gravuras como logótipo para os seus veículos de combate aos fogos (nomeadamente em jipes). À semelhança destes também a própria Câmara Municipal procurou adaptar-se a este novo recurso como imagem de marketing, tendo alterado a sua “divisa” para “um concelho, dois patrimónios mundiais”, e criado uma representação em que a amendoeira em flor, o vinho e as gravuras surgem interligados numa unidade. Esta imagem encontra-se inclusivamente presente nos transportes colectivos camarários, como o autocarro municipal ou até em alguns contentores municipais de lixo.

Em termos comerciais há a destacar no concelho de Vila Nova de Foz Côa alguns taxistas locais que recorrem àquela imagem como estratégia divulgativa, exibindo-a nos seus veículos; o restaurante O Bruíço, que procura adaptar as suas ementas ao marketing das gravuras (como é exemplo a sopa paleolítica); a Albergaria Vale do Côa; e a Adega Cooperativa de Vila Nova de Foz Côa, que tem recorrido à imagem desse património para rotular e designar os seus vinhos (entre eles o “Arte do Côa”, o “Paleolítico” e o “Ouro Côa”).

Neste caso, um elemento importante para a avaliação do impacto da representação das gravuras seria a análise da evolução das vendas do vinho produzido na Adega Cooperativa de Vila Nova de Foz Côa, antes e após a introdução destas imagens na sua rotulagem. No entanto, não nos foi possível determinar se terá existido uma evolução positiva graças a este novo marketing e com a introdução destes rótulos, uma vez que os valores das vendas registadas naquele período se encontram inacessíveis, dado o estado de astenia em que se encontra actualmente a Adega Cooperativa.

Devemos ainda assinalar que, embora de fraca representatividade, têm sido reproduzidos alguns objectos artesanais por habitantes locais, como porta-chaves, pequenas bolsas, entre outros, alusivos à temática das gravuras. Neste sentido, o PAVC tem desenvolvido algumas sessões públicas de esclarecimento com o intuito de aconselhar e explicar aos pequenos produtores locais a forma como devem licenciar os seus produtos para que possam ser vendidos no PAVC (Fonte: Dra. Alexandra Lima). Pretende-se assim formar os visados no que toca à criação da rotulagem, de modo a que os seus produtos possam beneficiar de uma promoção de imagem através do PAVC, e conseqüentemente encontrar nestas vendas uma pequena e nova forma de rendimento. Tal como acontece na maior parte dos museus (Greffé, 1999), as receitas daqui derivadas são pouco significativas no rendimento do PAVC.

Fora do concelho, mas na região limítrofe, são conhecidos outros exemplos, nomeadamente a Avicasal (empresa de venda de aves que tem recorrido à representação das gravuras paleolíticas como imagem divulgativa do seu produto – Fonte: Luís – PAVC; Teixeira – Quinta da Ervamoira). Também os queijos de Castelo Rodrigo já possuíram uma imagem associada às gravuras e já se encontraram à venda nos concelhos da região, embora neste momento, segundo pudemos apurar em estabelecimentos locais de venda de enchidos, já não existam no mercado, pelo menos em Vila Nova de Foz Côa.

A reforçar todo este cenário divulgativo, não podíamos deixar de sublinhar a recente realização e difusão do documentário subordinado às gravuras do Côa, realizado por Jean-Luq

Bouvret e denominado «Côa, o Rio das Mil Gravuras». A película foi oficialmente apresentada no dia 14 de Novembro de 2007 e, entretanto, já teve oportunidade de passar num dos canais públicos da televisão portuguesa (RTP2). Este filme poderá constituir uma forma eficaz de chamar a atenção para a importância daquele património, até porque a qualidade do filme já foi inclusivamente reconhecida com alguns prémios.

Em suma, embora não tenhamos dados materiais e absolutos que nos permitam verificar se existiu ou não uma evolução positiva desde a introdução das gravuras paleolíticas como imagem de marketing, há, no entanto, uma certeza que podemos retirar de todo este processo: as gravuras constituem uma forma eficaz de divulgação. Para além da polémica, a circulação dos produtos produzidos no município deu a conhecer o concelho e a região como até aqui não havia sucedido. Tanto que actualmente e ao contrário do que até aqui acontecia, Vila Nova de Foz Côa é agora reconhecida e os seus produtos instantaneamente identificados e associados ao município. Como resultado, quando os “outros”/o exterior nos reconhece, nós reconhecemo-nos também.

Esta região do interior-Norte, mas sobretudo o concelho de Vila Nova de Foz Côa beneficiou deste modo de uma enorme divulgação, que demonstra como o património cultural pode criar uma imagem de marca, da qual se pode tirar partido (Grefe, 1999). Obviamente que neste caso todo esse reconhecimento é reforçado pelo facto de nos encontrarmos a lidar com um património da Humanidade.

CAPÍTULO 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

4.1. CONCLUSÕES

A Cultura e o património histórico-arqueológico apresentam-se como um instrumento privilegiado de mediação entre duas áreas que por vezes são consideradas contraditórias (a tradição e o desenvolvimento), uma vez que a valorização e a potencialização patrimonial permitem transformar uma herança do passado num projecto para o futuro (Jorge, 2000).

O património, enquanto elemento simbólico, facilita e potencia a integração social, pois permite a construção de um consenso em torno do valor cultural e contribui para a reprodução da ordem social (Bourdieu, 1989). É por este motivo que não podemos encarar estes bens apenas pelo seu carácter físico, mas acima de tudo por toda a simbólica que os envolve. Mais do que uma herança, o património é uma peça importante da contemporaneidade, uma vez que pode ser utilizado num projecto destinado à posteridade e permite a sua vivência e fruição por todos (Jorge, 2000).

Deste modo, e na condição de bem comunitário, ele constitui um elemento identitário e de cidadania, que permite uma vivência democrática. É também por este motivo que nunca deve ser imposto pelo exterior, mas antes incorporado pela própria população como recurso essencial para o seu desenvolvimento, bem-estar e qualidade de vida (Jorge, 2000). Isto significa que actualmente os bens culturais já não são valorizados só por si, ou seja, pelo seu carácter monumental ou pela raridade, mas também, e cada vez mais, pelo contexto cultural e natural onde se encontram inseridos e que lhes confere um valor histórico, cultural e identitário intrínseco, assim como um conjunto de grandes potencialidades que podem jogar a favor das populações locais (Reis, 1999). São estes os argumentos que nos levam a advogar «a protecção e a valorização do património cultural, como realidade de maior relevância para a compreensão, permanência e construção da identidade nacional e para a democratização da cultura» (Artigo 1.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro).

Gostaríamos, no entanto, de salientar que este discurso não pretende fazer um supra elogio da cultura e do património histórico-arqueológico; o nosso objectivo é simplesmente demonstrar que, tal como os restantes sectores, também esta área tem um importante papel a desempenhar e que não deve ser negligenciado. A sua intervenção pode aliás ser tanto mais relevante quando conjugada com outros ramos, funcionando em permanente comunicação e interacção na construção do desenvolvimento local. Neste sentido, a intervenção da cultura

pode constituir uma mais-valia na estruturação de um crescimento sustentado, integrado e mais autónomo (Teisserenc, 2002).

Relativamente ao caso de Vila Nova de Foz Côa, a articulação do valor patrimonial com as hipóteses de desenvolvimento existentes poderá constituir uma das soluções para um concelho que sofre os efeitos negativos provocados pela sua situação geográfica. O objectivo é fixar a população no território, concorrendo assim para a sua viabilização económica.

Para isso é essencial garantir a preservação dos vestígios históricos e arqueológicos, mas acima de tudo, promover a identificação e a proximidade entre o património existente e a comunidade, criando um modelo de desenvolvimento capaz de respeitar a identidade social, cultural, natural e económica do espaço, e valorizando os recursos existentes (Sousa; Sousa, 1998; Ramalho, 1998).

Só assim será possível fazer reverter as suas potencialidades a favor do progresso local e do nível de vida da população, mas sempre em articulação com o potencial natural e paisagístico existente. Poderão ser assim criadas soluções e actividades complementares, através da valorização dos espaços naturais existentes e da dinamização da cultura e do turismo locais. Os bens patrimoniais podem constituir mais do que um pretexto de animação, um fundamento de utilização na dinamização de uma comunidade social, económica e cultural.

É por este motivo que assumem cada vez mais valor na nossa sociedade, não só pela sua importância conceptual, mas também pelo carácter prático das suas potencialidades, e das quais existem vários exemplos bem sucedidos que o testemunham. Nesta perspectiva, procurámos determinar se o concelho de Vila Nova de Foz Côa se inscreve ou não nesse grupo de sucesso e avaliar até que ponto os seus bens patrimoniais são utilizados como recurso endógeno de potencial, ou seja, em que medida contribuíram para o desenvolvimento do concelho (na dimensão integrada e total em que entendemos o conceito, e não apenas na sua dimensão económica⁵¹).

Para solucionar esta questão socorremo-nos de vários indicadores de carácter qualitativo e quantitativo com o objectivo de obter uma visão multidimensional e completa do desenvolvimento em Vila Nova de Foz Côa. Os indicadores utilizados dizem respeito à sua evolução demográfica, aos efeitos na economia local, ao turismo e respectiva dinâmica, às infra-estruturas construídas, às actividades de formação, às manifestações colectivas e lógicas associativas, à dinamização cultural, assim como de actividades e serviços diversificados, à

⁵¹ Vide ponto 2.2. O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO.

cooperação e articulação entre entidades e ao recurso à imagem patrimonial como estratégia de marketing.

A resposta, no entanto, não se restringe a uma afirmação ou infirmação. Isto porque dada a diversidade dos indicadores é natural que a conclusão não corresponda a um todo uniforme, mas antes a uma multiplicidade de orientações. E de facto, desenvolvida a análise, verificámos a coexistência de aspectos negativos e positivos relativamente às potencialidades do património histórico-arqueológico.

No que se refere à evolução demográfica (*vide* gráficos 1 e 2, em anexo), e à semelhança do que sucede a nível nacional e inclusivamente europeu, tem-se registado um acentuado envelhecimento da população, acompanhado da diminuição do número total de habitantes. De facto, o factor “património”, sobretudo materializado na divulgação das gravuras paleolíticas, não teve capacidade para travar este cenário em Vila Nova de Foz Côa. Todavia, verificámos também que esta situação não é uniforme em todo o concelho, na medida em que a sua Sede (a Cidade de Vila Nova de Foz Côa) registou um aumento da sua população, justificada pelo facto de aí se concentrar a maioria dos serviços essenciais (INE, 2001).

Relativamente à evolução do número de empresas, sociedades e estabelecimentos existentes no município entre 1994 e 2005, e de acordo com as informações obtidas a partir do INE e do Ministério do Trabalho (*vide* gráficos 7, 8, 9 e 13, em anexo), apurámos que, no geral, se registou um crescimento. A única excepção está relacionada com o volume de empresas registadas pelo INE, no qual foi visível um decréscimo directamente associado ao sector agrícola. Todavia, quando nos referimos às áreas do alojamento e restauração, a situação é distinta, verificando-se inclusivamente, e no global, uma evolução positiva, que poderá em alguma medida estar ligada à progressão do património enquanto recurso turístico.

Proporcionalmente ao crescimento do número de estabelecimentos (referidos pelo Ministério do Trabalho) e sociedades (contabilizadas pelo INE), registou-se uma dilatação do número de trabalhadores ao seu serviço nos sectores do alojamento e restauração, o que mais uma vez demonstra uma tendência positiva nestas áreas. Porém, os dados a que recorremos no IEFP não demonstram qualquer orientação decrescente do número de desempregados, mas antes uma relativa manutenção dos seus valores, à excepção do período compreendido entre 2001 e 2003, no qual se destacou um notável aumento do número de indivíduos inscritos no Centro de Emprego (*vide* gráfico 12, em anexo).

Importa salientar também os valores referentes ao poder de compra *per capita*, através dos quais nos propusemos confirmar ou infirmar a existência de uma relação entre a evolução

do poder de compra e os respectivos efeitos desencadeados com a polémica da descoberta e divulgação das gravuras paleolíticas no Vale do Côa. De facto, e embora tenhamos de ter sempre presente o facto dos dados fornecidos pelo INE não recorrerem sempre aos mesmos indicadores durante os vários estudos realizados, é possível verificar uma evolução positiva do poder de compra *per capita* numa primeira fase, compreendida entre 1993 e 1997 (*vide* gráfico 14, em anexo). Comparando com os restantes concelhos da região do Douro, a evolução inscrita naquele período foi, efectivamente, relevante, uma vez que poucos foram os municípios que registaram tal progressão (*vide* gráfico 15, em anexo). Este facto poderá estar, de algum modo, associado a todo o dinamismo provocado pela descoberta de um património tão significativo. Todavia, ultrapassada a primeira fase de entusiasmo, verifica-se uma estagnação de tal modo significativa entre 1997 e 2005, que o concelho é ultrapassado, na região do Douro, por outros municípios que anteriormente pouco se destacavam (*vide* gráficos 16 e 17, em anexo).

Outro dado utilizado nesta investigação tem que ver com o turismo. As informações a que tivemos acesso permitiram-nos observar que, mesmo apesar das irregularidades registadas nas entradas aos principais museus existentes em Vila Nova de Foz Côa, o património cultural, em articulação com o natural, tem sido o grande dinamizador turístico do concelho. A inauguração do PAVC, do Museu da Casa Grande, do Circuito Arqueológico de Freixo de Numão e do Museu da Quinta da Ervamoira são alguns dos exemplos mais elucidativos dessa situação (*vide* gráficos 5 e 6 e tabelas 7 a 14, em anexo).

De facto, a transformação registada nos últimos dez anos tem sido muito significativa (mesmo apesar de não atingir os valores desejados) quando comparada com a fraca valorização e aproveitamento do património cultural verificados no passado. Só a existência deste potencial justifica actualmente o número de visitantes de nacionalidade portuguesa e estrangeira que se desloca ao concelho (e efectua reservas com larga antecedência) com o objectivo de apreciar um turismo diferenciado. A multiplicidade de idades, formações e interesses tem levado o PAVC a diversificar a oferta e a criar novas alternativas à visita convencional efectuada aos núcleos de arte rupestre. Com efeito, foram concebidos circuitos acompanhados aos sítios paleolíticos escavados, visitas nocturnas, entre outros (Fonte: Lima – PAVC).

Obviamente que muito está por fazer nesta área, até porque as transformações positivas decorrentes da actividade turística são ainda reduzidas, situação reforçada pela fraca adequação de alguns serviços às necessidades existentes, nomeadamente ao nível da

restauração, dos equipamentos de apoio ao turismo, entre outros, como demonstram alguns estudos realizados (IDAD citado em Almeida, 2005).

Para além do turismo também a análise das infra-estruturas construídas (*vide* tabelas 2 a 6, em anexo) constitui um dado importante, embora grande parte dos investimentos realizados possam ter constituído eventualmente uma tentativa (por vezes malograda) de compensar as populações pela não construção da barragem em Vila Nova de Foz Côa. Procurou-se deste modo aplicar uma alternativa de desenvolvimento mais sustentável assente na dinamização e aproveitamento dos recursos histórico-culturais existentes, não só no concelho, mas também nos municípios limítrofes.

No entanto, numa segunda fase (com o AIBT do Côa) é evidente o esforço em responder, de algum modo, aos interesses da população, procurando melhorar e apostar, não só no património que mais importância assumiu em termos turísticos, mas também naquele com o qual a população mais se identificava (nomeadamente o de carácter religioso).

Gostaríamos ainda de destacar a questão da formação, cujos resultados têm revelado que, de facto, é possível recorrer ao património para potencializarmos profissionais. Isto porque, sobretudo os cursos de guias (leccionados pela empresa de formação SETEPÉS, por iniciativa do PAVC) finalizados no ano de 2007, permitiram aos recém-formados dirigir os seus próprios turistas aos núcleos de arte rupestre, desempenhando assim a sua actividade dentro do concelho e por sua própria iniciativa. Esta situação é tanto mais relevante se tivermos em consideração que os formandos pertencem todos à área abrangida pela Associação de Municípios do Vale do Côa.

Apesar de se tratar de uma situação muito recente, é um pequeno sinal das potencialidades que poderão ser retiradas do património enquanto recurso para o desenvolvimento, uma vez que o turismo cultural pode engendrar uma variedade significativa de actividades económicas e culturais (Greffé, 1999). Não obstante, gostaríamos de salientar que os orçamentos para o ano de 2008 não permitem, por ora, contemplar o financiamento e a multiplicação de novos cursos neste âmbito, o que poderá significar uma estagnação ou retrocesso neste ponto.

No que respeita às manifestações colectivas, nomeadamente as festividades locais, praticamente não se registaram alterações (e mais uma vez, nem mesmo com a divulgação da arte paleolítica). Isto porque, para além dos festejos da amendoeira em flor, as celebrações mais significativas são de carácter religioso, e é com estas que a população mais se identifica. Podemos por isso afirmar que a única introdução de sucesso efectuada com a polémica das

gravuras foi a EXPOCÔA⁵², que apesar do seu carácter festivo (até porque se encontra inserida no contexto da festa da amendoeira em flor) se trata de algo mais comercial/económico do que propriamente patrimonial.

Para além dos festejos, outra das formas de mensuração das manifestações colectivas está relacionada com a existência e a dinamização das associações locais, neste caso, de colectividades fundamentadas no património histórico-arqueológico.

Actualmente, existem apenas duas associações inseridas nesse âmbito no concelho de Vila Nova de Foz Côa: a ACDR de Freixo de Numão e a APDARC. A primeira conta já com um longo historial (uma vez que foi fundada em 1980) e assume uma forte ligação com a população local, tendo procurado, desde sempre, inseri-la nos seus projectos. A segunda, fundada há menos de dois anos (no final de 2006), tem manifestado interesse em cooperar e ouvir os habitantes, de tal modo, que alguns dos seus projectos só serão mesmo exequíveis se existir essa colaboração. Trata-se de algo muito relevante, sobretudo se tivermos em consideração que a empatia entre a comunidade e o património existente constituiu inclusivamente um dos objectivos a alcançar no que se refere ao plano estratégico para o Vale do Côa (Geoideia, 1995). Isto porque «não há desenvolvimento sem participação» (Moutinho, 2004:14).

Todavia, e apesar do esforço, constatámos que a identificação da população com o património “gravuras” ainda é relativamente incipiente, o que nos permite afirmar que não houve grande progresso neste âmbito, até porque, como afirma Coixão (1993), a defesa do património quase sempre nos deixa ficar mal nos domínios em que realmente existe uma falta de identidade. O desenvolvimento deve, por isso, ser feito com pessoas, e não para pessoas, ou seja, deve incluir, escutar, ensinar e motivar os indivíduos a quem se dirigem os projectos de desenvolvimento, de modo a que este seja consistente e coroado de sucesso. Para além da importância dos seus conhecimentos, os cidadãos constituem também uma mais-valia, na medida em que a sua união em torno de um esforço comunitário poderá concorrer para a resolução de problemas comuns com os quais se deparam no seu quotidiano.

Apesar de algumas contrariedades, e à semelhança das associações locais, também o PAVC tem procurado aproximar-se dos habitantes do concelho, após um primeiro período de grande afastamento. E, de facto, essa recente tentativa de aproximação à população local

⁵² Feira destinada à apresentação das produções locais, introduzida pela primeira vez através dos financiamentos provenientes do PROCÔA. Trata-se de uma das medidas concebidas para compensar, de algum modo, a população pela não construção da barragem.

constitui um factor muito positivo em todo este processo, à sucessão do qual se espera a inclusão dos cidadãos no modelo de desenvolvimento adoptado.

Com aquela finalidade têm sido desenvolvidas inúmeras actividades (*vide* tabelas 10 a 12, em anexo), sobretudo desde 2006, procurando assim sensibilizar os residentes para a importância do património histórico-arqueológico, mas também natural. Isto porque a realização de actividades associadas ao património, dirigidas sobretudo aos jovens estudantes, tem como objectivo fazer com que estes integrem nestas actividades as suas próprias famílias, através da técnica “aprendendo, fazendo”. A história local pode operar sobre a consciência e identidade locais, no sentido de as tornar explícitas, partilhadas e reconhecidas socialmente. Mas através dos programas sociais, pode proporcionar também uma melhoria da qualidade de vida da população.

É nesta perspectiva que as entidades com responsabilidade cultural e educativa no concelho têm promovido algumas formas de colaboração recíproca, nomeadamente a ACDR de Freixo de Numão, a APDARC, o PAVC, a Escola Secundária de Vila Nova de Foz Côa, a Empresa Municipal Fozcôactiva e a Quinta da Ervamoira. Para além destas, tem sido igualmente promovida a cooperação com associações sedeadas nos concelhos limítrofes, como é o caso da LuzLinar, da ASTA, da Associação Transumância e Ambiente, entre outras (*vide* tabelas 10 a 12, em anexo).

Mais uma vez sublinhamos que o acentuar dessas relações é muito recente, com especial incidência a partir do ano de 2006, o que significa que embora já seja possível observarmos alguns resultados, só a médio e longo prazo poderemos realmente colher os frutos deste estreitamento de relações. Por outro lado, os exemplos a que tivemos acesso integram o que podemos denominar de articulação formal, na medida em que constam dos planos de actividades de algumas entidades envolvidas. No entanto, outros há em que, apesar de ter existido uma colaboração e auxílio externos, tratando-se de algo informal, não usufruem de qualquer registo oficial. Nesta medida, gostaríamos de enfatizar que os dados aqui apresentados poderão não corresponder à totalidade das iniciativas, mas apenas à parte mais representativa.

Não obstante, e na globalidade, não podemos ignorar os indícios do que esperamos tratar-se uma viragem. Apesar de incipiente, a colaboração e as parcerias existem e a sua importância para o sucesso dos projectos implementados é uma realidade, tendo permitido diversificar as formas e as temáticas de actuação. Todavia, este é um trabalho que urge intensificar e alargar para além da área da dinamização de actividades, mas em todos os restantes sectores.

Finalmente, também a utilização da imagem patrimonial (neste caso, sobretudo, das gravuras paleolíticas) como forma de divulgação dos produtos locais e regionais constitui um dado muito significativo neste estudo, uma vez que manifesta uma consciência da capacidade de marketing que daqui se pode retirar⁵³. Simultaneamente, o facto desta representação se haver estendido a sectores não comerciais, como é o caso dos bombeiros de Vila Nova de Foz Côa (que ostentam num dos seus jipes uma reprodução de uma gravura paleolítica) e da própria Câmara Municipal (nos seus autocarros) revela de algum modo uma certa identificação dos cidadãos. Até porque é através dessa imagem que os “outros”/o exterior os reconhecem enquanto fozcoenses, assim como o respectivo concelho.

Em feição de síntese, poderíamos colocar a questão: O património histórico-arqueológico tem contribuído ou não para o desenvolvimento do concelho de Vila Nova de Foz Côa nos últimos anos? Na resposta recorreremos à definição de desenvolvimento local a que aludimos no quadro teórico desta investigação e que corresponde a um processo de mudança desencadeado a partir de necessidades existentes num espaço de dimensões reduzidas e que procura uma mudança e um enriquecimento, através:

- ◇ Das capacidades – As informações obtidas demonstram-nos que o índice de desemprego não registou qualquer quebra nestes catorze anos, apesar do número de pessoas ao serviço em sociedades e estabelecimentos ter registado um crescimento, e dos empregos criados no PAVC terem privilegiado a mão-de-obra local e regional.

Apesar de haverem sido criados alguns postos de trabalho e algumas empresas, a realidade é que não foi, de todo, suficiente para travar fenómenos como a migração e o envelhecimento da população, que continua em tendência ascendente.

- ◇ Das potencialidades – O concelho de Vila Nova de Foz Côa usufrui de um extenso património histórico, arqueológico, etnográfico, natural e paisagístico. Todavia, embora se trate de uma das poucas soluções existentes no concelho no sentido de tirar partido dos recursos endógenos, ainda não mereceu a devida atenção. Regista-se, no entanto, uma mudança assinalada, não só pelas entidades ligadas ao património e que o têm procurado promover activamente, mas também por parte da própria Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa. Esta, para além da articulação crescente com os

⁵³ Embora não tenhamos tido acesso a dados concretos e económicos acerca do sucesso ou insucesso da utilização do património como imagem de marketing.

restantes organismos presentes no concelho, estabeleceu recentemente um plano com alguns municípios da região, denominado Plano Estratégico de Promoção Turística do Vale do Côa. Este esforço manifesta uma consciencialização crescente relativamente às potencialidades da região e, finalmente, um interesse de as passar à prática.

Deste modo, e apesar de uma assumida evolução positiva neste campo, os efeitos desse esforço são ainda relativamente reduzidos, situação que poderá ser modificada com a alteração de políticas e perspectivas por partes das entidades do concelho.

- ◇ Dos recursos locais – O aproveitamento dos recursos patrimoniais locais deve ser entendido na sua dimensão económica e não económica. Em primeiro lugar, ao nível turístico. Aqui, e apesar do número de visitantes não corresponder ao que muitos desejavam, a realidade é que o património é um dos maiores responsáveis pela promoção turística actualmente registada, uma vez que até aqui apenas as festividades da amendoeira em flor (ou pouco mais) atraíam turistas ao município. Presentemente, os turistas vêm visitar o concelho e conhecer os recursos que o caracterizam. O interesse é confirmado pelos visitantes que fazem as suas reservas com larga antecedência (por vezes de um ano), sobretudo os de origem estrangeira.

Neste sentido, registou-se um crescimento relativamente ao período que antecedeu a polémica das gravuras paleolíticas, momento a partir do qual Vila Nova de Foz Côa foi nacional e internacionalmente divulgada.

Por outro lado, podemos considerar que o recurso à imagem das gravuras rupestres, como logótipo de produtos como o vinho, o azeite, os queijos e até de veículos como táxis, jipes de bombeiros e autocarros camarários, prova a importância da utilização dessa imagem patrimonial como forma de marketing, sobretudo perante o exterior.

A utilização desses recursos tem dinamizado positivamente o concelho, sobretudo nos últimos anos (sensivelmente desde 2006). Isto porque têm sido criadas e diversificadas as actividades dirigidas, não só ao público visitante, mas também à população local, por parte das entidades culturais existentes no município. Esse esforço de dinamização e aproximação aos habitantes permitiu diversificar a oferta em termos lúdicos e de lazer, que só foi possível pela utilização dos recursos presentes no concelho, nomeadamente de todo património histórico-arqueológico existente (e não

apenas à arte rupestre do Vale do Côa), em articulação com o de carácter natural. Podemos por isso afirmar que esta área sofreu uma evolução favorável.

- ◇ Da participação da comunidade – A participação da população nas questões de protecção e valorização do património revela duas realidades diferentes: uma associada à ACDR de Freixo de Numão, em que a população contribuiu claramente para os projectos de preservação e divulgação criados; e outra associada ao PAVC e às gravuras existentes no Vale do Côa, onde a imposição desse património não reconhecido pela comunidade gerou efeitos contraproducentes de completo afastamento e intolerância.

Daqui concluímos que o património tem, de facto, capacidade para gerar identificação e participação em seu redor, mas implica sempre uma aceitação natural e nunca forçada. No caso de Vila Nova de Foz Côa, verificaram-se ambas as situações.

- ◇ Do impacto na comunidade – Para além da dinamização resultante das actividades desenvolvidas, o património tem um impacto claro na comunidade através do turismo, mas também através da construção de todas as estruturas e serviços criados na sequência das existências patrimoniais. Referimo-nos por exemplo, às acessibilidades, à recuperação de imóveis e espaços de valor patrimonial, à criação de infra-estruturas como o cinema e a biblioteca, entre outros. Nesta medida, podemos considerar positiva a evolução. Todavia, não convém olvidar que muitas das estruturas construídas se tornaram numa forma de compensar a população pela não construção da barragem no concelho, e que o próprio impacto desta decisão, numa primeira fase, foi mais negativo do que positivo. Para além disso, alguns estudos têm demonstrado que as acessibilidades existentes são ainda pouco homogéneas e que existem ainda dificuldades nos acessos regionais. (IDAD citado em Almeida, 2005).

- ◇ Do respeito pela diversidade e multiplicidade de processos e resultados – Numa primeira fase, a não auscultação das necessidades da população desembocou num desrespeito pelas suas características próprias, situação que, no entanto, tem sido rectificadora nos últimos anos. De facto, a crescente inclusão da população em actividades relacionadas com o património e as tentativas de aproximação demonstram um reconhecimento da sua diversidade e inclusivamente um aproveitamento dessa

característica como factor de qualidade e originalidade (que constitui uma mais-valia, sobretudo em termos turísticos numa sociedade cada vez mais globalizada).

4.2. RECOMENDAÇÕES E ADVERTÊNCIAS

Analisado o contexto existente, o que há a fazer? Tomando novamente como ponto de partida a noção de desenvolvimento local, consideramos que ainda existem, de facto, alguns pontos a aprimorar para podermos falar de um desenvolvimento local completo e não tão fragmentado nas suas conquistas.

Em primeiro lugar, e apesar de já se verificarem alguns avanços, é essencial continuar a apostar na construção de uma relação mais próxima com a população local, escutando-a verdadeiramente e identificando as suas necessidades e desejos. Importa inseri-la de um modo mais acentuado nos projectos a realizar, de forma a que esta se sinta incluída e desenvolva inclusivamente uma vontade genuína de participar nas iniciativas promovidas, assumindo-as como algo que também lhe pertencem. No que respeita ao património cultural, e sobretudo quando nos referimos ao caso de Vila Nova de Foz Côa, em que as gravuras paleolíticas e respectivo valor ainda não são bem compreendidos pelos habitantes, é imprescindível insistir numa sensibilização e tentativa de aproximação àquele património. Isto para que se desenvolva um sentido de identidade e pertença e se manifestem os respectivos efeitos, sobretudo ao nível da protecção e salvaguarda do património. Destacamos, porém, que a estratégia a adoptar deve ser cautelosamente ponderada, salientando-se um enfoque nos cidadãos, interpelando-os e criando laços de confiança que tornem os profissionais da cultura também mediadores sociais (Padró; Miró, 2005). Esta iniciativa implicará perseverança contínua e esforço, assim como consciência das dificuldades e obstáculos a enfrentar.

Deste modo, a colaboração e cooperação entre as entidades existentes será sempre uma mais-valia neste tipo de intervenções e poderá maximizar os resultados. Uma colaboração conjunta, no sentido de alcançar um objectivo comum, somada a um melhor aproveitamento dos recursos e das capacidades endógenas será a melhor estratégia a adoptar. Só assim se tornará possível dar resposta à maioria dos *itens* em causa, nomeadamente aos níveis económico e social.

Por outro lado, devemos salientar e chamar a atenção para a grande lacuna identificada ao nível da articulação dos vários patrimónios culturais presentes no concelho. De facto, e apesar da criação de alguns itinerários temáticos, a realidade é que não existe uma política

real de interligação de todas as potencialidades existentes neste âmbito, quando, na verdade, consideramos esse esforço de articulação algo premente no caso de Vila Nova de Foz Côa. Neste sentido, as gravuras paleolíticas devem funcionar como chamariz para a descoberta de um património cultural extenso e diversificado.

Numa dimensão mais restrita podemos sublinhar a importância de compreender a relação entre a oferta e a procura do património e geri-la, criando produtos, actividades e serviços inovadores que dinamizem os bens culturais e naturais, gerem novos postos de trabalho, aumentem os níveis de bem-estar da população local e criem receitas que permitam salvaguardar o património, melhorar a sua fruição e promover o seu uso social.

Por outro lado, seria importante promover um modelo de desenvolvimento sustentável e endógeno que conheça, utilize e respeite o meio envolvente, procurando promover os produtos internos por meio da melhoria das actividades tradicionais e pela criação de novos serviços, integrando o património nas estratégias globais de ordenamento do território (Padró; Miró, 2005). Mas sobretudo é essencial torná-lo um instrumento de identidade local, com o qual a população se identifique e capaz de promover um verdadeiro desenvolvimento em todas as suas dimensões.

Finalmente, a nível científico, gostaríamos de lançar alguns tópicos que consideramos pertinentes e que não tivemos oportunidade de trabalhar.

Em primeiro lugar seria interessante auscultar a população e perceber a forma como ela encara, vive e sente actualmente o património local. Simultaneamente, importaria identificar quais os bens culturais a que atribui realmente importância e que preocupações demonstra relativamente à sua salvaguarda e preservação. Para isso, seria útil optar por uma análise empírica, na qual se aplicasse um plano de acção cientificamente acompanhado, em que a população fosse constantemente incluída em todo o processo. Seria assim possível determinar o que realmente pode ser efectuado, que estratégias utilizar na promoção do património histórico-arqueológico nesta realidade local e qual o sucesso de que poderá usufruir.

A implantação de um modelo de apresentação patrimonial em “território-museu”, por exemplo, poderia constituir uma solução interessante. Esta opção tem por finalidade integrar todo o território, assim como a sua população no próprio museu, sendo simultaneamente criadas rotas temáticas, através das quais o visitante opta, após uma livre e esclarecida consulta na porta de entrada do concelho (na qual os seus recursos são apresentados ao público visitante) (Padró; Miró, 2005). A relevância desta estratégia é reforçada pelo facto do

imenso património existente em Vila Nova de Foz Côa não se encontrar, como já referimos, devidamente articulado. Deste modo, o recurso ao “território-museu” permitiria colmatar essa lacuna.

No final, a grande questão a esclarecer será sempre: “que papel deverá assumir o património cultural e natural no futuro de Vila Nova de Foz Côa?”.

Bibliografia consultada

- Almeida, F. de (2005), *O Património Cultural no Planeamento e no Desenvolvimento do Território. Os Planos de Ordenamento de Parques Arqueológicos*, Porto, MPPAV.
- Amaro, R. (1990), «O puzzle territorial dos anos 90 – uma territorialidade flexível (e uma nova base para as relações entre nações e regiões)», in *Vértice*, N.º 33, Dezembro, pp.39-48.
- Amaro, R. (1991), «Caminhos de des-envolvimento para a Beira Interior – 10 interrogações», in *Poder Local*, N.º 102, Março, pp.62-79.
- Amaro, R. (1992), *Iniciativas de Desenvolvimento Local*, s.l., ISCTE/IEFP.
- Amaro, R. (1998), «O desenvolvimento local em Portugal. As lições do passado e as exigências do futuro», in *A Rede*, N.º especial, Novembro, pp.60-64.
- Amaro, R. (2001), «Opções, estratégias e actores de desenvolvimento em confronto no caso de Foz Côa», in *O Caso de Foz Côa: Um Laboratório de Análise Sociopolítica* (Gonçalves, M. coord.), Lisboa, Edições 70, pp.193-227.
- APDARC (2007a), *Plano de Actividades 2007*, disponível em <http://www.apdarc.pt> [consultado em Dezembro de 2007].
- Barbalet, J. (1989), *A Cidadania*, Lisboa, Editorial Estampa.
- Bedate, A.; Sanz J.; Herrero L. (2001), «Turismo Cultural y Património Histórico: Aplicación Multivariante al Estudio de la Demanda», in *Revista de Estudios Turísticos*, N.º 150, pp.113-132.
- Bourdieu, P. (1989), *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel.
- Choay, F. (2000), *A Alegoria do Património*, Lisboa, Edições 70.
- Clark, J. (1991), *Democratizing Development. The Role of Voluntary Organizations*, London, Earthscan Publications Ltd.
- Coixão, A. (1993), *Defesa e Divulgação do Património Cultural em Freixo de Numão. Uma Experiência que Urge Realçar, Um Exemplo a seguir na Salvaguarda das Nossas Raízes*, Freixo de Numão, ACDR de Freixo de Numão/Grupo de Defesa e Divulgação do Património Cultural e Natural.
- Conselho Económico e Social (1996), *Iniciativas de Desenvolvimento Local*, Lisboa, Conselho Económico e Social.
- Costa, A. (1998), «O turismo sob a égide do desenvolvimento integrado», in *Ecomuseologia como Forma de Desenvolvimento Integrado*, Póvoa do Lanhoso, Câmara Municipal de Póvoa do Lanhoso, pp.81-82.
- Costa, V. (2004), «A importância do património para o desenvolvimento», in *CôaVisão, Cultura e Ciência*, N.º 6, Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, pp.63-65.

- Cruz, L. da (1998), «Intervenção do presidente da Comissão de Coordenação da Região do Norte», in *Ecomuseologia como Forma de Desenvolvimento Integrado*, Póvoa do Lanhoso, Câmara Municipal de Póvoa do Lanhoso, pp.145-147.
- Cunha, A. (1991), «Desenvolvimento e poder local em Penamacor», in *Sociologia – Problemas e Práticas*, N.º 10, CIES, ISCTE, pp.219-227.
- Cunha, L. (2003), «O turismo cultural como base do desenvolvimento do turismo», in *ARKEOS. Perspectivas em Diálogo* (Cruz, A. e Oosterbeek, L. coord.), N.º 14, CEIPHAR, pp.161-166.
- DGEEP (2004), *Quadros de Pessoal. 2004*, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.
- Dube, S. (1988), «Dimensions culturelles du développement», in *Revue Internationale des Sciences Sociales. Modernité et Identité: Un colloque. Culture, Économie et Développement*, N.º 118, Paris, UNESCO, pp.559-566.
- Fernandes, A. (2005), «Dinâmicas de Desenvolvimento Sustentado Fomentadas pela Criação do Parque Arqueológico do Vale do Côa», in *Conservar para quê? (8ª Mesa-redonda de Primavera)* (Jorge, V. ed.), disponível em <http://www.ipa.min-cultura.pt> [consultado em Janeiro de 2007].
- Fernandes, A.; Pinto, F. (s.d.), «Changing Stakeholders and Community Attitudes in the Côa Valley World Heritage Site, Portugal»; disponível em <http://www.ipa.min-cultura.pt> [consultado em Setembro de 2007].
- Fonseca, F. (2003), «Envolvimento dos cidadãos nas políticas de administração local», in *Ética e Administração – Como Modernizar os Serviços Públicos?*, Oeiras, Celta Editora, pp.309-343.
- Friedmann, J. (1996), *Empowerment: uma Política de Desenvolvimento Alternativo*, Oeiras, Celta Editora.
- Geoideia (1995), «Plano estratégico de salvaguarda e valorização do património do Vale do Côa – proposta», in *Dossier Côa. Separata Especial de “Trabalhos de Antropologia e Etnologia”*, Vol.35 (4), Porto, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, pp.219-224.
- Greffe, X. (1990), *La Valeur Économique du Patrimoine. La Demande et l’Offre de Monuments*, Paris, Anthropos.
- Greffe, X. (1999), *La Gestion du Patrimoine Culturel*, Paris, Anthropos.
- Greffe, X. (2004), «Is heritage an asset or a liability?», in *Journal of Cultural Heritage*, disponível em <http://www.sciencedirect.com> [consultado em Abril de 2007].
- Griffin, K.; McKinley, T. (1994), *Implementing a Human Development Strategy*, London, MACMILLAN PRESS LTD.
- Hampton, M. (2005), «Heritage, local communities and economic development», in *Annals of Tourism Research*, Vol.32, N.º3, pp.735-759; disponível em <http://www.elsevier.com> [consultado em Abril de 2007].

- ICCROM (2006), *Introducing Young People to the Protection of Heritage Sites and Historic Cities. A Practical Guide for School Teachers in the Arab Region*, s.l., UNESCO – ICCROM, disponível em <http://www.iccrom.org> [consultado em Abril de 2007].
- INE (1992), *Censos 1991: Resultados Definitivos: XIII Recenseamento Geral da População: III Recenseamento Geral da Habitação*, Lisboa, INE; disponível em <http://www.ine.pt> [consultado em Janeiro de 2008].
- INE (1996), *Anuário Estatístico da Região Norte. 1995*, Porto, INE. Direcção Regional do Norte; disponível em <http://www.ine.pt> [consultado em Janeiro de 2008].
- INE (1997), *Anuário Estatístico. Região Norte. 1996*, Porto, INE. Direcção Regional do Norte; disponível em <http://www.ine.pt> [consultado em Janeiro de 2008].
- INE (1998a), *Anuário Estatístico. Região Norte. 1997*, Porto, INE. Direcção Regional do Norte; disponível em <http://www.ine.pt> [consultado em Janeiro de 2008].
- INE (1998b), *Anuário Estatístico. Região Norte. 1998*, Porto, INE. Direcção Regional do Norte; disponível em <http://www.ine.pt> [consultado em Janeiro de 2008].
- INE (1999), *Anuário Estatístico. Região Norte. 1999*, Porto, INE. Direcção Regional do Norte; disponível em <http://www.ine.pt> [consultado em Janeiro de 2008].
- INE (2000), *Anuário Estatístico. Região Norte. 2000*, Porto, INE. Direcção Regional do Norte; disponível em <http://www.ine.pt> [consultado em Janeiro de 2008].
- INE (2001), *Censos 2001. Resultados Preliminares para a Região Norte. Informação à Comunicação Social*, INE; disponível em <http://www.ine.pt> [consultado em Agosto de 2007].
- INE (2002a), *Anuário Estatístico. Região Norte. 2001*, Porto, INE. Direcção Regional do Norte; disponível em <http://www.ine.pt> [consultado em Janeiro de 2008].
- INE (2002b), *Censos 2001: Resultados Definitivos: XIV Recenseamento Geral da População: IV Recenseamento Geral da habitação*, Lisboa, INE; disponível em <http://www.ine.pt> [consultado em Janeiro de 2008].
- INE (2003), *Anuário Estatístico. Região Norte. 2002*, Porto, INE. Direcção Regional do Norte; disponível em <http://www.ine.pt> [consultado em Janeiro de 2008].
- INE (2004), *Anuário Estatístico. Região Norte. 2003*, Porto, INE. Direcção Regional do Norte; disponível em <http://www.ine.pt> [consultado em Janeiro de 2008].
- INE (2006), *Anuário Estatístico. Região Norte. 2004*, Porto, INE. Direcção Regional do Norte; disponível em <http://www.ine.pt> [consultado em Janeiro de 2008].
- INE (2007a), *Anuário Estatístico. Região Norte. 2005*, Porto, INE. Direcção Regional do Norte; disponível em <http://www.ine.pt> [consultado em Janeiro de 2008].
- INE (2007b), *Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio*, N.º VII, Coimbra, INE, Direcção Regional do Centro, Gabinete de Estudos Regionais; disponível em <http://www.ine.pt> [consultado em Agosto de 2007].

- IPPAR (1993), *Património Arquitectónico e Arqueológico Classificado. Inventário*, Vol.I, Lisboa, IPPAR.
- Jorge, V. (1995a), «Arqueologia portuguesa – alguns pressupostos de uma nova dinâmica», in *Dossier Côa. Separata Especial de “Trabalhos de Antropologia e Etnologia”*, Vol.35 (4), Porto, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, pp.467-470.
- Jorge, V. (1995b), «Cultura, arqueologia e algo mais: um desafio para uma política transversal», in *Dossier Côa. Separata Especial de “Trabalhos de Antropologia e Etnologia”*, Vol.35 (4), Porto, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, pp.501-504.
- Jorge, V. (2000), *Arqueologia, Património e Cultura*, Lisboa, Instituto Piaget.
- Joseph Ballart, J. (2001), *Gestión del Património Cultural*, s.l., Ariel.
- Kirshenblat-Gimblett, B. (1998), *Destination Culture: Tourism, Museums, and Heritage*, Berkeley, University of California Press.
- LAC – Liga dos Amigos de *Conimbriga* (2003), «Significado e alcance das “1^{as} Jornadas Internacionais de Promoção do Turismo Científico e do património do Vale do Côa”», in *Congresso Internacional de Arqueologia Iconográfica e Simbólica. Livro de Actas. I^{as} Jornadas Internacionais de Promoção do Turismo Científico e do Património do Vale do Côa*, Condeixa-a-Velha, Liga dos Amigos de *Conimbriga*, pp.7-11.
- Lago, M. (2003), «Arqueologia em construção e o complexo arqueológico de Perdigões», in *Recintos Murallhados da Pré-História Recente* (Jorge, S. coord), Porto.Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto, pp.225-240.
- Lima, A. de; Reis, M. (2001), «O culto moderno dos monumentos. Os públicos do Parque Arqueológico do Vale do Côa», in *O Caso de Foz Côa: Um Laboratório de Análise Sociopolítica*, (Gonçalves, M. coord.), Lisboa, Edições 70, pp.145-192.
- Lopes, E. (2002), «O turismo: componente relevante da estratégia de desenvolvimento», in *Com Os Olhos no Futuro. Reflexões sobre o Turismo em Portugal*, Lisboa, Conselho Sectorial do Turismo, pp.59-65.
- Lopes, F. (1999), «O programa de incremento do turismo cultural: a participação do turismo na salvaguarda do património e na dinamização da actividade cultural», in *Património e Turismo, Desenvolvimento e Turismo. Ciclo de Debates. Livro de Actas*, Lisboa, Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo, pp.117-124.
- Lopes, F. (2003), «Museu sem fronteiras. Um novo conceito de museologia lançado em Portugal pelo Programa de Incremento do Turismo Cultural», in *ARKEOS. Perspectivas em Diálogo* (Cruz, A. e Oosterbeek, L. coord.), N.º 14, CEIPHAR, pp.177-189.
- Lopes, R. (s.d.), *Planeamento Municipal e Intervenção Autárquica no Desenvolvimento Local*, Lisboa, Escher.
- Lumley, H. de (1995), «La valorisation du patrimoine archéologique, support du développement économique», in *Dossier Côa. Separata Especial de “Trabalhos de Antropologia e*

- Etnologia”, Vol.35 (4), Porto, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, pp.205-214.
- Maurício, C. (2003), «A participação popular no ordenamento do território», in *Poder Local*, n.º 143, Julho/Dezembro, pp.34-35.
- McIntosh, R.; Goeldner, C.; Ritchie, J. (2000), *Tourism: Principles, Practices, Philosophies*, New York, John Wiley.
- Mendes, J. (2002), «Património(s): memória, identidade e desenvolvimento», in *Ilharq*, N.º 2, ARCHAIS, pp.7-15.
- Miró, M. (1997), «Interpretación, identidad y territorio. Una reflexión sobre el uso social del patrimonio», in *Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, Sevilla, N.º 18, Março.
- Miró, M.; Padró, J. (2004), «El territorio museu de Alghero o la búsqueda de un turismo sostenible», in *Casos de Turismo Cultural* (Font, J. ed.), Barcelona, Editorial Ariel; disponível em <http://www.stoa.es> [consultado em Setembro de 2007].
- Moutinho, M. (2004), «Os compromissos dos museus com a sociedade», in *MUSA. Museus, Arqueologia e Outros Patrimónios. Primeiro Fórum Internacional do Distrito de Setúbal*, Setúbal, pp.11-14.
- Mozzicafreddo, J. (1997), *Estado-Providência e Cidadania em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- Nunes, H.; Hoven, R. (1996), «Trabalho comunitário: fundamentos e contextos de acção», in *Desenvolvimento e Acção Local* (Hoven, R.; Nunes, M. coord.), Lisboa, Fim de Século Edições, pp.47-67.
- Oosterbeek, L. (1996), «De Foz Côa ao conjunto do território português: por uma nova relação do património com a sociedade», in *Techne*, N.º 2, ArqueoJovem, pp.65-67.
- Padró, J.; Miró, M. (2005), «Gestión Creativa y Desarrollo Territorial del Patrimonio Cultural y Natural»; disponível em <http://www.stoa.es> [consultado em Setembro de 2007].
- Pardo, J. (2003), «La importancia del modelo de gestión de los museos y conjuntos arqueológicos», in *II Congreso Internacional sobre Musealización de Yacimientos Arqueológicos. Nuevos Conceptos y Estrategias de Gestión y Comunicación* (Heredia Tercero, J. de; Fernández del Moral, I. coord.), Barcelona, Museu d'Historia de la Ciutat, pp.206-213.
- Perroux, F. (1987), *Ensaio Sobre a Filosofia do Novo Desenvolvimento*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Pessoa, F. (1998), «Utilizar hoje a ecomuseologia», in *Ecomuseologia como Forma de Desenvolvimento Integrado*, Póvoa do Lanhoso, Câmara Municipal de Póvoa do Lanhoso, pp.75-80.
- Pinto, A.; Correia, V.; Silva, A. (1995), «Parque Arqueológico do Côa. Ideias e Propostas para um projecto», in *Dossier Côa*. Separata Especial de “Trabalhos de Antropologia e

- Etnologia”, Vol.35 (4), Porto, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, pp.225-248.
- Pinto, M. (1998), «Intervenção do presidente da Assembleia Geral do MINOM Portugal» in *Ecomuseologia como Forma de Desenvolvimento Integrado*, Póvoa do Lanhoso, Câmara Municipal de Póvoa do Lanhoso, pp.141-143.
- PROCÔA (1999), *Jornal do PROCÔA*, Ano 2, N.º2, Abril.
- Programa Operacional da Região do Norte (2001), *Projectos aprovados até 2001*, disponível em <http://www.ccdr-n.pt> [consultado em Janeiro de 2008].
- Programa Operacional da Região do Norte (2002), *Projectos aprovados até 2002*, disponível em <http://www.ccdr-n.pt> [consultado em Janeiro de 2008].
- Programa Operacional da Região do Norte (2003), *Projectos aprovados até 2003*, disponível em <http://www.ccdr-n.pt> [consultado em Janeiro de 2008].
- Programa Operacional da Região do Norte (2005), *Projectos aprovados até 31 de Agosto de 2005*, disponível em <http://www.ccdr-n.pt> [consultado em Janeiro de 2008].
- Ramalho, A. (1998), «O contributo da recuperação do património e da preservação ambiental para o desenvolvimento do turismo», in *Ecomuseologia como Forma de Desenvolvimento Integrado*, Póvoa do Lanhoso, Câmara Municipal de Póvoa do Lanhoso, pp.53-57.
- Ramos, P. (1993), *Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio*, Coimbra, INE, Gabinete de Estudos Regionais da Direcção Regional do Centro; disponível em <http://www.ine.pt> [consultado em Janeiro de 2008].
- Ramos, P. (1997), *Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio*, N.º III, Coimbra, INE, Gabinete de Estudos Regionais da Direcção Regional do Centro; disponível em <http://www.ine.pt> [consultado em Janeiro de 2008].
- Ramos, P. (2000), *Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio*, N.º IV, Coimbra, INE, Núcleo de Estudos Regionais da Direcção Regional do Centro; disponível em <http://www.ine.pt> [consultado em Janeiro de 2008].
- Real, F. (1998), «Património arqueológico e estratégias de desenvolvimento», in *Encontros. Cem Anos de Arqueologia. O Archeólogo Português. Actas*, Vila do Conde, APPA-VC, pp.183-190.
- Reis, J. (1996), «O desenvolvimento local: condições e possibilidades», in *Desenvolvimento e Acção Local* (Hoven, R.; Nunes, H. coord.), Lisboa, Fim de Século Edições, pp.35-45.
- Reis, M. (1999), «Cidadania e património», in *Sociologia, Problemas e Práticas*, Oeiras, Celta Editora, N.º 29, CIES.CELTA, pp.77-94.
- Reis, M. (2000), «O património e a construção de novos espaços de cidadania», in *Cidadania, Integração e Globalização* (Viegas, J. e Dias, E. org.), Oeiras, Celta Editora, pp.277-288.
- Reis, M. (2004), «Património e ambiente : duas dimensões da cidadania moderna», in *Ambiente e Desenvolvimento* (Lima, L.; Cabral, M. e Vala, J. org.), Viseu, ICS, pp.193-238.

- Sainsaulieu, R. (1987), *Sociologie de l'Organisation et de l'Entreprise*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, Dalloz.
- Silva, A. (1995), «Um património para a nossa vida», in *Dossier Côa*. Separata Especial de “Trabalhos de Antropologia e Etnologia”, Vol.35 (4), Porto, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, pp.493-496.
- Silva, M. (1964), «Oportunidade do Desenvolvimento comunitário em Portugal», in *Análise Social*, N.º 7/8, Vol.II, Lisboa, pp.498-510.
- Soares, F. (1989a), «Desenvolvimento e cultura», in *Poder Local*, N.º 85, Maio, pp. 16-19.
- Soares, F. (1989b), «Regionalização e desenvolvimento integrado», in *Poder Local*, N.º 86, Junho, pp.49-51.
- Sousa, M; Sousa, D. (1998), «O Ecomuseu de Lanhoso», in *Ecomuseologia como Forma de Desenvolvimento Integrado*, Póvoa do Lanhoso, Câmara Municipal de Póvoa do Lanhoso, pp.39-51.
- Stoffel, A. (2004), «O papel dos museus na promoção do património e da história local e no desenvolvimento das sociedades», in *Eburobriga*, N.º 1, Fundão, pp.4-7.
- Syrett, S. (1996), *Local Development*, Aldershot, Avebury.
- Teisserenc, P. (1997), «Le développement par la culture», in *L'Homme et la Société*, 125, Paris, Nouvelles Éditions Rationalistes, pp.107-121.
- Teisserenc, P. (2002), *Les Politiques de Développement Local*, Paris, Economica.
- Throsby, D. (2003), *Economics and Culture*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Torres, C. (1990), «Turismo, cultura e desenvolvimento», in *Poder Local*, N.º 91, Janeiro/Fevereiro, pp.58-61.
- Valera, A. (2005), *Holocénico [“o Blog”]*, Lisboa, Edições Colibri/Era Arqueologia.
- Vásquez Barquero, A. (1993), *Política Económica Local*, Madrid, Ediciones Pirâmide.
- Viegas, J.; Dias, E. (2000), «Globalização e novos horizontes da cidadania», in *Cidadania, Integração e Globalização* (Viegas, J. e Dias, E. org.), Oeiras, Celta Editora, pp.1-8.
- Zilhão, J. (1998), «A criação do Parque Arqueológico do Vale do Côa. Princípios, acções imediatas e estratégias», in *Encontros. Cem Anos de Arqueologia. O Archeólogo Português. Actas*, Vila do Conde, APPA-VC, pp.177-182.

Legislação consultada

Decreto-Lei n.º 42/96, de 7 de Maio.

Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro.

Resolução da Assembleia da República n.º 71/97.

Outros documentos consultados (não publicados)

ACDR de Freixo de Numão (2005), *Curriculum*.

ACDR de Freixo de Numão (2006a), *ACDR de Freixo de Numão. Relatório de Actividades e Contas. Ano de 2005*.

ACDR de Freixo de Numão (2006b), *ACDR de Freixo de Numão. Plano de Actividades e Orçamento. Ano 2007*.

ACDR de Freixo de Numão (2007), *ACDR de Freixo de Numão. Relatório de Actividades e Contas. Ano de 2006*.

APDARC (2007b), *Plano de Actividades 2008*.

Conselho Local de Acção Social de Vila Nova de Foz Côa (2005), *Diagnóstico Social do Concelho de V. N. de Foz Côa*.

Lima, C. (1996), *Os Monumentos com “Tumulus” da Serra da Aboboreira: seu Enquadramento na Problemática da Conservação, Restauro e Valorização de Estações e Sítios Arqueológicos. Contributos para um Projecto de Desenvolvimento Regional*, Dissertação de Mestrado em arqueologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Município de Vila Nova de Foz Côa (2006), *Carta Educativa do Município de Vila Nova de Foz Côa*, Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa.

Pereiro, X. (2006), *Informe de Investigação Sobre o Perfil do “Turista Cultural” no Nordeste Transmontano*, Chaves, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro/Association for Tourism and Leisure Education.

Anexos

Gráfico 1 – Evolução da população residente no concelho de Vila Nova de Foz Côa entre 1994 e 2005

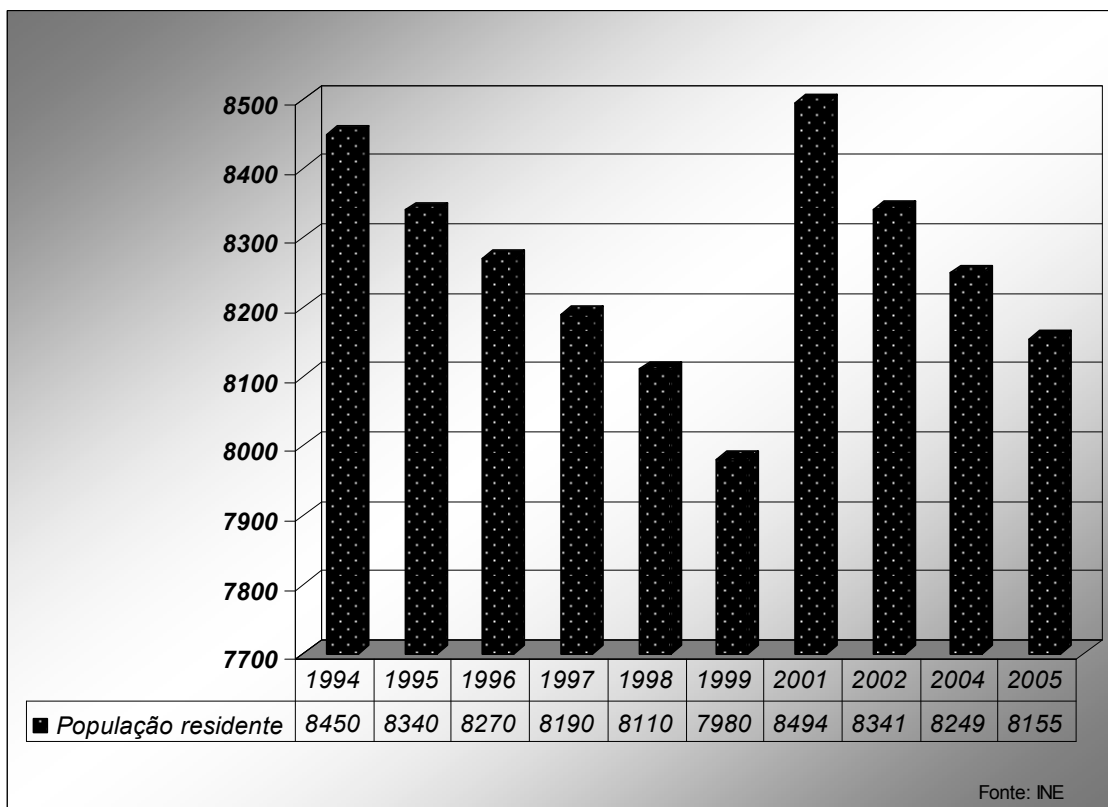


Gráfico 2 – Evolução da população residente no concelho de Vila Nova de Foz Côa por idades em 1994, 2000 e 2005

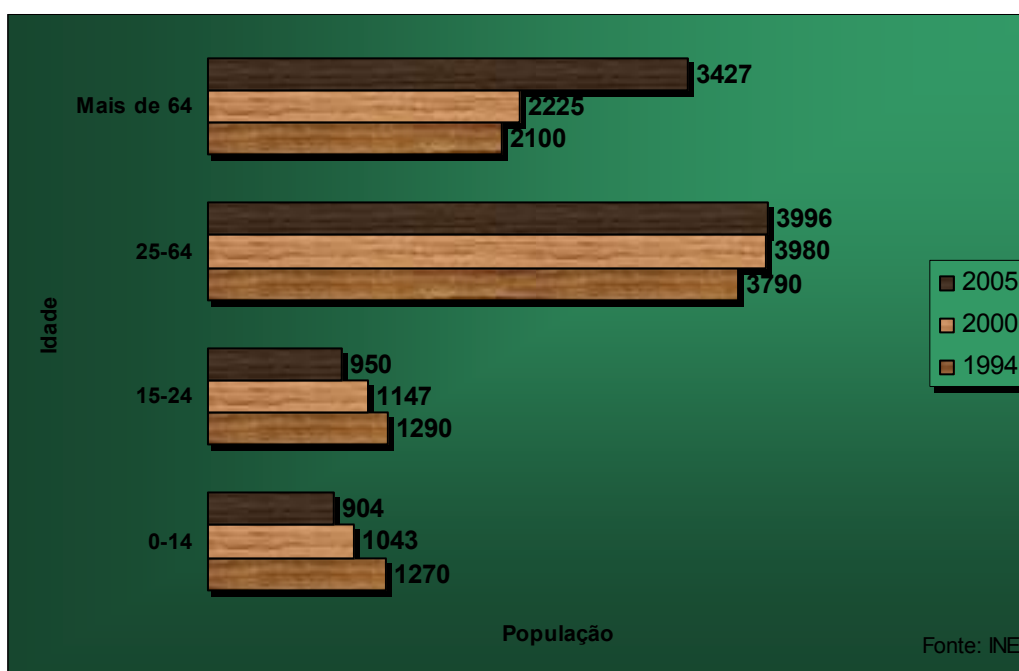


Gráfico 3 – Movimentos pendulares registados no concelho de Vila Nova de Foz Côa, de acordo com os Censos de 1991 e 2001

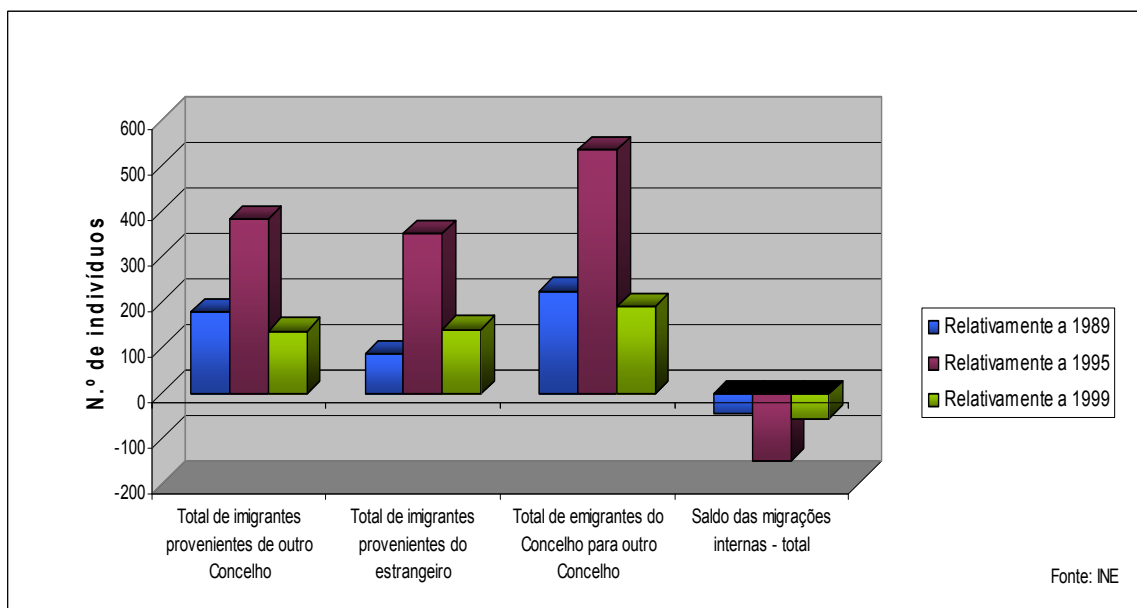


Gráfico 4 – Evolução do n.º de indivíduos que não mudou de concelho, comparativamente ao total de população residente em 1991 e 2001

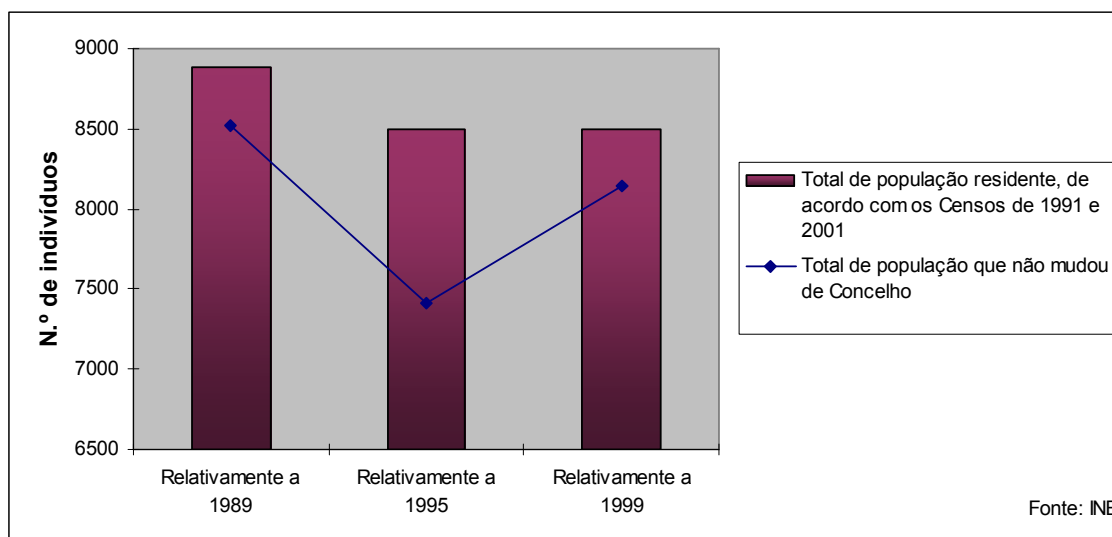


Gráfico 5 – Evolução do volume de entradas no PAVC entre 1996 e 2007

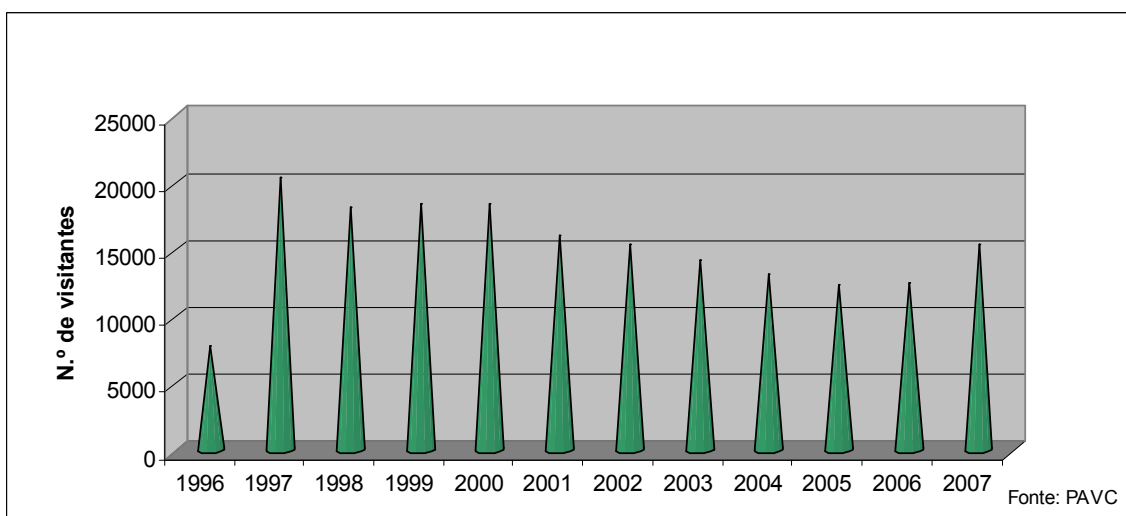


Gráfico 6 – Evolução do volume de entradas no Museu da Casa Grande entre 2000 e 2006

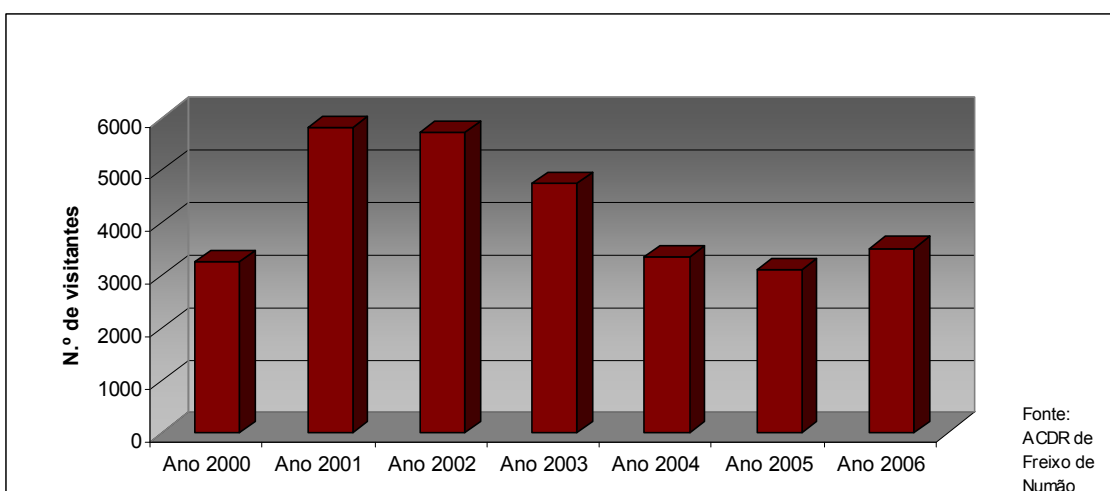


Gráfico 7 – Evolução das empresas numericamente mais representativas no concelho de Vila Nova de Foz Côa, registadas pelo INE entre 1994 e 2005

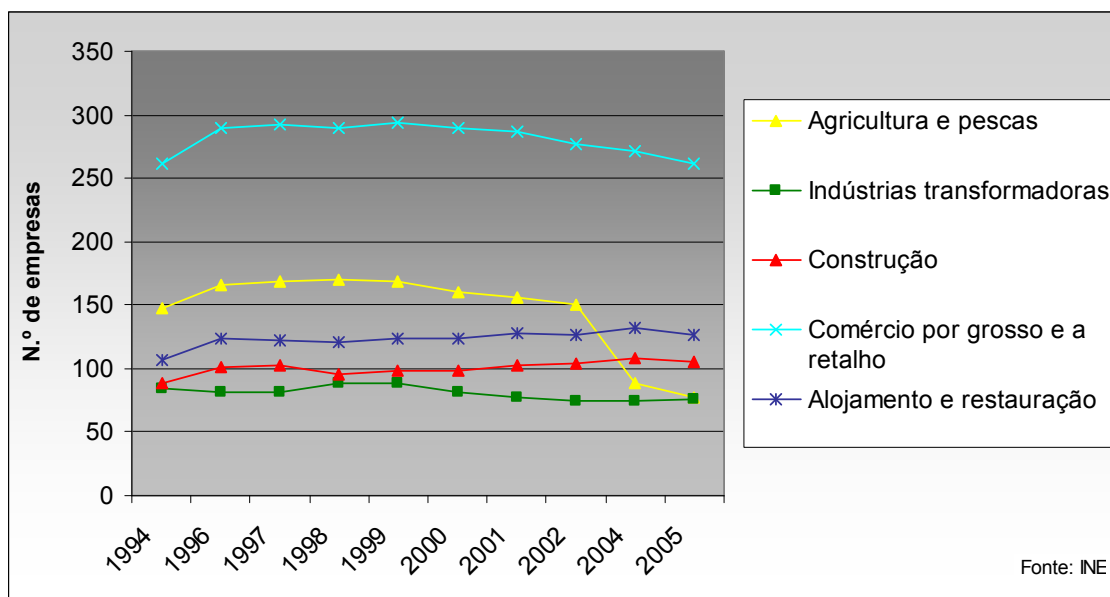


Gráfico 8 – Evolução das sociedades mais representativas do concelho de Vila Nova de Foz Côa, registadas pelo INE entre 1994 e 2005

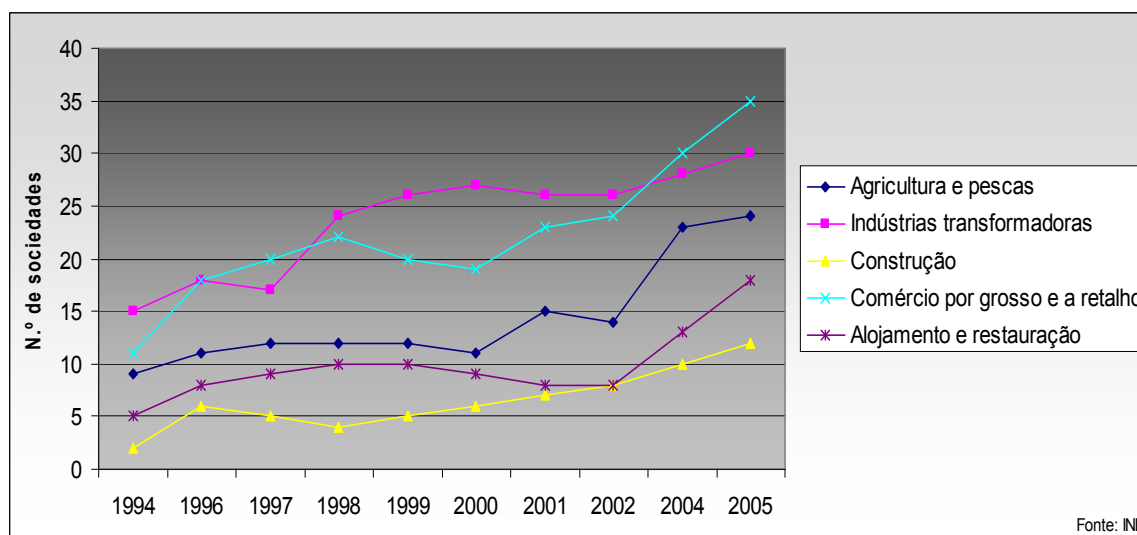


Gráfico 9 – Evolução do número de empresas e estabelecimentos existentes no concelho de Vila Nova de Foz Côa e registados pelo Ministério do Trabalho (GEP – Estatística/SISED) entre 1995 e 2005

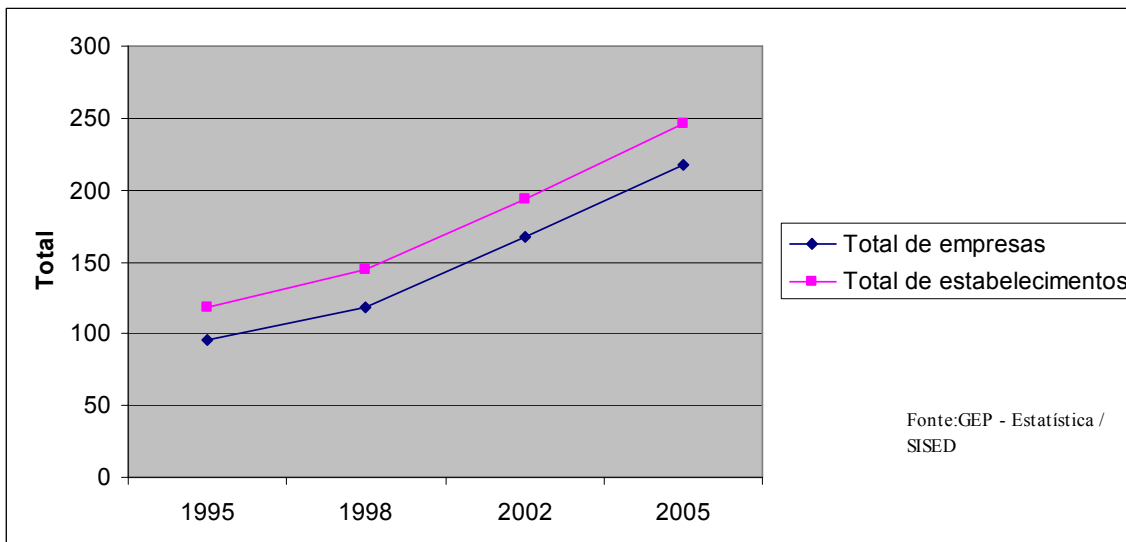


Gráfico 10¹ – Número de pessoas ao serviço nas sociedades mais representativas existentes no concelho de Vila Nova de Foz Côa e registadas pelo INE entre 1993 e 2004

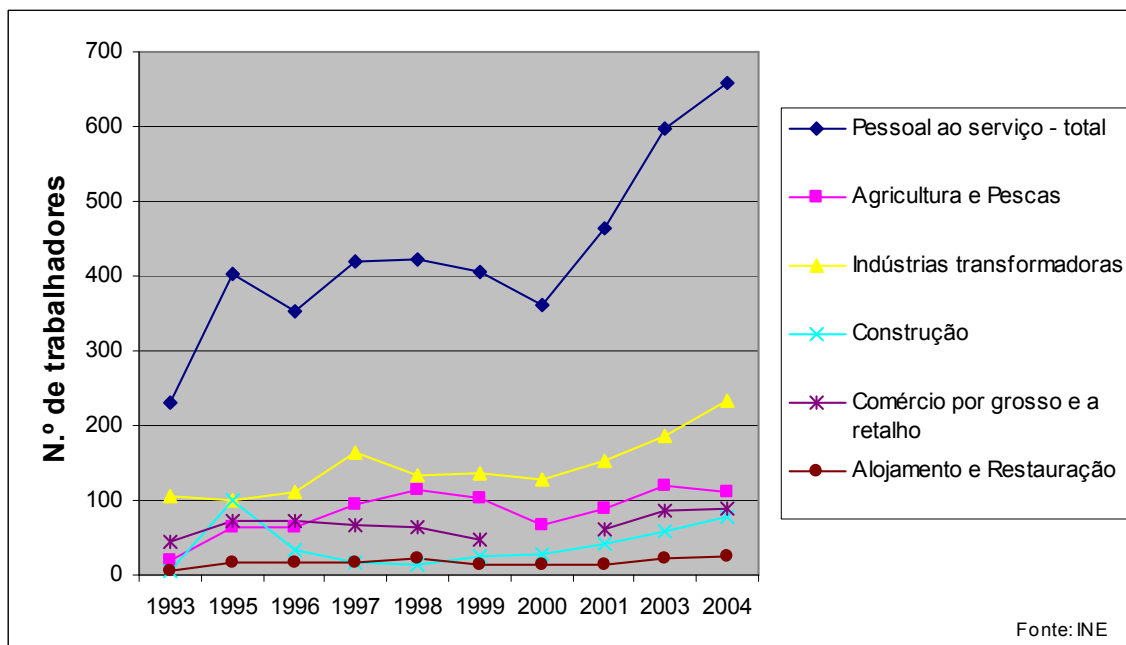


Gráfico 11 – Número de pessoas ao serviço nos estabelecimentos hoteleiros, de bebidas, restaurantes e parques de campismo existentes em Vila Nova de Foz Côa, registadas pelo Ministério do Trabalho (GEP – Estatística/SISED) entre 1995 e 2005

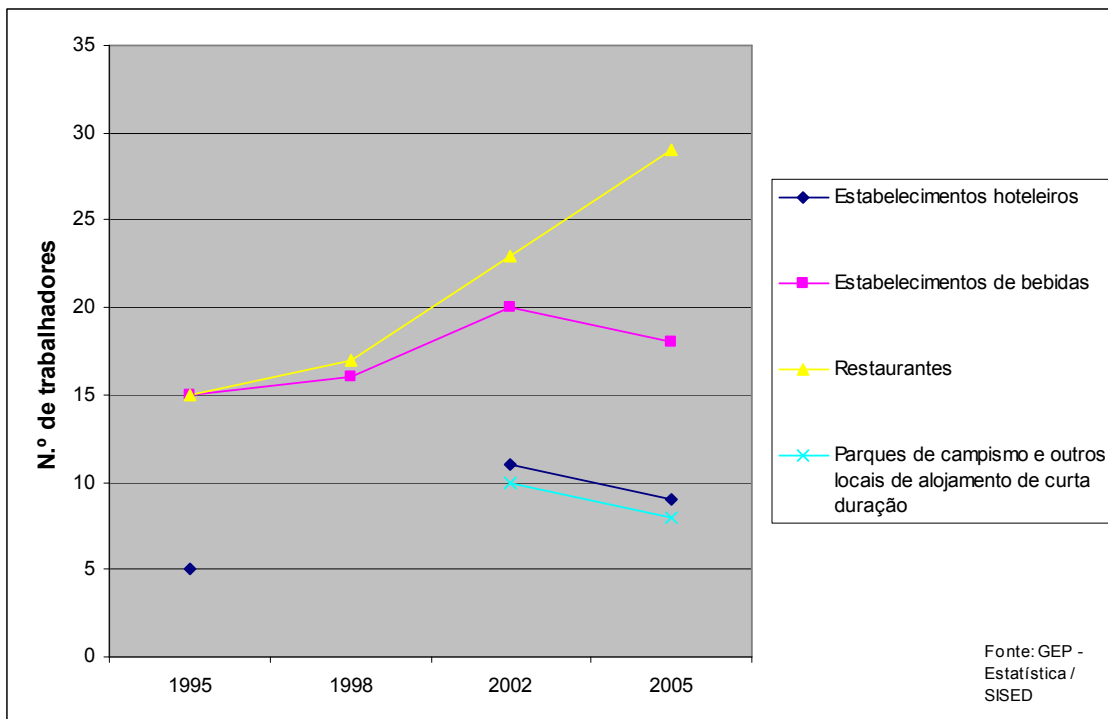


Gráfico 12 – Movimento do número de desempregados inscritos no concelho de Vila Nova de Foz Côa entre 1997 e 2007

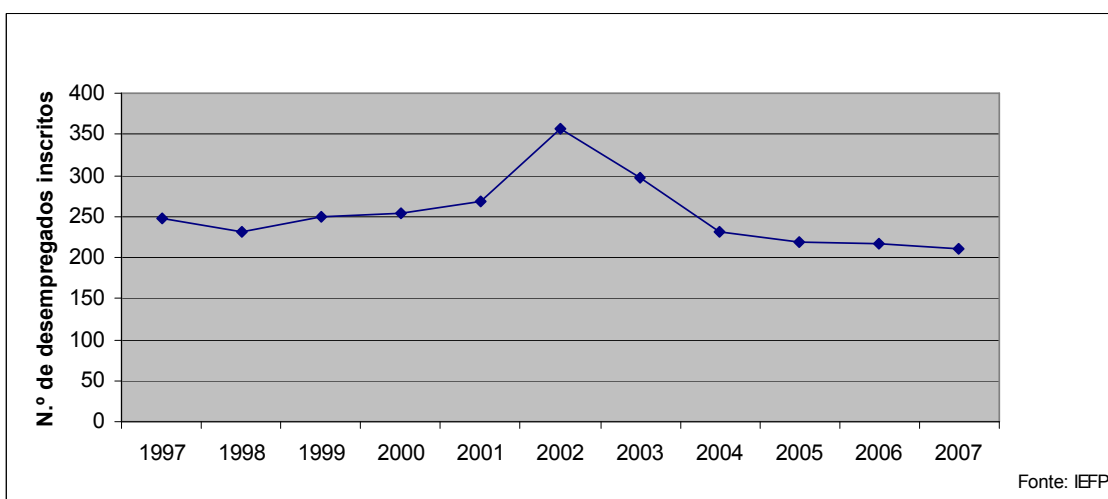


Gráfico 13 – Distribuição das sociedades registadas em Vila Nova de Foz Côa pelo INE em 2005, segundo a CAE Ver. 2.1

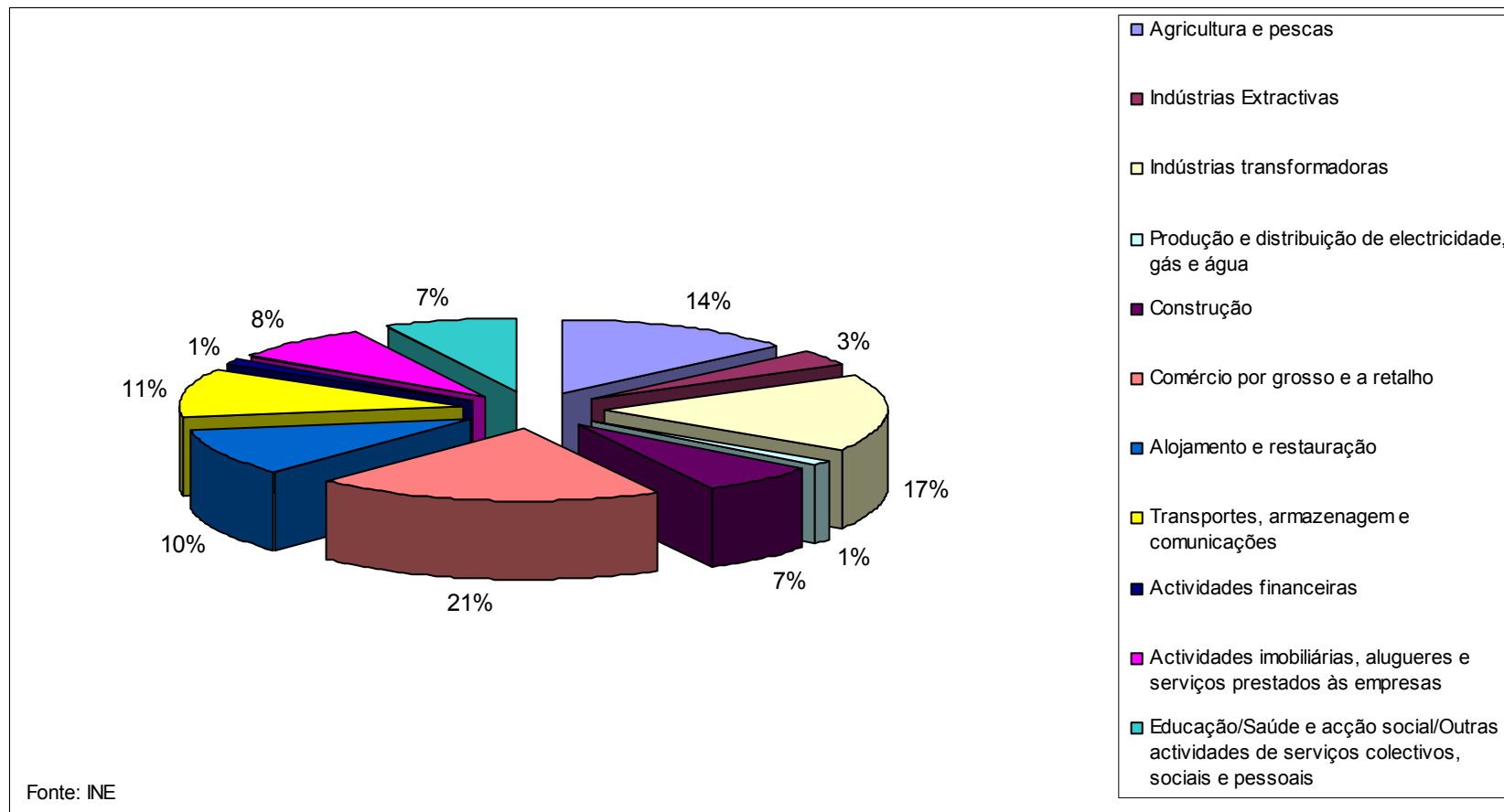


Gráfico 14 – Evolução do índice de poder de compra *per capita* registado pelo INE entre 1993 e 2005

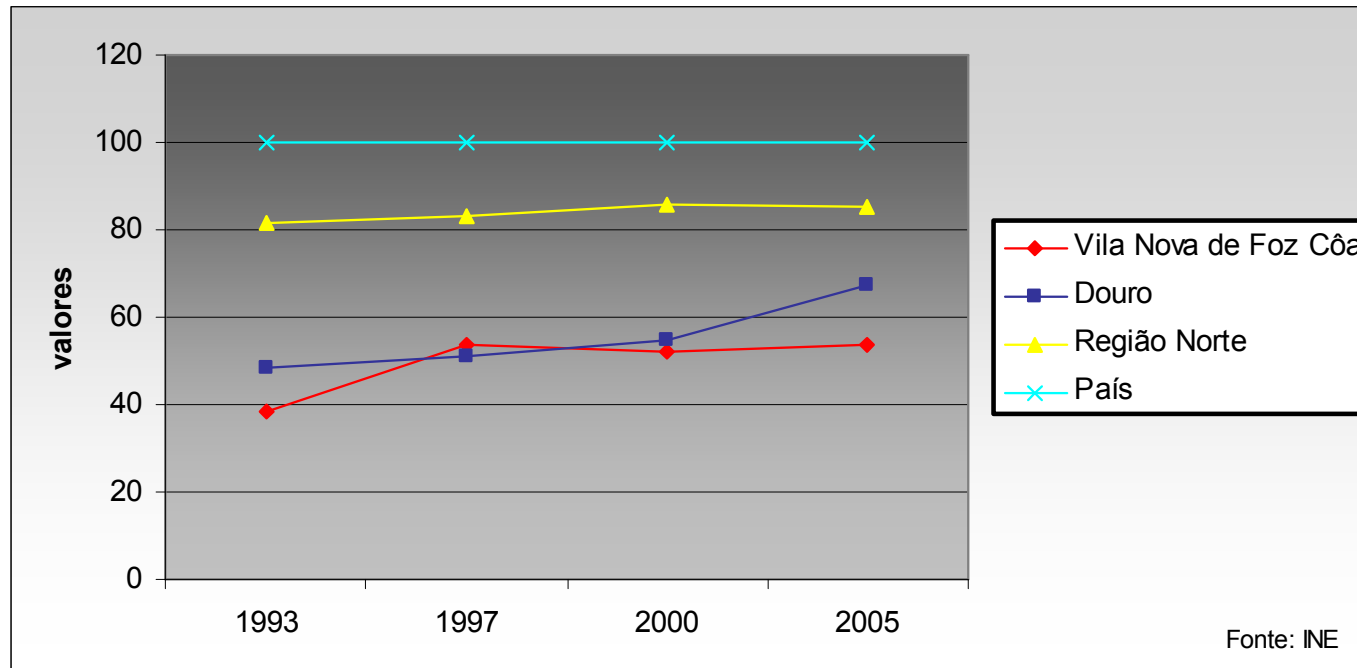


Gráfico 15 – Índice de poder de compra *per capita* registado pelo INE nos anos de 1993 e 1997 nos concelhos da região do Douro

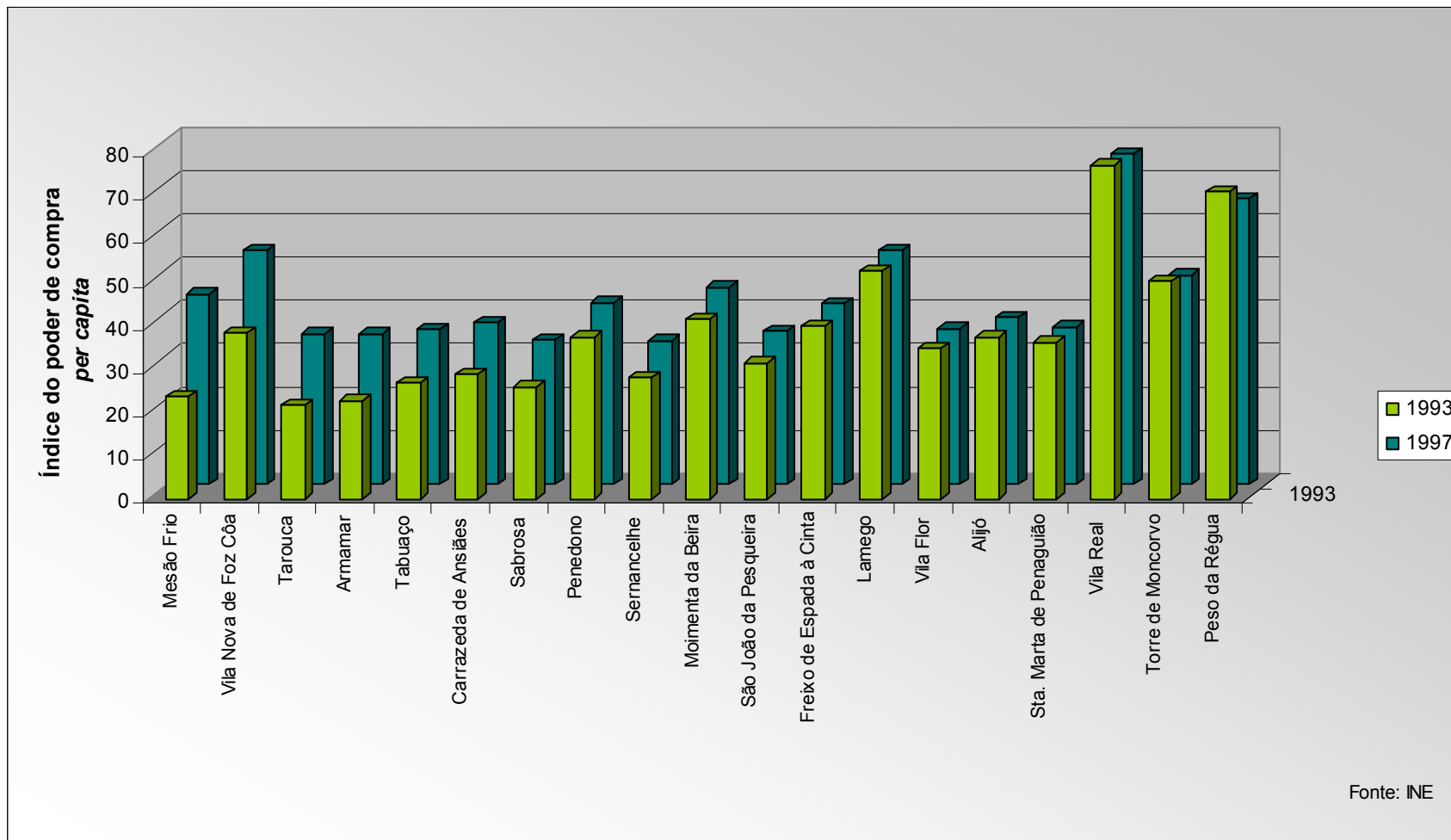


Gráfico 16 – Índice de poder de compra *per capita* registado pelo INE nos anos de 1997 e 2005 nos concelhos da região do Douro

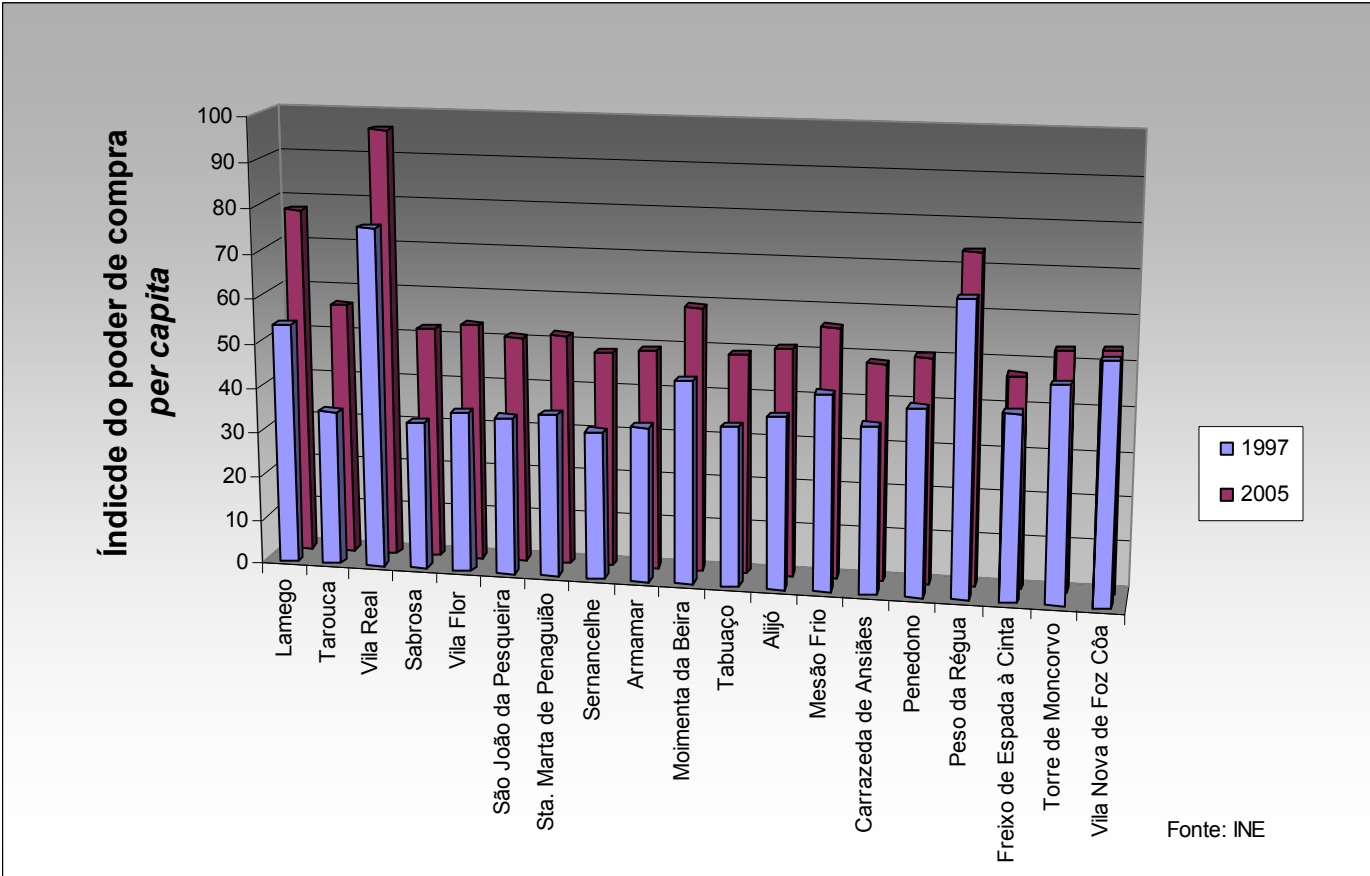


Gráfico 17 – Índice de poder de compra *per capita* registado pelo INE entre 1993 e 2005 nos concelhos da região do Douro

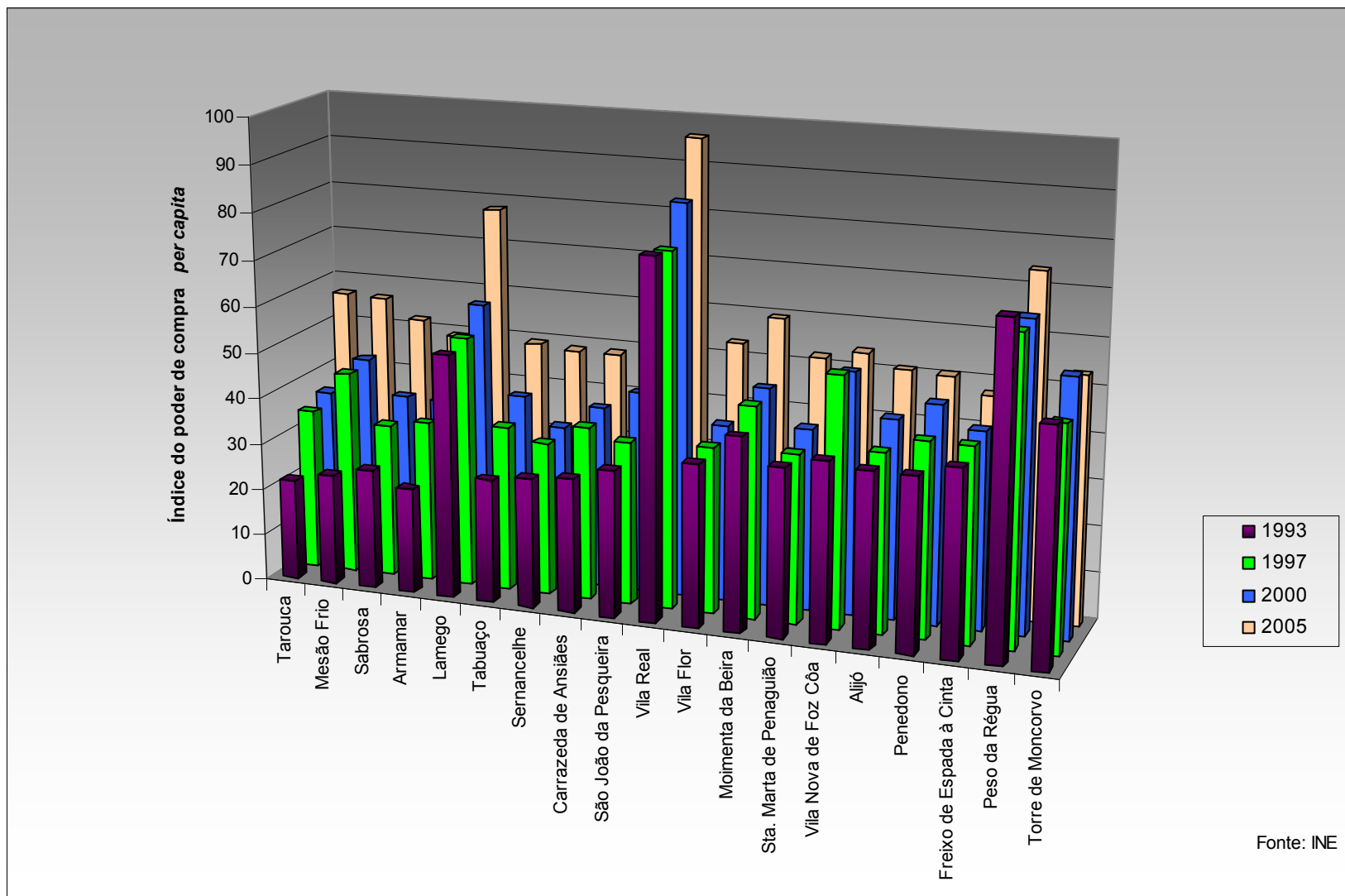


Tabela 1 – Custos e benefícios derivados da actividade turística

<i>Benefícios</i>	<i>Custos</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Quebra fronteiras políticas, religiosas, sócio-culturais, raciais e linguísticas; • Promove a comunidade global; 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumenta as possibilidades de diluição e perda dos valores ancestrais locais • Pode criar tensões e problemas sociais;
<ul style="list-style-type: none"> • Reforça a preservação da herança e da tradição; • Legitima a protecção e o desenvolvimento ambiental; • Permite criar uma boa imagem do local; 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumenta as probabilidades de deterioração dos bens naturais e culturais existentes ou dos espaços mais “selvagens” e genuínos;
<ul style="list-style-type: none"> • Permite desenvolver actividades lúdicas e outras que podem ser utilizadas como factor de desenvolvimento e progresso pelas populações locais; • Contribui para a economia local com os gastos efectuados pelos turistas em alimentação, alojamento, recordações, entre outros; • Ajuda a diversificar a economia; 	<ul style="list-style-type: none"> • Privilegia, na maior parte das vezes, os sectores mais “poderosos” (como as companhias de viagens, de seguros e de financiamentos), pois são eles que geralmente tiram o maior partido da exploração turística; • Aumenta as possibilidades de desaparecimento progressivo das actividades económicas que não conseguem competir com as actividades turísticas;
<ul style="list-style-type: none"> • Permite tirar partido das estruturas existentes; • Articula-se geralmente muito bem com as actividades presentes no local; 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumenta as probabilidades de esgotamento excessivo dos recursos e cria dificuldades de carácter sazonal;
<ul style="list-style-type: none"> • Amplia o leque de possibilidades de emprego; • Contribui para o aumento das receitas; • Cria e estende o desenvolvimento às áreas mais deprimidas; • Permite desenvolver infra-estruturas que ajudam a estimular o comércio e a indústria locais; • Atrai investimentos; • Tem um grande efeito multiplicador. 	<ul style="list-style-type: none"> • Pode conduzir à redução da qualidade dos serviços prestados; • Contribui para a subida do preço de alguns bens e serviços; • Entra por vezes em conflito e contradição com as necessidades e desejos dos habitantes locais.

Tabela 2 – Infra-estruturas construídas no Concelho de Vila Nova de Foz Côa, através dos programas PROCÔA e AIBT do Côa, de 1997 a 1999

	1997-1999 ⁵⁴			
	Infra-estruturas económicas	Equipamentos/ infra-estruturas sócio-culturais	Infra-estruturas directamente associadas às gravuras	Melhoramentos a nível local
PROCÔA	<ul style="list-style-type: none"> • «EXPOCÔA - Feira das Actividades Económicas do Vale do Côa. 1997; • EXPOCÔA – Exposição das Actividades do Vale do Côa. 1998; • Acompanhamento do PROCÔA – 98; • Loteamento industrial – Pavilhão/Núcleo empresarial. 	<ul style="list-style-type: none"> • Estudo e Valorização turístico-cultural dos sítios arqueológicos da área de Freixo de Numão; • Estudo e Valorização turístico-cultural dos sítios arqueológicos da área de Freixo de Numão – 2ª Fase; • Elaboração do PGI do Centro Rural de Freixo de Numão; • Plano de pormenor do Parque de Santa Bárbara; • Exposição "Olhares sobre o Côa"; • Construção de um Pavilhão Polidesportivo; • Elaboração de um <i>Newsletter</i> bimensal; • Visita de Estudo a Estações Arqueológicas da região de Dordogne; • Fórum "O Desenvolvimento da Região do Vale do Côa"; • I Torneio de Futebol de 5 do PROCÔA; • Comemorações dos 700 Anos do Foral Dionisino; • Foz Côa Ano 2000 – Cultura e Património; • Pavilhão Gimnodesportivo de Vila Nova de Foz Côa – conclusão; • Centro Cultural, Biblioteca, Museu – 1.ª fase • Livro "Os Valores do Côa"; • Vídeo Promocional " Vale do Côa" Descobre uma Região; • Exposição - Rio Côa; • CD-ROM - "Vale do Côa" – A Região Revisitada; • Folhetos Promocionais Temáticos e Concelhios; • Guião para uma Descoberta do Vale do Côa; 	<ul style="list-style-type: none"> • Parque Arqueológico do Vale do Côa – 1.ª fase; • Pousada da Juventude de Vila Nova de Foz Côa – obra e estudo; • Estudo Avaliação Rel. Financiamento Parque Temático Foz Côa – Espaço Paleolítico; • Projecto integrado Parque Arqueológico do Vale do Côa; • Serviços de Assessoria de Arquit. para Apoio ao Proj. Museol. e Admin. do PAVC. 	<ul style="list-style-type: none"> • Caminho Rural/Variante de Custóias – Srª do Viso - EN 222; • Beneficiação do Caminho Rural Alto da Chã – Curral Teles; • Caminho Agrícola turístico-cultural de Chãs – Quinta do Monte; • Caminho agrícola-turístico do Côa; • Caminho Agrícola Horta/E.M. Custóias; • Caminho Agrícola da Gasberna; • Caminho Agrícola de Pombais; • Caminho agrícola de Seixas – Numão; • Reabilitação da Praça do Município; • Infra-estruturas urbanísticas e básicas de Arnozelo; • Estação central de camionagem de Vila Nova de Foz Côa». <p>(Fonte: PROCÔA, 1999)</p>

⁵⁴ Data/ano de homologação

Tabela 3 – Infra-estruturas construídas no concelho de Vila Nova de Foz Côa, através dos programas PROCÔA e AIBT do Côa, em 2001

	2001 ⁵⁵			
	Infra-estruturas económicas	Equipamentos/ infra-estruturas sócio-culturais	Infra-estruturas directamente associadas às gravuras	Melhoramentos a nível local
AIBT DO CÔA – Região Centro	<ul style="list-style-type: none"> «3ª EXPOCÔA - Exposição de actividades económicas do Vale do Côa. 	<ul style="list-style-type: none"> Centro Cultural/ Biblioteca/ Museu - 2ª Fase. 	<ul style="list-style-type: none"> Proj. Eng. p/ a reemersão do Rio Côa – Canada do Inferno / Rego de Vide no PAVC». <p>(Fonte: CCDD da Região Centro)</p>	
AIBT DO CÔA – Região Norte	<ul style="list-style-type: none"> «Cais Fluvial do Pocinho. 	<ul style="list-style-type: none"> Qualificação do Parque de Sta Bárbara-1ª Fase; Rota do Património, Arqueologia e Natureza - Aro de Freixo de Numão (264); B. Juros - Qualificação do Parque de Sta Bárbara - 1ª Fase - 1.7/9; Castelo Velho Freixo Numão 235 - Aperfeiçoamento Profissional3313*. 		<ul style="list-style-type: none"> Requalificação da Rede Viária Municipal; Estrada Municipal Seixas-Numão-1ª Fase; B. Juros – Requalificação da Rede Viária Municipal - 1.7/8; B. Juros – Estrada Municipal Seixas – Numão – 1ª Fase – 1.7/10; EN 222 – Revest. superf. (macro-seal) entre Lim. Dist. V.Real e V.N.F.Côa». <p>(Fonte: Programa Operacional da Região do Norte, 2001)</p>

⁵⁵ Data/ano de homologação

Tabela 4 – Infra-estruturas construídas no concelho de Vila Nova de Foz Côa, através dos programas PROCÔA e AIBT do Côa, de 2002 a 2003

	2002-2003 ⁵⁶			
	Infra-estruturas económicas	Equipamentos/ infra-estruturas sócio-culturais	Infra-estruturas directamente associadas às gravuras	Melhoramentos a nível local
AIBT DO CÔA – Região Centro	<ul style="list-style-type: none"> • «4ª EXPOCÔA - Exposição de Actividades Económicas do Côa. 	<ul style="list-style-type: none"> • Iluminação das Muralhas do Castelo de Numão; • Recuperação de Imóvel do séc.XVIII p/ Núcleo Museológico (Ext. do Museu Casa Grande) Reservatório e serviço de apoio Arqueológico; • Centro Social Paroquial de Vila Nova de Foz Côa. 	<ul style="list-style-type: none"> • Produção e Instalação de Sinalização de Estrada para Identificação do PAVC. 	<ul style="list-style-type: none"> • Estrada de Ligação Cruzamento Senhora do Viso/E.N.222». <p>(Fonte: CCDR da Região Centro)</p>
AIBT DO CÔA – Região Norte		<ul style="list-style-type: none"> • «Centro Cultural / Biblioteca / Museu - 2ª Fase; • 421 - Aperfeiçoamento Profissional3313*; • EB 2,3/S Vila Nova Foz Côa. 		<ul style="list-style-type: none"> • Amp. Redes Dist. Água e Esgotos Foz Côa, Freixo Numão e Cedovim; • EN102 Benef. entre Km 69,000 (Pocinho) e Km 75,730 (V. N. Foz Côa)». <p>(Fonte: Programa Operacional da Região do Norte, 2002; 2003)</p>

⁵⁶ Data/ano de homologação

Tabela 5 – Infra-estruturas construídas no concelho de Vila Nova de Foz Côa, através dos programas PROCÔA e AIBT do Côa, de 2004 a 2005

	2004-2005 ⁵⁷			
	Infra-estruturas económicas	Equipamentos/ infra-estruturas sócio-culturais	Infra-estruturas directamente associadas às gravuras	Melhoramentos a nível local
AIBT DO CÔA – Região Centro			<ul style="list-style-type: none"> • «Edifício Sede do Centro Nacional de Arte Rupestre; • Acesso ao Museu do Côa - 1ª Fase». <p>(Fonte: CCDR da Região Centro)</p>	
AIBT DO CÔA – Região Norte		<ul style="list-style-type: none"> • «Qualificação do Parque de Santa Bárbara - 2ª Fase; • Qualificação do Museu da Casa Grande (487). 		<ul style="list-style-type: none"> • EENN 333-1 e 324 Benef. vários troços (concelho de V. N. Foz Côa); • Estrada Ligação entre Seixas e Numão – 3º Lanço». <p>(Fonte: Programa Operacional da Região do Norte, 2005)</p>

⁵⁷ Data/ano de homologação

Tabela 6 – Infra-estruturas construídas no Concelho de Vila Nova de Foz Côa, através dos programas PROCÔA e AIBT do Côa, de 2006 a 2007

	2006-2007 ⁵⁸			
	Infra-estruturas económicas	Equipamentos/ infra-estruturas sócio-culturais	Infra-estruturas directamente associadas às gravuras	Melhoramentos ao nível dos acessos
AIBT DO CÔA – Região Centro		<ul style="list-style-type: none"> • «Revitalização da zona histórica do Castelo - Pavimentação da volta da procissão/V.N. Foz Côa; • Qualificação do Largo da Amoreira e da antiga escola -Tomadias (Santa Comba); • Requalificação do Largo da igreja de Santa Comba; • Arranjo urbanístico do Prado Pequeno – Almendra; • Pavimentação da ligação do acesso ao Miradouro de São Gabriel - Castelo Melhor; • Recuperação do Largo da Capela de Sta. Ana – Muxagata; • Requalificação da zona envolvente ao cemitério e ao pólo desportivo - balneários – Muxagata; • Requalificação do Prado Pequeno – Almendra; • Recuperação de Edifício Modernista para Casa do Artista; • Recuperação de Forno Comunitário e Requalificação da Zona envolvente; • Recuperação de um Edifício "Conde Ferreira" para Centro de Gestão Turística; • Recuperação de um lagar para Centro de Interpretação do Vinho - Santo Amaro; • Recuperação de um Edifício para Centro de Interpretação Turístico – Numão • Edição das Actas do III Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior. 	<ul style="list-style-type: none"> • Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa - Construção das Instalações e Infra-estruturas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Pavimentação do troço de estrada de São José e requalificação do largo Dr. Artur Aguilar – Chãs». <p>(Fonte: CCDR da Região Centro)</p>

⁵⁸ Data/ano de homologação

Tabela 7 – Actividades desenvolvidas no âmbito do Património, pelas entidades culturais mais importantes do Concelho de Vila Nova de Foz Côa entre 1980 e 1987

	1980	1981	1982	1983	1984	1987
ACDR de Freixo de Numão	<p>Criação da ACDR de Freixo de Numão, como resultado da união de esforços dos jovens da altura.</p>	<p>Realização da primeira exposição a cargo da ACDR de Freixo de Numão. A partir deste momento, as exposições passaram a ser um lugar comum no seio das actividades da associação ao longo dos anos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Criação do mensário regionalista <i>Notícias de Freixo de Numão</i>; • Início das obras do estádio de Freixo de Numão. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aquisição de um Solar Barroco do século XVIII, onde é instalada a Sede da Associação, até ao momento em que transferem os seus serviços para o rés-do-chão da Junta de Freguesia de Freixo de Numão; • Participação da ACDR nos Campeonatos Distritais da Associação de Futebol da Guarda, com seniores e jovens; • Início de diversas acções de limpeza e recuperação patrimonial. 	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilização de apoio logístico e humano às actividades arqueológicas realizadas na área de Freixo de Numão; • Organização de actividades como os convívios freixeirenses, as festas tradicionais, as festas do emigrante, os jogos tradicionais, as festas de Carnaval, de natal e Ano Novo; • Realização de acções de desreboco dos prédios urbanos, com o objectivo de lhes devolver a traça original. 	<p>Realização das primeiras actividades dirigidas aos jovens. (Fonte: adaptado de ACDR de Freixo de Numão, 2005; Coixão, 1993)</p>

Tabela 8 – Actividades desenvolvidas no âmbito do Património, pelas entidades culturais mais importantes do Concelho de Vila Nova de Foz Côa entre 1990 e 2000

	1990-1992	1994	1994-1997	1998-2000
		<i>Divulgação pública da existência de gravuras paleolíticas no Vale do Côa.</i>		
ACDR de Freixo de Numão	Dinamização das actividades de Teatro popular e tradicional. Neste âmbito foi criado o “Grupo de Teatro e Música Popular da ACDR de Freixo de Numão”.		<ul style="list-style-type: none"> • Realização de projectos de recuperação do património na freguesia através de fundos comunitários; • Criação de um Centro de Juventude com o objectivo de acolher os que desejam visitar o local e as suas riquezas, assim como para os que participam nas escavações arqueológicas, também elas promovidas pela associação; • Criação de vários serviços como a biblioteca, a reprografia, a informática. Posteriormente, estes serviços foram colocados à disposição da população; • Criação de um Organismo Autónomo de Futebol e de uma Linha Editorial; • Construção do Parque de Lazer de Nossa Senhora da Carvalha; • Realização das obras da Sede da Banda musical; • Inauguração do Museu da Casa Grande, assim como de um circuito arqueológico e de um posto de turismo; • Execução de estudos de valorização der sítios arqueológicos em Freixo de Numão; • Realização de programas de animação sócio-cultural e económica; • Realização de Cursos de Formação sobre Concentrado de Frutas e Compotas; • Realização de mini-cursos de guias turísticos, que contam já com várias edições desde 1996. 	Desenvolvimento de um projecto, em associação com as freguesias envolventes, designado “Centro Rural de Freixo de Numão”. (Fonte: adaptado de ACDR de Freixo de Numão, 2005; Coixão, 1993)

Tabela 9 – Actividades desenvolvidas no âmbito do Património, pelas entidades culturais mais importantes do concelho de Vila Nova de Foz Côa entre 2001 e 2003

	2001	2002	2003
ACDR de Freixo de Numão	Criação de uma zona de apoio a caravanas.	Criação de cinco circuitos turísticos no âmbito do projecto “Rota do Património, Arqueologia e Natureza”.	<ul style="list-style-type: none"> • Integração do Museu da Casa Grande na Rede Portuguesa de Museus; • Criação de oito novos quartos no Centro de Juventude local; • Início dos trabalhos de escavação em Castanheiro do Vento. (Fonte: adaptado de ACDR de Freixo de Numão, 2005)

Tabela 10 – Actividades desenvolvidas no âmbito do Património, pelas entidades culturais mais importantes do Concelho de Vila Nova de Foz Côa em 2005

	2005
ACDR de Freixo de Numão	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio, dinamização e participação em diversas escavações arqueológicas locais e no concelho de Meda; • Limpeza e conservação de sítios arqueológicos integrados no denominado “Circuito Turístico-arqueológico de Freixo de Numão”; • Preservação e manutenção das tradições importantes para a freguesia, como «o Carnaval, a Páscoa, as festas populares, a fogueira de Natal, os cantares das Janeiras, entre outras; • Manutenção da biblioteca; organização de jogos tradicionais; secção de informática; organização de um Campo de Trabalho e Tempos Livres; animação de campos de férias na Pousada da Juventude de Foz Côa; • Inauguração das obras do núcleo museológico do Museu da Casa Grande e respectiva manutenção; • Manutenção do Circuito turístico-arqueológico; • Organização de bailes, festas e convívios; • Participação com equipas de Seniores e Infantis, nos campeonatos distritais da Associação de Futebol da Guarda; • Realização das obras de restauro e musealização do sítio arqueológico de Castelo Velho; • Realização do IX Encontro de Associações Juvenis do distrito da Guarda; • Organização do II Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior; • Aquisição de equipamento de carácter o Museu e Centro de Juventude; • Aquisição de equipamento informático e audiovisual; • Aquisição de equipamento para o Museu e Centro de Juventude; • Melhoria das instalações do Centro de Juventude da ACDR; • Continuação dos serviços de alojamento e alimentação para grupos de escolas e outros que visitam o Parque Arqueológico do Vale do Côa e Circuito e Museu em Freixo de Numão; • Realização de concentrações de auto-caravanas; • Lançamento de publicações, desdobráveis e brochuras; • Manutenção dos serviços administrativos com utilização de fax, fotocopiadora e audiovisuais pela população, em especial os jovens; • Criação de serviços de informação e informática juvenil, com acesso gratuito à Internet; • Conclusão do projecto de “elaboração de guias didácticos do Museu da Casa Grande e Circuito arqueológico de Freixo de Numão”– Conclusão; • Desenvolvimento do projecto de “estudo do sítio arqueológico do Castanheiro do Vento”; • Conclusão do projecto de “valorização da zona de lazer do Prazo”; • Continuação das obras de “recuperação do imóvel do século XVIII para unidade museológica de Pré-história (extensão do Museu da Casa Grande)”; • Desenvolvimento do projecto “Qualificação do Museu da Casa Grande”. <p>(Fonte: adaptado de ACDR de Freixo de Numão, 2005; 2006a)⁵⁹</p>

⁵⁹ Estima-se que em 2005, 90% das actividades programadas foram realizadas (FONTE: ACDR de Freixo de Numão, 2006a).

PAVC

Realização de sessões de apresentação do trabalho desenvolvido pelo PAVC, no núcleo do PAVC:

- Freguesias de Vila Nova de Foz Côa, Muxagata, Chãs e Almendra (concelho de Vila Nova de Foz Côa); freguesias de Pinhel e Cidadelhe (concelho de Pinhel); freguesia de Meda (concelho de Meda).
(Fonte: Magalhães; Correia - PAVC)

Desenvolvimento de acções de divulgação, Congressos e Exposições

- - II Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior. 19 a 20 de Maio no C. C. de Vila Nova de Foz Côa.
Organização: ACDR de Freixo de Numão, PAVC e C. M. de Vila Nova de Foz Côa;
- Exposição de fotografia relativa ao património Arqueológico do Vale do Côa, inserida no Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior, 19 a 20 de Maio, no C. C. de Vila Nova de Foz Côa. Organização: IPA, PAVC.
(Fonte: Jardim - PAVC)

Comemorações

- **9º Aniversário do PAVC**
 - Apresentação pública da Oficina de Arqueologia Experimental, Centro Cultural de Vila Nova de Foz Côa. Organização: PAVC. Apoio: Fozcôactiva, E.M.;
 - Apresentação pública das Visitas Nocturnas, Centro Cultural de Vila Nova de Foz Côa. Organização: PAVC. Apoio: Fozcôactiva, E.M.
- **7º Aniversário da Classificação da Arte Rupestre do Vale do Côa como Património da Humanidade**
 - Oficina das Artes – “Um espaço para Comunicar” com Maria Lino, Valerie Censier, Fernando Barbosa, Sónia Liça, Nina Joana e Jorge Mateus na Galeria do Centro Cultural de V. N. de Foz Côa. Organização: PAVC. Apoio: LuzLinar, Fozcôactiva, E.M.;
 - Espectáculo musical “Com Fusões e Harmonias”, Performance de escultura sonora no auditório do Centro Cultural de Vila Nova de Foz Côa. Organização: PAVC. Apoio: Fozcôactiva, E.M.;
 - Comunicação “Arte do Vale do Côa Património da Humanidade” no Centro Cultural de Vila Nova de Foz Côa. Organização: PAVC. Apoio: Fozcôactiva, E.M.;
 - Apresentação do circuito de visitas a sítios paleolíticos “No rasto dos caçadores paleolíticos”. Organização: PAVC.
(Fonte: Jardim; Sampaio - PAVC)

Tabela 11 – Actividades desenvolvidas no âmbito do Património, pelas entidades culturais mais importantes do concelho de Vila Nova de Foz Côa em 2006

2006	
ACDR de Freixo de Numão	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio, dinamização e participação em diversas escavações arqueológicas locais e no concelho de Meda; • Limpeza e conservação de sítios arqueológicos integrados no denominado “Circuito turístico-arqueológico de Freixo de Numão”; • Preservação e manutenção das tradições importantes para a freguesia, como «o Carnaval, a Páscoa, as festas populares, a fogueira de Natal, os cantares das Janeiras, entre outras; • Manutenção da biblioteca; organização de jogos tradicionais; secção de informática; organização de um Campo de Trabalho e Tempos Livres; animação de campos de férias na Pousada da Juventude de Foz Côa; • Manutenção do Museu da Casa Grande e Circuito turístico-arqueológico; • Organização de exposições temporárias no Museu da Casa Grande; • Organização de bailes, festas e convívios; • Participação com equipas de Seniores e Infantis, nos campeonatos distritais da Associação de Futebol da Guarda; • Organização do III Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior; • Aquisição de equipamento de carácter o Museu e Centro de Juventude; • Aquisição de equipamento informático e audiovisual; • Aquisição de equipamento para o Museu e Centro de Juventude; • Melhoria das instalações do Centro de Juventude da ACDR com obras de pintura e aquisição de equipamento; • Continuação dos serviços de alojamento e alimentação para grupos de escolas e outros que visitam o Parque Arqueológico do Vale do Côa e Circuito e Museu em Freixo de Numão; • Realização de concentrações de auto-caravanas; • Lançamento de publicações, desdobráveis e brochuras; • Manutenção dos serviços administrativos; • Criação de serviços de informação e informática juvenil, com acesso gratuito à Internet; • Continuação do projecto “Qualificação do Museu da Casa Grande”. <p>(Fonte: adaptado de ACDR de Freixo de Numão, 2007)⁶⁰</p>
PAVC	<p><u>Visitas de entidades públicas e privadas de Vila Nova de Foz Côa aos Núcleos de Arte Rupestre do PAVC</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Restauração/alojamento – visita Penascosa + Quinta da Ervamoina com almoço, 25 pessoas. 27 Março; • Corporação de bombeiros – visita nocturna Penascosa, 11 pessoas. 14 de Abril; • Cafeteria/pastelaria – visita Penascosa + Quinta da Ervamoina com lanche, 14 pessoas. 2 de Julho. <p>(Fonte: Bazareu - PAVC)</p>

⁶⁰ Estima-se que em 2006, 90% das actividades programadas foram realizadas (FONTE: ACDR de Freixo de Numão, 2007).

Acções de formação com a empresa de formação SETEPÉS

- Curso de Guias de Arte Rupestre e Técnicas de Informação Turística do Côa – Vila Nova de Foz Côa. Julho de 2006 a Abril de 2007;
- Curso de *Gourmets* Locais, 1ª edição – Vila Nova de Foz Côa. Outubro/ Novembro;
- Curso de Olaria e Cerâmica Local – Vila Nova de Foz Côa. Outubro de 2006 a Março de 2007.
(Fonte: SETEPÉS/PAVC)

Acções de divulgação, Congressos e Exposições

- XII Congresso Internacional de Guias de sítios com Arte Paleolítica, 8 a 10 de Fevereiro, em Vila Nova de Foz Côa. Organização: guias do PAVC;
- III Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior, de 15 e 20 de Maio, em Vila Nova de Foz Côa, Pinhel e Figueira de Castelo Rodrigo. Organização: PAVC, ACDR de Freixo de Numão. Apoio: Câmaras Municipais de Vila Nova de Foz Côa, Pinhel e Figueira de Castelo Rodrigo;
- Ceia Experimental Paleolítica, 21 de Junho, no Feital, Atelier Temos Tempo. Organização: PAVC e Associação LuzLinar;
- Artes públicas em discussão, 3 de Dezembro, no Feital, Atelier Temos Tempo. Organização: PAVC e Associação LuzLinar.
(Fonte: Jardim -PAVC)

Actividades do PAVC na ocupação de períodos de férias escolares da Fozcôactiva, E.M.

- Férias da Páscoa 06. Total de 155 crianças + monitores
 - Jogo “Caça ao Tesouro”;
 - Visita à Ribeira de Piscos + Oficina de Arqueologia;
 - Desenhar na Penascosa com Maria Lino, em parceria com a Associação LuzLinar.
- Férias de Verão 06. Total de 227 crianças + monitores
 - Canoagem no rio Côa;
 - Atelier de Cerâmica, peças de xadrez;
 - Jogo “À Descoberta da Penascosa”;
 - Jogo de Xadrez.
- Férias do Natal 06
 - “Com Lupa, Papel e Caneta, vamos descobrir Castelo Melhor”.
(Fonte: Jardim - PAVC)

“O Côa na Escola”, actividades com a Escola 2,3 B+S Tenente-coronel Adão Carrapatoso de Vila Nova de Foz Côa

- Ano lectivo 2005/06. Total de 213 alunos + professores;
 - Património Arqueológico na área do PAVC. Acções: Visita Regular e Visita Nocturna ao núcleo de Arte Rupestre da Penascosa;
 - Património Arqueológico na área do PAVC. Acções: PowerPoint e atelier de Arte Rupestre;
 - Património Arqueológico na área do PAVC. Acções: PowerPoint e Oficina de Arqueologia Experimental;
 - Património Natural na área do PAVC. Acções: Flora e Fauna, PowerPoint e saída de campo;
 - Património Natural na área do PAVC. Acções: Geologia da Paisagem, saída de campo.
(Fonte: Jardim - PAVC)

Comemorações

- 10º Aniversário do PAVC
 - Curso breve de prova de vinhos com o enólogo Joel Fonseca Tibério, em colaboração com as comemorações dos 250 anos da Região Demarcada do Douro. Centro Cultural de Vila Nova de Foz Côa. Organização: PAVC. Apoio: Fozcôactiva, E.M.;
 - Exposição de pintura “Um Vale de Memórias” de Ricardo Nicolau de Almeida, na sala de exposições do Centro Cultural de Vila Nova de Foz Côa. Organização: Fozcôactiva, E.M. Apoio PAVC;
 - “Dionisas do Côa” performance por Julieta Silva e Dulce Silva, uma caracterização de poesia musicada em torno da temática do vinho. Organização: PAVC. Apoio: Fozcôactiva, E.M.;
 - Arruada do grupo musical Anda Camino e jantar volante, em Cidadelhe, concelho de Pinhel. Organização: PAVC. Apoio: Câmara Municipal de Pinhel, Junta de Freguesia de Cidadelhe, Adega Cooperativa de Pinhel;
 - Breve curso de Arte Rupestre. A componente teórica decorreu no Centro Cultural de Foz Côa e a parte prática no núcleo de arte rupestre da Penascosa. Organização: PAVC e CNART. Apoio: Fozcôactiva, E.M.

 - 8º Aniversário da Classificação da Arte Rupestre do Vale do Côa como Património da Humanidade e comemoração da classificação do Douro Vinhateiro como Património Mundial
 - Inauguração da Exposição internacional “DESENHO E ESCRITA – 8º simpósio internacional de arte do Feital” na sede do PAVC. Organização: PAVC e LuzLinar (Feital);
 - Apresentação do filme de Jean-Luc Bouvret "Côa, la rivière aux mille gravures" no Centro Cultural de Vila Nova de Foz Côa. Organização: MAC, IPA, PAVC, CNART. Apoio: Câmara Municipal de V.N. de Foz Côa e Fozcôactiva, E.M.;
 - Oficina das Artes II – “Um espaço para Comunicar”, dirigida aos alunos dos 1º e 2º ciclos no Centro Cultural de Vila Nova de Foz Côa. Organização: PAVC e Agrupamento de Escolas de V.N. de Foz Côa . Apoio: Fozcôactiva, E.M. e Câmara Municipal de V.N. Foz Côa;
 - Conclusão do tríptico na Escola 2,3 B+S Tenente-coronel Adão Carrapatoso de Vila Nova de Foz Côa: “um dia no paleolítico superior”. Organização: PAVC e Agrupamento de Escolas de V. N. de Foz Côa. Apoio: Câmara Municipal de V.N.F.C.;
 - Mesa redonda “Artes Públicas” – Maria Lino (Escultora), Alberto Carneiro (Escultor), Ricardo Campos (Sociólogo e Ilustrador científico), António Martinho Baptista (Arqueólogo) e Jantar temático por António Lino, no Atelier Temos Tempo, Feital, Trancoso. Organização: PAVC e Associação LuzLinar. Apoio: Câmara Municipal de Trancoso;
 - Curso breve de enologia: prova de Vinhos do Porto com o enólogo Mateus Nicolau de Almeida; Centro Cultural de Vila Nova de Foz Côa; Organização: PAVC e Fozcôactiva, E.M.;
 - Prova cega de vinhos de produtores locais, no Centro Cultural de Vila Nova de Foz Côa. Organização: PAVC e Fozcôactiva, E.M.;
 - Sessões relacionadas com a arte rupestre e o património arqueológico em diversas escolas dos concelhos do PAVC: Figueira de Castelo Rodrigo, Meda, Pinhel e Vila Nova de Foz Côa. Organização: PAVC;
 - Performance de poesia musicada por César Prata e Julieta Silva, associada à Exposição de pintura “Douro, a tentação de Baco”, no Centro Cultural de Vila Nova de Foz Côa. Organização: Câmara Municipal de V.N. de Foz Côa, Fozcôactiva, E.M. Colaboração: PAVC;
 - Espectáculo musical “SHUKAS – primitivos e civilizados: manifestações de inteligência” Centro Cultural de V. N. de Foz Côa. Organização: Câmara Municipal de V.N. de Foz Côa; Fozcôactiva, E.M. Colaboração: PAVC.
- (Fonte: Jardim; Sampaio - PAVC)

Tabela 12 – Actividades desenvolvidas no âmbito do Património, pelas entidades culturais mais importantes do concelho de Vila Nova de Foz Côa e pela associação ASTA (concelho de Almeida) em 2007

2007	
FOZCÔACTIVA	<ul style="list-style-type: none"> • Cursos de formação de guias e de olaria – o PAVC tomou a iniciativa e forneceu os conteúdos; a empresa SETEPÉS leccionou-os e a empresa camarária Fozcôactiva cedeu o espaço; • Colaborações diversas com o PAVC e outras entidades (Fonte: Magalhães - Fozcôactiva); • “Louceiros de Santa Comba”. Exposta de 21 de Maio a 30 de Junho de 2007. Organização: Fozcôactiva, E.M.; APDARC; Museu de Olaria de Barcelos; • “Instalação/Espantalhos”. Exposta em Julho e Agosto de 2007. Organização: ACR “As Mãos”; Fozcôactiva, E.M.; • “Diálogos – gravura rupestre <i>versus</i> gravura contemporânea”. Exposta de 10 de Agosto a 10 de Setembro de 2007. Organização: Câmara Municipal de Foz Côa – Parceria cultural entre a Bienal de Gravura do Do[<i>sic</i>]; • Apresentação pública de oficina de arqueologia experimental. Exposta de 08 a 25 de Novembro de 2007. Organização: Fozcôactiva, E.M.; PAVC. (Fonte: http://www.fozcoactiva.pt)
APDARC⁶¹	<ul style="list-style-type: none"> • Projecto na área da investigação denominado “Memórias e Espaços de Ruralidade num Cenário de Metamorfose Identitária do Território”; • Projecto de revitalização da aldeia da Muxagata, denominado “Workshop em Muxagata”; • Projecto de criação de uma Sede Aberta ao Público, cujo objectivo é desenvolver a comunicação entre a população local e a APDARC; • Workshop de criação de páginas Web dirigido aos jovens que frequentam o curso profissional de informática na Escola Secundária de Vila Nova de Foz Côa. O objectivo é envolver, desde logo, a população mais jovem com a dinâmica e trabalhos da associação; • Criação de uma <i>newsletter</i> bimensal, cujo objectivo é funcionar como meio de comunicação entre a população local e a APDARC; • Estudo e exposição de olaria de Santa Comba; • Projecto de exposição itinerante em parceria com o PAVC; • Projecto de exposição itinerante acerca do Douro superior. (Fonte: adaptado de APDARC, 2007a)

⁶¹ Os projectos da APDARC só tiveram um início prático no ano de 2007.

<p>ACDR de Freixo de Numão</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Participação nos campeonatos distritais da Associação de Futebol da Guarda, nas categorias de Escolas, Infantil e Seniores; • Manutenção do Museu da Casa Grande; • Prossecução de actividades associadas à defesa e divulgação do património cultural e natural, sobretudo nas áreas do Património Arquitectónico e Arqueológico; • Apoio logístico e humano nas campanhas arqueológicas realizadas na zona de Freixo de Numão, assim como, na recuperação de edifícios situados no centro histórico de Freixo de Numão; • Prosseguimento das actividades de recolha, conservação e tratamento de utensílios agrícolas tradicionais, com o objectivo aumentar o acervo museológico existente no Museu da Casa Grande. Simultaneamente, prosseguiu-se com o trabalho de estudo e inventário das peças; • Preservação e manutenção das tradições importantes para a freguesia, como «a procissão e queima do Entrudo na Terça-feira de Carnaval, assim como o baile de Carnaval com concurso de trajes e máscaras; organização da fogueira de Natal; da festa de S. Pedro; do magusto de S. Martinho; de jogos tradicionais; do concurso “Cascatas de S. João”, entre outras; • Manutenção dos serviços de requisição de obras da biblioteca e dos serviços de informática e Internet; • Organização de um Campo de Intercâmbio Internacional para actividades de Arqueologia e Património; • Organização de programas de ocupação de tempos livres e “Férias em Movimento”; • Manutenção dos circuitos integrados na “Rota do Património, Arqueologia e Natureza”; • Promoção de actividades de animação turística, como encontros de auto-caravanistas (com circuitos turísticos regionais); • Realização de exposições temporárias; • Realização de actividades associadas à comemoração do aniversário da Associação; • Promoção de torneios desportivos, de âmbito regional; • Projecção e execução de melhoramentos diversos ao nível das instalações e equipamentos desportivos; • Manutenção dos serviços de fax, telefone e fotocopiadora, que se encontram à disposição da população; • Programação do IV Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior, em parceria com o PAVC, O Centro Nacional de Arte Rupestre e a Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa; • Prestação de serviços de refeições aos alunos do Centro Escolar de Freixo de Numão. <p>(Fonte: adaptado de ACDR de Freixo de Numão, 2006b)</p>
---------------------------------------	--

<p style="text-align: center;">ASTA</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Encontro formativo sobre o Período Paleolítico, que ocorreu numa das sextas-feiras dedicadas «à cultura e socialização» e aberto ao público em geral e outras instituições (2007); • Visita de estudo às gravuras rupestres; • Reconstituição de um acampamento paleolítico, que ocorreu no dia 21 de Junho de 2007, com o nome de “Viagem ao Passado”, com respectiva encenação das actividades e comportamentos de uma comunidade primitiva, com jantar “paleolítico” no espaço circundante à ASTA. <p>(Actividades desenvolvidas com o apoio informal do PAVC) (Fonte: Fonseca – ASTA)</p>
<p style="text-align: center;">PAVC</p>	<p><u>Visitas de entidades públicas e privadas de Vila Nova de Foz Côa aos Núcleos de Arte Rupestre do PAVC</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Fozcôactiva, E.M. – visita nocturna Penascosa, 12 pessoas, no dia 31 de Maio; • Lojistas – visita Penascosa + Quinta da Ervamoira, 10 pessoas, no dia 7 de Junho; • Creche - visita Penascosa + Quinta da Ervamoira, 11 pessoas, no dia 9 de Junho; • Lojistas – nocturna Penascosa, 12 pessoas, no dia 17 de Junho; • Centro de Saúde – visita Penascosa + Quinta da Ervamoira, 19 pessoas, no dia 8 de Julho; • Tribunal – visita Penascosa + Quinta da Ervamoira, 19 pessoas, no dia 12 de Julho. <p>(Fonte: Bazareu - PAVC)</p> <p><u>Acções de formação com a empresa de formação SETEPÉS</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Fórum: Serviços Educativos no Côa – Vila Nova de Foz Côa; Janeiro; • Curso de Empreendedores de Eventos para a Valorização do Património Cultural do Vale do Côa – Pinhel; Maio a Julho; • Fórum: Valorização e Promoção do Património Regional - Vila Nova de Foz Côa, Figueira de Castelo Rodrigo, Pinhel e Meda; Junho; • Curso de Técnicas de Arqueologia Experimental – Freixo de Numão (VNFC); Julho, Setembro e Outubro; • Curso de <i>Gourmets</i> Locais, 2ª edição – Vila Nova de Foz Côa; Novembro/ Dezembro. <p>(Fonte: SETEPÉS/PAVC)</p> <p><u>Acções de divulgação, Congressos e Exposições</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Exposição “A Arte que o Côa Guarda Arte Rupestre e Arqueologia do Vale do Côa”, nos Paços da Cultura, Guarda, 4 de Abril a 16 de Junho. Organização: PAVC e Câmara Municipal da Guarda; • Exposição “A Arte e os Artistas do Côa, Arte Rupestre e Arqueologia do Vale do Côa”, no Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa, Braga, 29 de Junho até Janeiro de 2008. Organização: PAVC, Câmara Municipal da Guarda e Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa; • Exposição “Os Louceiro de Santa Comba, Histórias que o Barro Escreve”, no Centro Cultural de Vila Nova de Foz Côa, de 21 de Maio e 2 de

- Julho. Organização: Associação APDARC, a Fozcôactiva, E.M. e Museu Municipal de Olaria de Barcelos. Apoio: PAVC;
- Exposição “Os Louceiro de Santa Comba, Histórias que o Barro Escreve”, no Museu Municipal de Olaria de Barcelos, de 13 de Julho de 2007 e 16 de Junho de 2008 no Museu de Olaria – Barcelos. Organização: Associação APDARC, a Fozcôactiva, E.M. e Museu Municipal de Olaria de Barcelos. Apoio: PAVC;
 - 4ª Bienal Internacional de Gravura de Alijó/Foz Côa, no Pavilhão dos Desportos de Alijó e no Centro Cultural de Vila Nova de Foz Côa, de 10 de Agosto a 10 de Setembro. Organização: Câmara Municipal de Alijó, Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa e PAVC.
(Fonte: Jardim - PAVC)

Actividades do PAVC na ocupação de períodos de férias escolares da Fozcôactiva, E.M.

- Férias da Páscoa 07, total de 149 crianças + monitores
 - Percurso de BTT ao Núcleo da Penascosa.
 - Atelier “Riscos e Rabiscos”, em parceria com o Grupo de Estudos em Evolução Humana;
 - Atelier “Árvore da Evolução”, em parceria com o Grupo de Estudos em Evolução Humana.
- Férias de Verão 07, total de 245 crianças + monitores
 - Canoagem + Atelier de Pesca Paleolítica;
 - Atelier de Cerâmica, peças de xadrez;
 - Jogo de Xadrez;
 - “Ecologia e Conservação da Natureza” Jogo da cadeia alimentar, em parceria com a Associação Transumância e Natureza;
 - “Ecologia e Conservação da Natureza” Jogo da caçada da Águia-de-Bonelli, em parceria com a Associação Transumância e Natureza.
- Férias do Natal 07, total de 21 crianças + monitores
 - “Alimentos e alimentação: da pré-história aos nossos dias”, Comunicação e sessão prática de experimentação.
(Fonte: Jardim - PAVC)

“O Côa na Escola”, actividades com a Escola 2,3 B+S Tenente-coronel Adão Carrapatoso de Vila Nova de Foz Côa

- **Ano lectivo 2006/07.** Total de 183 alunos + professores;
 - Património Arqueológico na área do PAVC: PowerPoint e atelier de Arte Rupestre;
 - Património Arqueológico na área do PAVC: PowerPoint e Oficina de Arqueologia Experimental;
 - Património Natural na área do PAVC: Flora e Fauna, PowerPoint e saída de campo;
 - Património Natural na área do PAVC: Ecossistemas, saída de campo;
 - Património Natural na área do PAVC: Geologia da Paisagem, saída de campo.
(Fonte: Jardim - PAVC)

Outras actividades educativas

- Oficina de Arqueologia Experimental, no âmbito da exposição “A Arte que o Côa Guarda”, em parceria com a Câmara Municipal da Guarda, 602 alunos do concelho da Guarda, de 4 de Abril a 16 de Junho de 2007;
- Oficina de Arqueologia Experimental, no âmbito da exposição “A Arte e os Artistas do Côa, Arte Rupestre e Arqueologia do Vale do Côa”, em parceria com o Museu D. Diogo de Sousa, 618 alunos do concelho de Braga, de 29 de Junho a Dezembro de 2007;
- Atelier de Olaria, no âmbito da exposição “Louceiros de Santa Comba”, 291 alunos do concelho Vila Nova de Foz Côa, de 14 de Maio a 8 de Junho de 2007.
(Fonte: Jardim; Sampaio - PAVC)

Comemorações

- 11º Aniversário do PAVC, 2007
 - Oficinas de Arqueologia Experimental na Pousada da Juventude de Vila Nova de Foz Côa. Organização: PAVC. Apoio: Pousada da Juventude de Vila Nova de Foz Côa;
 - Ceia Experimental Paleolítica, na aldeia de Muxagata, concelho de Vila Nova de Foz Côa. Organização: PAVC. Apoio: Junta de Freguesia de Muxagata.
 - Arruada de Gaita-de-foles “Anda Camino” na aldeia de Muxagata. Organização: PAVC. Apoio: Junta de Freguesia de Muxagata;
 - Observação astronómica em Muxagata e na Quinta da Ervamoira. Organização: PAVC e Universidade de Aveiro, departamento de Física. Apoio: Quinta da Erva-moira e Junta de Freguesia de Muxagata;
 - Visita Nocturna ao Núcleo de arte rupestre da Penascosa. Organização: PAVC.
- 9º Aniversário da Classificação da Arte Rupestre do Vale do Côa como Património da Humanidade
 - II Curso breve de prova de vinhos com o enólogo Joel Fonseca Tibério no Centro Cultural de Vila Nova de Foz Côa. Organização: PAVC. Apoio Fozcôactiva, E.M;
 - Apresentação, seguido de debate, do documentário de Jean-Luc Bouvret "Côa, la rivière aux mille gravures" no Centro Cultural de Vila Nova de Foz Côa. Organização: PAVC. Apoio Fozcôactiva, E.M.
(Fonte: Jardim; Sampaio - PAVC)

Tabela 13 – Alguns projectos para 2008

	2008
APDARC	<ul style="list-style-type: none"> • Conclusão do projecto “Memórias e Espaços de Ruralidade num Cenário de Metamorfose Identitária do Território”; • Projecto que visa dar continuidade ao anteriormente citado, e que tem por designação “O Futuro da Tradição”; • Continuação do projecto de revitalização da aldeia da Muxagata: “Workshop de Muxagata”; • Projecto de intervenção artística na zona do Vale do Côa, denominado “AAP – Arte, Arquitectura e Paisagem”; • Organização de um prémio de arquitectura; • Produção de roteiro turístico e material promocional turístico do concelho de Vila Nova de Foz Côa; • Produção de roteiro turístico de teor mais científico e aprofundado sobre como interpretar a paisagem, as suas vilas e aldeias; • Colaboração na organização da exposição “Vinho de Adão e Uvas de Eva – A mulher na Arte Publicitária”; • Exposição em parceria com a Fozcôactiva E.M. subordinada ao tema “As culturas e ofícios do Douro Superior”; • Projecto de exposição itinerante, tendo em vista a promoção da região como ponto de atracção turístico-cultural. A realizar em parceria com o PAVC; • Projecto direccionado para a elaboração de um documentário baseado na recolha etnográfica da “memória do vinho” na região Demarcada do Douro; • Criação do projecto de um núcleo museológico do Sumagre em Muxagata. <p>(Fonte: adaptado de APDARC, 2007b)</p>

Tabela 14 – Alguns projectos para o futuro

	Alguns projectos para o futuro ⁶²
ASTA	<ul style="list-style-type: none"> • Confeção de sopas paleolíticas; • Prospecção arqueológica na zona onde se localiza a instituição; • Reconstituição de cenas de caça e pesca; • Realização de um CD “de música paleolítica”. <p>(Fonte: Fonseca – ASTA)</p>

⁶² A tabela 14 diz respeito a projectos futuros que não se encontram em agenda.

Tabela 15 – Guião das questões centrais constantes nas entrevistas efectuadas aos interlocutores seleccionados

- ◇ No momento em que foi lançada a polémica das gravuras do Vale do Côa, houve alguma preocupação em levar a cabo uma estratégia de informação e elucidação da população, no sentido de a inserir em todo o processo? Como ela encara actualmente as opções tomadas naquela altura?
- ◇ De que modo se têm relacionado as diferentes entidades existentes no concelho, com responsabilidades na área patrimonial, com a população local?
- ◇ Considera que a população local tem interesse no seu património cultural? No caso de resposta afirmativa, em que bens em concreto?
- ◇ De que modo tem sido utilizada a imagem das gravuras como estratégia de marketing e dinamização da economia local? Em que produtos e serviços se encontra patente?
- ◇ Que efeitos tem assumido o património cultural, no geral, na economia local, ao nível da criação de emprego, empresas, entre outros?
- ◇ De que modo se tem investido na criação de espaços lúdicos e educativos, assim como em actividades e iniciativas desenvolvidas no sentido de promover a identificação das crianças, jovens e adultos com o património cultural existente no concelho?
- ◇ Que infra-estruturas foram construídas e investimentos realizados sob influência dos bens patrimoniais existentes?
- ◇ Considera que actualmente o património é encarado como um recurso endógeno pelos habitantes do concelho? A população participa activamente na sua salvaguarda?
- ◇ De que modo se têm relacionado entre si as diferentes entidades existentes no município com responsabilidades na área patrimonial?



Europass-Curriculum Vitae

Informação pessoal

Apelido / Nome próprio	Fernandes, Sandra
Naturalidade e residência	Alcaravela. Sardoal
Nacionalidade	Portuguesa
Data de nascimento	18/12/1983
Sexo	Feminino

Experiência profissional

Colaboradora da empresa ERA – Arqueologia S.A., exercendo funções de responsável executiva em acompanhamentos arqueológicos em contextos de obra, nomeadamente:

Março, Abril de 2008	◇ no projecto de novos abastecimentos de água, a cargo da EPAL
Desde Março de 2008	◇ no projecto de melhoria da rede de distribuição de água em Lisboa (PRR60), a cargo da EPAL
Dezembro de 2007 – Janeiro de 2008	◇ na intervenção efectuada pelo Hotel de Santa Marta, na Rua de Santa Marta (Lisboa)
Dezembro de 2007	◇ no projecto de remodelação da rede de esgotos da SIMTEJO em Lisboa
Julho de 2007 – Janeiro de 2008	◇ na intervenção efectuada na Rua Vítor Córdon, N.º 9 – 13 (Lisboa)
Julho – Setembro de 2007	◇ no projecto de melhoria da rede de distribuição de água em Lisboa (PRR48), a cargo da EPAL
Junho – Julho de 2007	◇ na intervenção efectuada no âmbito das obras do Metropolitano de Lisboa, estação de Alvalade
Junho – Julho de 2007	◇ na intervenção efectuada na Travessa da Ferrugenta, N.º 5 (Lisboa)
Maió – Junho de 2007	◇ no projecto de salvaguarda da ponte sobre a Ribeira das Jardas (Cacém)
Maió de 2007	◇ no projecto de melhoria da rede de distribuição de água em Lisboa (PRR46), a cargo da EPAL
Novembro de 2005 – Março de 2007	Assistente de vendas numa das lojas do grupo SWAROVSKI
Setembro de 2005	Participação em trabalhos arqueológicos de prevenção no concelho de Borba

Formação académica e profissional

Desde Outubro de 2005	A frequentar o Mestrado em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais – Análise e Gestão, no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE).
2001 – 2005	Licenciatura em História (Variante Arqueologia) pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa (UNL). Média: 15 valores

Aptidões e competências pessoais

Língua materna	Português				
Outra(s) língua(s) Auto-avaliação Nível europeu ^(*63)	Inglês, Francês e Espanhol				
Língua	Compreensão		Conversação		Escrita
Língua	Compreensão oral	Leitura	Interacção oral	Produção oral	
Inglês	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom
Francês	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom
Espanhol	Bom	Bom	-----	-----	-----

Aptidões e competências informáticas

Fevereiro de 1999 a Maio de 2000	Curso Master Windows (Gestão informática e multimédia; Microsoft Windows; Microsoft Word; Microsoft Excel; Microsoft Access; Microsoft PowerPoint). Instituto para a Inovação na formação (INOFOR). Classificação final: 83%.
1996	Curso de Dactilografia aplicada à Informática. MUNDIESTUDOS. Classificação final: 16 valores.

⁶³ (*) Nível do Quadro Europeu Comum de Referência (CECR)

Outras aptidões e competências

21/04/2006 - 22/04/2006	Ação formativa de vendas - "Sales Training Program. The Professional Consultant And Host"
24/11/2003 - 28/11/2003	II Curso Livre "Cruzamento de Culturas – Portugal e o Oriente"
11/11/2003 - 13/11/2003	Encontro "O Corpo e o Gesto na Civilização Medieval"
07/04/2003 - 13/04/2003	6.º Curso Intensivo de Arte Pré-Histórica Europeia
28/02/2002 - 01/03/2002	Encontro Internacional "Palácios Islâmicos na Bacia do Mediterrâneo – Séculos VII-XIV"
Carta de condução	Categoria B

Informação adicional

Novembro de 2007 – Janeiro de 2008	Recolha alimentar mensal a favor da instituição "Casa de Santo António", em regime de voluntariado
Dezembro de 2006	Colaboração no evento "Natal dos sem abrigo 2006", organizado pela Comunidade Vida e Paz, em regime de voluntariado
Maio de 2005	Condução da proposta de classificação do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (Lisboa), em colaboração com o Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR), no âmbito da tese final de licenciatura, com a classificação de 17 valores.
05/07/2004 - 09/07/2004	Participação na escavação anexa à Igreja Matriz de Loures, em regime de voluntariado
Novembro de 2002 - Março de 2004	Participação, em regime de voluntariado, na limpeza, marcação e inventariação do espólio cerâmico proveniente das escavações arqueológicas realizadas na Praça Luís de Camões – Lisboa
16/09/2002 - 20/09/2002	Participação na escavação da <i>Villa</i> romana de Frielas (Loures), em regime de voluntariado
19/08/2002 - 30/08/2002	Participação na escavação de uma necrópole da Idade do Ferro em Pavia, em regime de voluntariado
16/09/2002 - 20/09/2002	Participação na escavação da <i>Villa</i> romana de Freiria - Cascais
Junho de 2001 e Junho de 2002	Participação em campos de férias para crianças, na qualidade de monitora em regime de voluntariado. Associação "Os Pioneiros de Portugal"
De Janeiro de 2000 a Outubro de 2001	Colaboração escrita para o periódico regional <i>Nova Aliança</i>